



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Júlio Bernardo Sandaca

**Políticas Linguísticas das Línguas bantu em Moçambique: o caso do Cinyungwe e do
Cinyanja na Província de Tete**

Florianópolis

2026

Júlio Bernardo Sandaca

**Políticas Linguísticas das Línguas bantu em Moçambique: o caso do Cinyungwe e do
Cinyanja na Província de Tete**

Tese de Doutorado submetido ao Programa de
Pós- Graduação em Linguística da Universidade
Federal de Santa Catarina, área de concentração
Sociolinguística e Dialetologia, linha de pesquisa,
Políticas Linguísticas, curso de Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.Cristine Görski Severo

Florianópolis

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Sandaca, Júlio Bernardo

Políticas Linguísticas das Línguas bantu em Moçambique: o caso do Cinyungwe e do Cinyanja na Província de Tete / Júlio Bernardo Sandaca ; orientadora, Cristine Görski Severo, 2026.

215 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Linguística, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Política Linguística . 3. Cinyungwe-Cinyanja. I. Severo, Cristine Görski . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Júlio Bernardo Sandaca

“Políticas Linguísticas das Línguas bantu em Moçambique”: o caso do
Cinyungwe e do Cinyanja na Província de Tete

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 29 de Outubro de 2025,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dr.^a Edair Maria Gorski
DLLV/CCE/UFSC

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof^a. Dr.^a Ezra Alberto Chambal Nhampoca,
Universidade Eduardo Mondlane

Prof. Dr. Ezequiel Pedro José Bernardo
Universidade Agostinho Neto

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica, Descritiva e

Experimental.



Documento assinado digitalmente
VALTER PEREIRA ROMANO
Data: 21/01/2026 20:46:22-0300
CPF: ***.916.288-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Cristine Gorski Severo
Data: 21/01/2026 17:06:38-0300
CPF: ***.420.129-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof^a. Dr.^a.Cristine Gorski Severo

Orientadora

Florianópolis
2026

Dedicatória

À memória dos meus avós, pais, tios e tias, irmãos e irmãs, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas. Que as suas obras vivam a eternidade.

Agradecimentos

Esta página é especialmente reservada a todos aqueles que de uma ou de outra forma fizeram apoio deste trabalho.

À prof. Doutora Cristine Gorski Severo, minha orientadora, pelo acompanhamento constante e rigoroso prestado e pela abertura no diálogo e receptividade, na qual foi possível a elaboração desta Tese. Não encontro palavras suficientes para expressar gratidão a esta GRANDE Professora, se pudesse escrever faria uma Tese dedicada para você. A sua simplicidade ultrapassa o tamanho da sua dimensão profissional, mais do que orientadora foi uma verdadeira acolhedora neste empreendimento acadêmico, desde a minha saída de Moçambique até a estadia no Brasil, foi próxima das minhas aflições, e foi capaz de contatar moçambicanos residentes em Florianópolis para me receberem, não consigo afastar de lindas palavras que sempre deram coragem e textura na minha tese. Eu agradeço e que o futuro dos outros que ainda acompanhará seja de sucesso. Obrigado professora. Mesmo distante durante as minhas pesquisas em Moçambique senti-me sempre próximo de si.

À prof^a. Doutora Maria Inês Lucena (Professora de Educação Bilíngue), as suas aulas foram verdadeira inspiração na minha vida e construção acadêmica, várias vezes tentei resumir seus textos, e mais do que lê-los ficava lembrando de sua fala, você me inspirou, fez com que eu gostasse de Educação Bilingue, mostrou-me que as línguas são importantes na nossa construção social, por muito tempo que eu não sabia que a minha língua materna, a minha L1 (Língua Echuwabo) construiu a minha identidade, e não sabia o fato de eu ser obrigado a aprender o português e a aprender as disciplinas na língua do colonizador, era uma forma de dominação, opressão, e destruição psicológica, mas você soube compreender nas suas aulas que estava numa heterogeneidade linguística, foi isso, que me fez compreender que eu fui oprimido a ser obrigado a saber a ciência pela língua do opressor, ex-colonizador português. Muito obrigado, professora LUCENA, os seus textos são um catecismo para os que caminham por este mundo delicioso de educação bilíngue em Moçambique, em especial a província de Tete.

À Prof^a. Doutora Ezra Chambal Nhampoca, da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique é a minha biblioteca viva, não saberei expressar neste pequeno texto o quão foi valiosa para construção da minha Tese, não foi possível citar todas as suas produções científicas, mas consegui ler parte delas, não consegui enxergar toda linguística bantu que carrega nas línguas moçambicanas, mas compreendi que a professora carrega a bandeira bantu, o seu

posicionamento no ensino bilíngue, através de línguas bantu, fez-me lembrar dos meus tempos de graduação quando aprendi uma disciplina denominada Estrutura das línguas bantu, na verdade, foi algo que achei difícil na altura, na então Universidade Pedagógica, mas busquei gostar da disciplina, porque nascia em mim um orgulho de ver línguas negadas pela Escola, pelo Estado e por outros de opressores, aqueles que até hoje vem a língua portuguesa como a única para aquisição do conhecimento, mesmo depois da independência de Moçambique (1975), há grupos de pessoas que continuam a discriminar as línguas ditas minoritárias, línguas bantu, linguagem de terror para qualquer criança, porque aprender a língua, depois a ciência não é coisa fácil, mas quando quebramos a barreira, temos que mostrar os outros o quão valioso é o percurso e a coisa que achamos. A professora Ezra tem travado uma luta contínua na linguística moçambicana, que aos poucos tem se visto a libertação dessas línguas, na expressão popular, na família, nos locais onde eram faladas, hoje elas são, sem vergonha nos seus falantes. Professora Ezra, eu pude compreender a sua dimensão social e científica, mesmo estando em Portugal, no meio de suas pesquisas, eu no Brasil e por vezes em Moçambique, a sua presença foi constante na construção da minha Tese, foi uma referência incontornável, sempre pronta quando eu precisava obras. O meu obrigado professora, junto a sua família que o acompanha no dia a dia.

Ao prof. Doutor Alexandre Cohn da Silveira, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por ter ajudado na construção da minha tese, as suas contribuições e leituras orientadas tornaram a minha tese uma verdadeira obra de arte.

Ao prof. Doutor Ezequiel Pedro José Bernardo da Universidade Agostinho Neto em Angola, as suas contribuições para a minha tese, as obras dadas e ideias inspiradoras, são elementos que destacaram bastante na construção da minha tese.

Ao prof. Doutor David Langa, da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique por ter aceite a entrevista, e conversa que tive com ele durante o período da minha pesquisa, ele foi mostrou-me o quão é longo o percurso académico, e quão é complexo falar da linguística moçambicana, uma linguística ainda em construção, um ensino bilíngue que sonha ser melhor, mas que começa em compreendermos as línguas bantu moçambicanas e sua importância para os alunos, pais e todos àqueles que aceitam seguir esta linha de ciência, ele mostrou-me que falar do ensino bilíngue em Moçambique é assumir uma responsabilidade no crescimento das ciências da linguagem em Moçambique e amor pelas crianças impedidas em aprender os conteúdos científicos pelas suas línguas maternas.

Ao prof. Doutor Mário Biriarte, Diretor adjunto da Faculdade de Letras Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Púnguè, vai o meu muito obrigado por ter aceite a entrevista e revisão linguística do meu texto em língua cinyanja, a sua disponibilidade quando eu precisasse algo ligado às línguas bantu, tinha na prontidão o seu apoio. Aos professores Arcénio Olíndio Luabo, João José Divala e Agostinho Muchombe, todos da Universidade Púnguè, muito obrigado por terem aceite as entrevistas e conversas contínuas sobre a minha pesquisa, o posicionamento de cada um de vocês em relação às perguntas dada sobre o ensino bilíngue em Moçambique constituiu uma grande contribuição para a minha pesquisa, pude comparar as vossas respostas com as teorias lidas e as respostas dos alunos em relação às perguntas da pesquisa. Aos professores das escolas de ensino bilíngue dos distritos de Tete, Moatize e Angonia, por terem aceite as entrevistas sobre a minha pesquisa, a vossa contribuição no meu trabalho, ajudou-me a compreender o lugar do ensino bilíngue em Moçambique, percebi que há necessidade de formação de professores para línguas específicas, vocês são heróis deste ensino. Aos alunos da Universidade Púnguè, Extensão de Tete, Curso de Português, que tanto contribuíram para a construção do meu texto, a partir de respostas dos questionários dado e criação de canções em línguas cinyanja e cinyúngwe, o meu muito obrigado.

Aos meus amigos de África que sempre cruzamos nos corredores da UFSC, as vezes no RU, a cor da pela mostrou sempre o primeiro afeto de sermos irmãos, segundo a língua vem acompanhar a forma de expressar os nossos pensamentos, por isso, o ser africano é sinal de Vitória, a nossa união foi sempre sentida em qualquer ponto do Brasil, em qualquer avenida de Florianópolis ou mesmo em locais de lazer. Aos meus amigos angolanos, guineenses, gambianos, costa-marfinenses, cabo verdianos, burkinenses, entre outros, vocês ajudaram na construção desta Tese. Nalgumas vezes as nossas conversas informais, pareciam torcer nas nossas línguas, pois em muitas conferências organizadas pelo grupo de políticas linguísticas e críticas, fomos campeões em cruzarmos os nossos debates e pesquisas no mesmo enfoque e varias vezes estivemos em mesmos GTs, isso mostrou que somos irmãos e lutamos pelo mesmo ideal, as nossas línguas são instrumento de libertação. No consigo esquecer de amigos moçambicanos que partilhamos o mesmo pátio, da Senhora Alba, no Bairro Trindade- Florianópolis, um abraço amigos, que sempre considere irmãos (Cucheza, Casimiro, Onofre), o meu obrigado por terem me recebido com amor em Florianópolis. Ao meu amigo Judil, que tornou irmão nas casas de Florianópolis, sempre estivemos juntos, nos jogos, locais de lazer, entre outros lugares comuns. Não me posso

esquecer do apoio incondicional que recebi das minha amigas Angelina, Madina, Seta, das minhas filhas, Joana, Jujú, Arate e Adelaide, que desde os primeiros tempos da minha vida académica estiveram ao lado dos meus problemas, Embora sem palavras prontas, o seu apoio quando eu sentava a sala de estudo fazia com que a produção fosse cada vez de arte e beleza, a água quente para chá, o café, a cozinha a moda Zambeziana (minha terra natal) sempre acompanhou os seus pratos diários.

DEUS, senhor onnipotente, agradeço! O seu poder é imensurável, dia dia, tirou-me das distrações, deu-me as forcas de conciliar trabalho, família e estudos.

Epigrafe

O intenso processo de língua local, portanto, poderia ser interpretado de diferentes formas pelos missionários: como gestos de humildade, de transformação, de obediência ou de ameaçada e desestabilização

(Gilmour, 2007) in. Cristine Goski
Severo, 2019, p.112.

Resumo

A presente pesquisa sobre políticas linguísticas das línguas bantu em Moçambique foca o estudo das políticas das línguas Cinyungwe e Cinyanja na Província de Tete. Tem como objetivo geral analisar o uso das línguas Cinyungwe e Cinyanja na vida das populações na Província de Tete, em Moçambique. Os objetivos específicos são: apresentar e discorrer sobre a política linguística governamental de Moçambique voltada para as línguas bantu moçambicanas; apresentar e analisar a situação sociolinguística do Cinyungwe e Cinyanja na Província de Tete, em Moçambique, com enfoque maior na esfera escolar; e revisar abordagens teóricas em políticas linguísticas voltadas para contextos africanos e multilíngues, a partir do contexto linguístico de Tete como referência. Será dada maior atenção à esfera educacional, com enfoque no ensino básico, envolvendo professores e alunos, e no ensino superior (Universidade Púnguè). Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo, bibliográfico e documental, compreendendo um levantamento de referências bibliográficas e de documentos envolvendo políticas linguísticas em Moçambique e na Província de Tete, e a realização de entrevistas e anotações de campo a partir da minha posicionalidade como moçambicano nos contextos analisados – mais especificamente nas cidades de Tete, Moatize e Angónia. Como resultados a pesquisa poderá contribuir na valorização de identidades linguísticas moçambicanas. Ainda contribui para a valorização das línguas locais.

Palavras-Chave: Políticas linguísticas moçambicanas, Bilinguismo, Cinyungwe, Cinyanja-Tete.

Abstract

The present research on linguistic policies of Bantu languages in Mozambique focuses on the study of the language policies of Cinyungwe and Cinyanja in the Tete Province, falling within the fields of Sociolinguistics and Dialectology, specifically the Research Line of Linguistic Policies. Its general objective is to analyze the use of Cinyungwe and Cinyanja in bilingual education and its impact on the lives of the populations in Tete Province, Mozambique. The specific objectives are: to present and discuss the government linguistic policy of Mozambique aimed at Mozambican Bantu languages; to present and analyze the sociolinguistic situation of Cinyungwe and Cinyanja in Tete Province, Mozambique, with a greater focus on the school environment; and to review theoretical approaches to linguistic policies aimed at African and multilingual contexts, using the linguistic context of Tete as a reference. Greater attention will be given to the educational sphere, focusing on basic education, involving teachers and students, and in higher education (Púnguê University). Methodologically, the research has a qualitative, bibliographic, and documentary character, encompassing a survey of bibliographic references and documents involving language policies in Mozambique and in Tete Province, as well as conducting interviews and field notes based on my positionality as a Mozambican in the analyzed contexts – more specifically in the cities of Tete, Moatize, and Angónia. As a result, the research may contribute to the construction of linguistic identities within social, cultural, and economic spheres. It also contributes to the appreciation of local languages.

Keywords: Mozambican language policies, Bilingualism, Cinyungwe and Cinyanja.

Cigwatko¹

Mulatizy Kafufuku wa ndale ya cirewedve ca umBadwe Kuno Ku Moçambique xomwe xacita mbali ya manfhunziro ya ndale ya cirewedwe ca cinyungue na cinyanja, N'cigawu ca Tete. Ya na cakulinga kumbali yonse Kupina Kukaphalidwe bhasa kucirewedwe yungwe na Nyanja pa moyo wa mbumba Nçigawu ca Tete, ku Moçoambique Bzwikulinga bkwakulewedwue mpwibzi kulatiza na kubweza thangwe la ndale ku cirewedwe kumbali ya bhoma la Moçambique kubwerera ku cirewedwe ca kuno ku Moçambqieu kulatiza na kupima makhalidwe ya cirewedwe ca cinyungue na cinyanja n'cigawu ca Tete, ku Moçambique na mbale ykulu ya manpfunziro na kubwereza kalewedwe kandale kukhalidwe ku madziko ya ku afrika na ku ssanganiza cirewedwe kucokera kumbali ya cirewedwe kuno ku Tete ninga cizindikiro padza pasiwa tcheru likulu jumbali ya manpfunziro makamaka ku manpfunziro ya bhukhu ya cikhumi pabhodzi na anpfunzisi na anpfunzi pabhodzi na manpfunziro ya padzulu (Universidade Púnguè) moto da logicamente kafukufuku kana mawonekedwe bzirewedwe bziwiri na anaphaso kubverera kucita kanembera wa ciratizo na kuti ndiwe yani na kusanganiza ndale ya cirewedwe yani nakusanganiza ndale ya cirewedwe ku Moçambique n'cigawo ca Tete na Pakucita n'cezerano na pakumotola. N'thangué pa mayimiro yangu ninga. Wakuno Ku Moçambique Ku Kapimidwe makamaka n'cigawu ca Tete, Moatize, Angónia ninga phindu la kafufuku Bzwingadzathandize kupereka na umbadwe ulemerele ya cirewedwe ca Moçambicanas, Bzwithandiza pomwe Ku mbali ya kulemekeza cirewedwe ca kumudzi yaya Phimpha.

Mafala-Yakufunga: Ndale ya cirewedwe ca kuno ku Moçambique, bzirewedwe bziwir, Cinyungwe, Cinyanja-kuno ku Tete

¹ Lingua Cinyungwe

Mazu ogwadhela²

Nsunzo nthi sabwa matadelo wa malogelo a bantu elabo ya Moçambique enohonia makamaka nsunzo wa matadelo ya malogelo a Cinyungwe na Cinyanja o Kwathy ya Tete. Enfunea endimuaya na nsunzo nthi ohombeza makalelo anlabiwana malogelo Cinyungwe na Cinyanja mu okalaho wa athu ya kwathy ya Tete, elabo ya Moçambique. Dhinfunea dhingonodha, olagia na otanalela sabwa etadelo ya malogelo ya ethongelo ya Moçambique, ewanganaga malogelo a bantu a elabo ya Moçambique; olagia na ohombeza ekalelo ya elogelo ya mmawani ya Cinyungwe na Cinyanja, Kwathy ya Tete, elabo ya Moçambique, niwanganaga makamaka epadhe ya masunzio; na oangana wili otapuliua wa malamulo mu matadelo wa malogelo ewanganaga makalelo a elabo ya Africa na malogelo mendjene, niromaga na ologa wa kwathy ya Tete ninga omaromelo. Enelo wanganiua vendjene epade ya masunzio, makamaka aba ohoroma, nikuelaga anamasunzia na anamasunza, na vina masunzio mandimua (masunzio mandimua a Púnguè). Nsunzo nthi nili ya makalelo a thima vadhidhi, evedaga zelo mmanivuruni na vina mmadjangarani, na vary va olebela manivuru na madjangara, niwanganaga matadelo wa malogelo dha elabo ya Moçambique na Kwathy ya Tete, vina na ovuzia na olebela dha mmawani vary va mburo waga ninga muthu obaliwe elabo ya Moçambique mwa mikalelo ehombeziwe – makamaka mucidade ya Tete, Moatize na Angónia. Nsunzo nthi ninelo endjeda thima ya omwinya wa malogelo ya elabo ya Moçambique. Vina enelo endjeda ovaya thima malogelo a mmawani.

Mazu a Thima: Matadelo wa malogelo a bantu ya meli, Cinyungwe na Cinyanja.

² Lingua Echuwabo

Cidule³

Kafukufuku uyu wokhudza ndondomeko za zilankhulo za Cibantu m'dziko la Mozambique, akuyang'ana kwambili maphunzilo a ndondomeko za zilankhulo za Cinyungwe ndi Cinyanja m'Cigawo ca Tete. Colinga cacikulu ca kafukufukuyu ndi kusanthula momwe zilankhulo za Cinyungwe ndi Cinyanja zikugwilitsidwila ntchito m'moyo wa anthu a m'Cigawo ca Tete, m'dziko la Mozambique. Zolinga zenizeni za kafukufukuyu ndi izi: kufotokoza ndi kukambilana ndondomeko ya boma la Mozambique pa zilankhulo za Cibantu; kupeleka ndi kusanthula momwe zilankhulo za Cinyungwe ndi Cinyanja zilili m'cigawo ca Tete, makamaka m'masukulu; komanso kuwunika njila ndi mfundo za ndondomeko za zilankhulo m'maiko a mu Africa, potengela citsanzo ca m'Cigawo ca Tete. Kafukufukuyu adzayang'ana kwambili mbali ya maphunzilo a pulayimale komanso maphunzilo a ku yunivesite (Universidade Púnguè). Pankhani ya njila zofufuzila, kafukufukuyu ndi wozama, wogwilitsa ntchito mabuku komanso zolembe za boma. Padzakhhalanso mafunso kwa anthu komanso zolembe za kafukufuku potengela kumene ndikucokela monga nzika ya dziko la Mozambique—makamaka m'madela a Tete, Moatize, ndi Angónia. Zotsatila za kafukufukuyu zithandiza kulemekeza mitundu ya zilankhulo za ku Mozambique komanso kupatsa phindu zilankhulo za m'madela.

Mawu Ofunika: Za zilankhulo za Cibantu, ziwili, Cinyungwe ndi Cinyanja.

³ Língua Cinyanja

Índice de figuras, tabelas e imagens

Fig 1: Peixe Xicoa	17
Fig. 2: Peixe Kapenta	17
Fig. 3: Nkongwe	17
Fig. 4: Tabela de documentos normativos.....	20
Fig. 5: Mapa-limites da Província de Tete	30
Fig. 6: Banheiros com escritas de cinyanja-português e cinyanja-inglês.....	31
Fig. 7: Mapa linguístico de África.....	34
Fig. 8: Alunos de uma escola bilíngue de Moçambique-Província de Tete	47
Fig. 9: Alunos jogando cartas e aprendendo o alfabeto.....	48
Fig. 10: Promoção de venda de vestuário integrando palavra bantu da língua Echuwabo	51
Fig. 11: Preços de produtos em supermercado	56
Fig. 12: Avisos da loja de produtos de construção (Construa Moatize).....	56
Fig. 13: Cerveja Impala	57
Fig. 14: Cerveja 2M.....	58
Fig. 15: Bebidas promovidas pela coca-cola no contexto de Pesquisa	59
Fig. 16: Promoção de venda de produtos da coca-cola no contexto de pesquisa	59
Fig. 17: Reabilitação da ponte Samora Machel sobre o rio Zambeze cidade de Tete- Moçambique	61
Fig. 18: Markiting no contexto Nyungwe	62
Fig. 19: Árvore Embodeiro (Mulambe).....	63
Fig. 20: Malambe para yogurte e outros alimentos no contexto nyungwe.....	63
Fig. 21: Imagem de Mutxutxo retirada num restaurante (Barraca)	64
Fig. 22: Mutxutxu	65
Fig. 23: Aviso escrito em língua Cinyungwe sobre a colheita de amostras de sangue no Laboratório do Hospital Provincial de Tete- Moçambique	67
Fig. 24: Revista religiosa escrita em língua Cinyanja	69
Fig. 25: A direita o senhor Canisio Franque junto com o Nilton Mário, crentes da igeja testemunha de Jeóva-Tete.....	70
Fig. 26: Mapa das zonas e dos grupos de línguas Bantu (Guthrie, (1971-1976).....	73
Fig. 27: Zonas linguísticas de Moçambique	74

Fig. 28: Mapa -Fases de expansão bantu.....	76
Fig. 29: Gule wamkulu (Nyau) dança tradicional	78
Fig. 30: Mapa da província de Tete e seus distritos	79
Figura 31: Tabela das Línguas bantu moçambicanas e respectivas fontes e região	80
Fig. 32: Tabela de aproximação lexical dos dois idiomas (cinyungwe e cinyanja)	85
Fig. 33: Cartaz – Imagem captada num restaurante na cidade de Tete	86
Fig. 34: Cartaz – Imagens de banheiros captadas num restaurante na cidade de Tete	87
Fig. 35: Publicidade de vaga de emprego.....	89
Fig. 36: Sermão local em língua Cinyungwe	91
Fig. 37: Extratos de programa de Ensino Bilingue.....	94
Fig. 38: Extratos de programa de Ensino Bilingue.....	94
Fig. 39: Plano curricular da extinta Universidade Pedagógica (UP).....	95
Fig. 40: Programa de 1ª Classe ensino bilingue	98
Fig. 41: Programa de 2ª Classe ensino bilingue	99
Fig. 42: Avaliação em ensino bilingue	100
Fig. 43: Manual de Ensino Bilingue- Língua Cinyungwe-2a classe, p.82 (2020)	3
Fig. 44: Manual do aluno -Portugues-2a classe-Volume I, p.54,2004	3
Fig. 45: Imagens retiradas do livro de Português - 1a Classe- Educação Bilíngue-pp. 80-81(2019)	4
Fig. 46: Efetivo escolar- ensino bilíngue na província de Tete- Moçambique.....	5
Fig. 47: Manual da 7a classe, Ensino Bilíngue (Língua Cinyungwe)	7
Fig. 48: Manual da 2ª classe, Ensino Bilíngue (Língua Cinyungwe).....	8

Lista de abreviaturas, Siglas e Acrônimos

AFI	—	Alfabeto Fonético Internacional
CP	—	Censo Populacional
EP1	—	Escola Primária do 1º grau
EP2	—	Escola Primária do 2º grau
ESG	—	Ensino Secundário Geral
IFP s	—	Institutos de Formação de Professores Primários
INAE	—	Instituto Nacional de Atividades Econômicas
IES-		Instituição de Ensino Superior
INDE	—	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação
INE	—	Instituto Nacional de Estatística
L1	—	Língua primeira
L2	—	Língua Segunda
LBM_		Línguas bantu moçambicanas
MINEDH	—	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
ONG	—	Organização não Governamental
PCEP	—	Plano Curricular do Ensino Primário
PCES-		Plano curricular do Ensino Secundário
PEBIMO	—	Projeto de Experimentação Bilíngue em Moçambique
RC	—	Rádio Comunitária
RM	—	Rádio Moçambique
TVM	—	Televisão de Moçambique
UEM	—	Universidade Eduardo Mondlane
UNEB	—	Universidade do Estado da Bahia
UPM	—	Universidade Pedagógica de Maputo

UniPúnguè — Universidade Púnguè

UniRovuma — Universidade Rovuma

UniSave — Universidade Save

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

PLE- Português Língua Estrangeira

NUFORPE- Núcleo de Formação Permanente de Professores em Exercício

IAP- Instituto de Aperfeiçoamento de Professores

DPE's- Direções Provinciais de Educação

Dr.^o – Doutor

Índice

Epigrafe	i
Dedicatória	i
Agradecimentos.....	i
Resumo.....	i
Abstract	i
Cigwatko	i
Mazu ogwadhela	i
Cidule	i
Índice de figuras, tabelas e imagens.....	i
INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA	14
Introdução	14
Justificativa	16
Metodologia da Pesquisa.....	19
Perfil dos informantes (Alunos da Universidade- anexo 1)	24
Perfil dos informantes (Professores da Universidade Púnguè, Professores de Cinyungwe, Cinyanja e especialistas- anexo II	27
Contexto de Pesquisa	29
CAPÍTULO I.....	32
1. POLÍTICA LINGUÍSTICA GOVERNAMENTAL DE MOÇAMBIQUE VOLTADA PARA AS LÍNGUAS BANTU MOÇAMBICANAS	32
1.2 Política linguística e o contexto educacional	41
1.3 Contexto sócio-cultural	49
1.4 Contexto de organização econômica e financeira	54
1.5 As línguas bantu na administração do Estado, Justiça e Religião.....	65
CAPÍTULO 2	73
SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: CASO DO CINYUNGWE E CINYANJA NA PROVÍNCIA DE TETE	73
CAPÍTULO 3	82
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DAS ENTREVISTAS.....	82
3.1 O perfil histórico, territorial e geográfico das línguas cinyungwe e cinyanja.....	82
3.2 Cinyungwe e Cinyanja: o perfil (sócio)linguístico e cultural	84

3.3 Sobre as práticas linguísticas educacionais	92
Crenças e atitudes linguísticas dos professores da Unipúnguè	10
Crenças e atitudes linguísticas dos alunos.....	13
Respostas das entrevistas dos Especialistas	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
Referências	42
Anexos I (Entrevista de Alunos de Letras Português-Inglês) da Universidade Púnguè	50
Anexo III (Dados dos professores da língua Cinyanja)	107
Anexo IV (Dados sobre Ensino Bilíngue-Província de Tete)	111

INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

Introdução

Esta tese de Doutorado desenvolve uma pesquisa sobre Políticas Linguísticas das Línguas bantu em Moçambique, com foco nas línguas cinyungwe e cinyanja. Trata-se de um país com um número de línguas bantu não especificadas, pois não há consenso entre as teorias sobre o número exato de línguas bantu faladas em Moçambique. O trabalho enfoca a situação das línguas bantu de Moçambique em diálogo com as políticas linguísticas desenvolvidas pelo governo, atentando para os fatores que definem a escolha linguística em contexto multilíngue/plurilíngue. Busca-se, também, analisar o papel das línguas bantu cinyungwe e cinyanja na província de Tete em termos socioculturais, educacionais, econômicos e políticos. Mais especificamente, enfocamos a esfera escolar e a educação bilíngue em Tete, província que conta com a presença de três línguas bantu no ensino bilíngue (cinyungwe, cinyanja e cisená). A tese insere-se no âmbito de pesquisa doutoral em Linguística, área de *LINGUÍSTICA TEÓRICA, DESCRITIVA E EXPERIMENTAL*, na linha de Linguagem, Política e Sociedade. A pesquisa é desenvolvida em um contexto multilíngue em que a única língua oficial é o português, língua ex-colonial, que depois da independência foi adotada como língua oficial. A partir disso, o trabalho pretende contribuir com as políticas linguísticas das línguas bantu em Moçambique, mais concretamente com o cinyungwe e o cinyanja, e tendo em conta o contexto multilíngue em que elas são faladas.

Resumidamente, a pesquisa tem como **objetivo geral** analisar o papel do cinyungwe e cinyanja na Província de Tete, em Moçambique, atentando para dois elementos: (i) as políticas linguísticas governamentais em relação às línguas bantu em Moçambique; (ii) a dinâmica sociolinguística das línguas Cinyungwe e Cinyanja na Província de Tete, atentando para seus papéis sociocultural, econômico, político e educacional.

A partir disso, os objetivos específicos compreendem:

- ✓ apresentar e discorrer sobre a política linguística governamental de Moçambique voltada para as línguas bantu moçambicanas;
- ✓ apresentar e analisar a situação sociolinguística do cinyungwe e cinyanja na Província de Tete, em Moçambique, com enfoque maior na esfera escolar;

- ✓ e revisar abordagens teóricas em políticas linguísticas voltadas para contextos africanos e multilíngues, a partir do contexto linguístico de Tete como referência

As **perguntas** que norteiam esta pesquisa são:

- ✓ Que papel as línguas bantu ocupam num contexto em que o português é a única língua oficial em Moçambique?
- ✓ Qual é o papel sociocultural, econômico, político e educacional do cinyungwe e cinyanja na Província de Tete?
- ✓ Qual é a situação e os desafios enfrentados pelos professores no ensino bilíngue (português e língua bantu local)?
- ✓ Quais os estudos que contribuem no desenvolvimento das políticas linguísticas multilíngues em contextos africanos, a partir da realidade do cinyungwe e cinyanja na Província de Tete?

A **estrutura do trabalho** se organiza em torno desses objetivos específicos: no capítulo 1 apresento a política linguística governamental de Moçambique voltada para as línguas bantu. No capítulo 2, discorro sobre a situação sociolinguística do cinyungwe e cinyanja na Província de Tete, em Moçambique, com enfoque maior na esfera escolar. No capítulo 3, reviso abordagens teóricas em políticas linguísticas voltadas para contextos africanos e multilíngues, a partir do contexto linguístico de Tete como referência, com atenção especial à esfera educacional.

Justificativa

Sobre a **justificativa** para esta pesquisa, entendo que não basta afirmar que Moçambique é um país multilíngue e multicultural, que tem o português como língua oficial. É preciso compreendermos os desafios vivenciados no cotidiano pelas pessoas que não dominam o português. A título de exemplo, menciono a minha experiência: por ter como língua materna uma língua bantu (o echuwabo), durante a minha idade escolar não tive a oportunidade de aprender os conteúdos em minha língua, sendo que todo o conhecimento adquirido foi através do português, algo que foi desconfortável nos primeiros momentos de escolaridade. Enfrentei dois desafios na escola, primeiro a língua, depois o conhecimento. Acho que essa batalha foi vencida, mas com algum custo emocional. Essa vivência foi um dos motivos que me levou a cursar a graduação em letras português, o mestrado em educação em língua portuguesa, e, agora, o doutorado em linguística. Escolhas que resultam de uma luta contínua. Hoje levo essa arma para ajudar crianças que vivem ao meu redor, na província de Tete, onde as vejo impedidas de aprenderem os conteúdos em suas línguas maternas (cinyungwe e cinyanja), como eu mesmo experimentei na minha infância. Daí a minha busca por caminhos que favoreçam a sua aprendizagem em suas línguas maternas sem discriminação, pois, a criança quando ensinada na sua língua, adquire competências e outras experiências ou práticas para exercer qualquer tarefa. A língua materna da criança no processo de ensino e aprendizagem abre horizontes na busca de outras realidades e novas formas de pensar. Ao contrário disso, quando a criança aprende os conteúdos ou ciência em língua segunda ou estrangeira, língua que não é do seu domínio comunicativo, para além de aprender a lidar com os conteúdos mais complexos, ela também lidar com a aprendizagem não apenas de uma nova língua, mas de uma nova visão de mundo. Essa tese defende que o ensino das línguas bantu não pode ser visto como um sinal fraqueza, mas sinaliza para caminhos linguísticos que permitam as crianças encontrarem o seu percurso estudantil em seu próprio um espaço – a escola.

Sobre o cenário sociolinguísticos da pesquisa, embora o português seja língua de prestígio em Moçambique, as línguas bantu, mais do que servirem como meio de comunicação entre utentes de diferentes locais, são também usadas como línguas estratégicas e simbólicas, na medida em que alguns termos substituem o português, tal é o caso das línguas cinyungwe e cinyanja, em que os falantes nomeiam objetos e algumas comidas nessas duas línguas como representação social e afirmação de identidade. Abaixo algumas imagens de representação e

afirmação de identidade a partir de alimentos predominantes na região de pesquisa: de esquerda para direita temos: *xicoa* e *Kampeta* (espécies de peixe local), *nkongwe* (caril feito de fígado e tripas de cabrito). As imagens abaixo (figuras 1,2 e 3) foram fotografadas no mercado informal, são uma forma de afirmação de identidade de povo nhúngwe, a língua serve dessas comidas para se impor no mundo, de qualquer das formas qualquer falante de língua poderá usar estes nomes para designar estes alimentos em determinado geolinguística. Esses termos substituem o português durante a comunicação entre as pessoas dessa região, o que significa que a mistura linguística não é um problema, mas integra a paisagem linguística e sonora da região. Abaixo seguem imagens das comidas mencionadas, apenas a título de ilustração do cenário sociolinguístico que caracteriza o cotidiano das cidades.

Fig 1: Peixe Xicoa



Fig. 2: Peixe Kapenta



Fig. 3: Nkongwe



Fonte: Acervo pessoal (2025)

Ainda sobre a justificativa, entendemos que, embora as línguas bantu não sejam valorizadas em alguns setores de domínio público em Moçambique, o governo tem promovido o seu uso em setores de comunicação social, a exemplo da Rádio Moçambique, de Rádios Comunitárias e da televisão de Moçambique, bem como no setor de administração e governação local, como as Assembleias Provinciais e Municipais, embora neste último setor as línguas não estejam ainda ostensivamente usadas. Ao nível da religião, observa-se o uso massivo das Línguas Moçambicanas em igrejas católicas e protestantes, pois, o envagelho tem sido divulgado massivamente em línguas locais, por meio de orações e cânticos. O uso de línguas locais nas igrejas, constitui não só uma forma de promoção das línguas bantu, mas também são uma fonte de adoração divina, como escrito em (1 Coríntios 14:4-5) que “quem fala em línguas fortalece a si mesmo, mas quem profetiza fortalece toda igreja. Gostaria que todos vocês falassem em

línguas, mas gostaria ainda mais que todos profetizassem. Pois, a profecia é superior a falar em línguas, a menos que alguém interprete o que vocês dizem para toda a igreja seja fortalecida”. Este verso nos faz compreender que orar em língua que muitos desconhecem não ajuda para ninguém, os ouvintes não irão compreender a mensagem de Deus, aconselha-se que se formos a usar línguas desconhecidas por alguns dever a haver interpretação durante o envagelho. No entanto, a igreja católica usa as línguas locais nos seus cultos, separando os crentes, com base as escolhas ou domínios que eles tem em relação a língua portuguesa, isso de alguma forma cria discriminação, nestes casos a missas em línguas locais tem sido reservadas para pessoas adultas, ou aquelas que não entendem português, e são pouco aderidas, por isso, atualmente alguns padres tem interpretado as leituras em línguas locais, diferentemente das igrejas protestantes, onde o interprete acompanha todo envagelho, embora não sejam interpretas ajuramentados, eles tem feito um trabalho de acompanhamento baseado na tradução de vocábulos consoante a sua proficiência em língua bantu local. Sobremaneira, as línguas bantu são usadas por algumas ONG's no âmbito de desenvolvimento de suas atividades comunitárias conforme escrito em (Ramallo et *al.*, 2020). Essa valorização, nos faz estudar de forma criteriosa as línguas cinyungwe e cinyanja num contexto multilíngue e demarcado pela forte influencia de línguas estrangeiras, sobretudo, a língua inglesa, por este estudo ser feito numa região que faz limite com países cuja língua do colonizador é a língua inglesa. No decorrer da pesquisa abordarei outros exemplos sonoros e simbólicos contextualizados na região estudada, traremos mais paisagens linguísticas com intuito de estabelecermos fronteiras das línguas em estudo (cinyungwe e cinyanja) em relação as outras línguas predominantes na região (Português, inglês e Cisena).

Metodologia da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa mista, que privilegia a análise de documentos e entrevistas aos professores, alunos e outras pessoas fluentes às línguas Cinyungwe e Cinyanja, pois conforme Lakatos e Marconi (2003, p.158), as duas tarefas, pesquisa bibliográfica e de campo, podem ser executadas concomitantemente. Análise documental tem como fonte, e objeto de estudo, a investigação dos documentos. Até o século XIX o conceito de documentos se restringia aos que fossem escritos e oficiais, mas, com a evolução da História e da disciplina, o conceito de documentos ultrapassou a ideia de textos escritos e/ou impressos, passando a abordar outras fontes tais como filmes, vídeos, fotografias, entre outros, constituindo-se em uma fonte preciosa para todo pesquisador (Alves et al, 2021, p.3). Nesta pesquisa para além dos documentos oficiais com base a tabela de documentos abaixo (figura 4), apresenta-se imagens de manuais, fotografias de paisagens linguísticas, extratos de livros e outros documentos úteis em uso nas escolas e no ensino Bilíngue na província de Tete. “A escolha dos documentos não é aleatória” conforme afirmam (Lüdke e André 1986 *apud* Alves et al 2021, p.3), pois houve alguns propósitos, idéias ou hipóteses que nos guiaram na seleção dos documentos e fotografias, conforme a importância da pesquisa no meio linguístico em destaque (Província de Tete), foram analisadas imagens de comidas e outros objetos com a finalidade de desenvolver o repertório linguístico das línguas cinyungwe e cinyanja, e se descreve as crenças e atitudes linguísticas dos falantes dessas duas línguas, o que permitiu construir um bilinguismo que consiste no uso de mais de duas línguas. Não foi necessário classificar os documentos segundo Lakatos e Marconi (2003, p.158) em documentos primários e secundários, porém, a intenção é de descrever a importância que cada documento escrito ou não tem nesta pesquisa voltada a política linguística na província de Tete.

Ainda sobre a **metodologia** da pesquisa, tem-se, de forma sucinta:

1. Apresentação e contextualização das políticas linguísticas governamentais em Moçambique, com enfoque no lugar das línguas bantu moçambicanas. Para tanto, faz-se análise documental, centrada na apresentação dos documentos oficiais conforme foi dito anteriormente (Constituição, resoluções e normativas), atentando, também, para a esfera educacional. Estes documentos foram revisados de forma crítica com objetivo de percebermos como as políticas linguísticas estão inseridos, por isso, apresentamos quadros

com o tipo de documentado consultado seguido com o assunto que contém este documento, como forma de orientar o leitor da tese mais focalizado e situado no que deseja no respetivo documento. Na figura 4 abaixo (tabela com documentos normativos) estão descritos 8 documentos lidos, cujos assunto está ligado às políticas linguísticas de ensino e uso de línguas em Moçambique.

Os documentos consultados nesta pesquisa são: Constituição de Moçambique; PEBIMO – Projeto de Experimentação Bilíngue em Moçambique; NELIMO – Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas; INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação; MINED/MINDH – Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano; PCEB – Plano Curricular de Ensino Básico; PCESG – Plano Curricular de Ensino Secundário Geral; Lei nº 18/2018 de 28 de dezembro do SNE. Na tabela abaixo passamos a descrever detalhadamente os documentos apresentados, isto é, sua função ou o objetivo pelo qual foi criada tal normativa.

Fig. 4: Tabela de documentos normativos

Documento	Assunto
Constituição de Moçambique	A Constituição da República de Moçambique é a Lei Política Maior do estado soberano da República de Moçambique. A primeira Constituição de Moçambique foi aprovada em 25 de junho de 1975, ano da independência nacional e teve alterações aprovadas pela Assembleia Popular em 13 de agosto de 1978. Em 2 de novembro de 1990 a Assembleia Popular aprovou uma nova Lei Maior para reger o Estado moçambicano, com 206 artigos; entrou em vigor no dia 30 de novembro de 1990 (art.206). Em 16 de novembro de 2004, a Assembleia da República aprovou uma nova Constituição Política, cujo corpo tem uma literatura com 306 artigos. Atualmente, vigora a constituição aprovada em 12 de Junho de 2018.
PEBIMO – Projeto de Experimentação Bilíngue em Moçambique	Trata-se de uma política de manutenção do ensino bilíngue em Moçambique, projeto desenvolvido entre 1993-1997 como fase inicial

	contemplando duas línguas bantu no ensino básico, em algumas escolas de duas províncias: Tete (usando as línguas Nyanja e português) e Gaza (usando as línguas Changana e Português).
NELIMO – Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas.	Trata na coordenação da pesquisa e a padronização das línguas nacionais, sedado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM)
INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação.	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação é uma instituição de planificação Curricular e de investigação pedagógica subordinada ao Ministério de Educação, com o fim de coordenar e incentivar, a harmonização do Sistema Nacional de Educação em ligação com os órgãos do Ministério de Educação. Define os princípios orientadores de planificação curricular para todo o Sistema Nacional de Educação e das respectivas metodologias de avaliação ⁴ . Tem como tarefa ainda de, Elaborar a concepção e o desenvolvimento dos currículos, dos programas de ensino, dos livros, manuais e outros materiais de ensino, dos subsistemas de educação geral e formação de professores ⁵ .
MINED/MINDH – Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano.	Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano – é o órgão central do aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidas pelo Governo, planifica, coordena, dirige e desenvolve actividades no âmbito da educação, contribuindo para a elevação da consciência patriótica, o reforço da unidade nacional da moçambicanidade.
PCEB – Plano Curricular de Ensino Básico	Plano Curricular do Ensino Básico, de ora em diante designado por PCEB, constitui o pilar do currículo do Ensino Básico em Moçambique, apresentando as linhas gerais que sustentam o novo currículo, assim como as perspectivas do Ensino Básico no país. O principal desafio, que

⁴ Boletim da República- Ministério da Educação (Diploma Ministerial n.o 121/87 de 28 de Outubro.

⁵ Boletim da República- Ministério da Educação (Diploma Ministerial n.o 121/87 de 28 de Outubro, artigo 6.2 b).

	se coloca ao presente currículo, é tornar o ensino mais relevante, no sentido de formar cidadãos capazes de contribuir para a melhoria da sua vida, da vida da sua família, da sua comunidade e do país, dentro do espírito da preservação da unidade nacional, manutenção da paz e estabilidade nacional, aprofundamento da democracia e respeito pelos direitos humanos, bem como da preservação da cultura moçambicana ⁶ .
PCESG – Plano Curricular de Ensino Secundário Geral.	Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, designado por PCESG, pretende, por um lado, garantir a continuidade do processo da Transformação Curricular do Ensino Básico e, por outro, assegurar uma melhor transição do Ensino Secundário Geral para o Superior ou para o sector laboral. O principal desafio deste currículo é formar cidadãos capazes de lidar com padrões de trabalho em mudança, de adaptar-se a uma economia baseada no conhecimento e em novas tecnologias, contribuindo, assim, para o reforço das conquistas alcançadas nos campos político, económico e social e para a redução da pobreza na família, na comunidade e no país. O PCESG é o resultado de um amplo processo de consulta a diferentes intervenientes do processo educativo que envolveu organizações sociais e profissionais, líderes comunitários, académicos, alunos, professores e técnicos da educação. ⁷
Lei nº 18/2018 de 28 de dezembro	Esta é a nova lei que muda o sistema Nacional de Educação (SNE) em Moçambique, que, dentre outras mudanças, altera a escolaridade obrigatória, que era de 1ª a 7ª classes, para de 1ª a 9ª classes. O ensino primário, que era de 1ª a 7ª, passa para 1ª a 6ª Classes. O ensino primário compreende 6 classes subdivididos (1º ciclo 1ª a

⁶ Plano Curricular do Ensino Básico- Objectivos, Política, Estrutura, Plano De Estudos E Estratégias De Implementação, INDE/MINED – Moçambique, 2003.

⁷ Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) — Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação, Ministério da Educação e Cultura Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), Imprensa Universitária, UEM, 2007.

	3ª classes) (2º ciclo 4ª a 6ª classes). O ensino Secundário compreende 6 classes divididos em dois ciclos (1º ciclo- 7ª a 9ª classes) e (2º ciclo 10ª a 12ª classes).
--	--

Fonte: autor (2025)

2. **Pesquisa qualitativa na Província de Tete**, mais especificamente, nas cidades de Tete e Moatize, locais onde fizemos entrevistas aos professores, alunos e outras pessoas fluentes sobre a língua cinyungwe; e o distrito de Angónia, local onde obtivemos informações através das entrevistas aos professores, alunos e outras pessoas fluentes sobre a língua cinyanja. Para além das entrevistas foi feito um levantamento sociolinguístico, com base em: observação da paisagem linguística e sonora (nas escolas básicas dos distritos de Tete, Moatize e Angónia, Universidade Púnguè) num período de seis meses, com anotações de campo (escritas em lojas, restaurantes, banheiros) e registros fotográficos (imagens e cânticos); entrevistas (alunos, professores, especialistas em ensino bilíngue, pessoal de saúde, tribunal e igrejas) e a análise de documentos que abordam a política linguística local, especialmente no contexto educativo (manuais, planos de ensino). Ambos os contextos de uso das línguas cinyungwe e cinyanja são analisados. Os dados estão apresentados de forma descritiva, a partir de transcrição de entrevistas feitas com professores, alunos, pessoas de algumas instituições escolhidas, conforme, o descrito acima e pessoas experientes na área de ensino de línguas bantu em Moçambique. Alguns nomes estão escritos no trabalho tal como as pessoas são chamadas, devido ao livre consentimento delas, isto porque querem se sentir incluídas na pesquisa. Os nomes dos/as alunos/as da Universidade estão apresentados pelos códigos A1, A2, A3, etc. Os nomes dos professores das escolas básicas estão representados pelos códigos P1, P2, P3, etc.
3. **Análise sociolinguística de material didático utilizado nas escolas bilíngues analisadas**, atentando para a presença das línguas cinyungwe e cinyanja e dos contextos. Os seguintes materiais (abaixo) foram considerados, porque acompanham o ensino bilíngue em Moçambique, contém temas atuais da esfera educacional no contexto da pesquisa e são usados no Instituto de Formação de professores na província de Tete.
 - (i) Gramática e Dicionário (Nyungwe- Português-Nyungwe);

- (ii) Programa do Ensino Básico;
- (iii) Programa de Línguas Moçambicanas e sua estrutura;
- (iv) Didáctica de Línguas Moçambicanas;
- (v) Cinyungwe- Kalasi 7^{mwe} (Livro do aluno de língua cinyungwe-7ª classe);
- (vi) Cireweddwe Cinyungwe-Mbatiwerenge na Kunmba (livro do aluno 1ª classe-cinyungwe);
- (vii) Cireweddwe Cinyungwe- Mbatiwerenge na Kunmba (livro do aluno 2ª classe-cinyungwe);
- (viii) Bukhu ya Mpfunzi Cinyungwe- 1ª Classe, Volume 1 (livro de Educação Bilíngue, 1ª classe, volume 1-2004).

Revisão bibliográfica dos trabalhos sobre políticas linguísticas em contextos africanos multilíngues, atentando para: o conceito de língua, os desafios enfrentados e os caminhos já encontrados. São trabalhos norteadores: Severo (2022) *Políticas e Direitos Linguísticos: Revisões Teóricas, Temas Actuais e Propostas Didáticas*, Chambo (2019) *A educação bilíngue em Moçambique*. Nhampoca (2015). *Ensino bilíngue em Moçambique: introdução e percursos*.

Sobre os **participantes da pesquisa**, apresento a seguir uma tabela com todas as pessoas entrevistadas, sua função e informações linguísticas. Os dados analisados foram selecionados de um conjunto das entrevista feitas aos alunos da Universidade Púnguè, curso de Graduação em Ensino de Português, 4 professores da Universidade Púnguè, Departamento de Letras, Ciências Sociais e Humanidades e 2 especialistas em Linguística Bantu. Foi feita uma escolha aleatória dos dados dos alunos, obedecendo critério de semelhança das respostas, ou seja, as respostas semelhantes foram agrupadas durante a descrição. Algumas entrevistas foram transcritas na sua originalidade, e seguiram protocolos informais⁸ (Vide a tabela de informantes abaixo):

Perfil dos informantes (Alunos da Universidade- anexo 1)

Ord.	Participantes	Papel/função	Informações linguísticas
1	Lidia Jular Baute	Crente da Igreja Assembleia de Deus Internacional (ADI)- Interprete-Português-	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.

⁸ Em África é comum fazer entrevistas às pessoas sem precisar de aprovação de comité de Ética, não é exigido nenhum critério ético para obter informações em diversas comunidades sociais. Apenas é feita uma negociação oral entre o entrevistador e o entrevistado (grupo ou individual). Salvo em algumas áreas de estudo.

		Cinyungwe-Português.	
2	Lídia Bernardo Cinco	Professora de português na Escola Básica e Estudante do curso de letras português-inglês.	Fluente em línguas cinyungwe e citewe.
3	Lúcia Makson Wiliamo	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyanja
4	Essão Fernando Epulane Paulo	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe
5	Ayra Diogo de Sousa	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
6	Rosa José Sicopo	Professora da Educação Básica	Fluente em cinyungwe e cinyanja
7	Manuela Armando Voraz	Professora da Educação Básica	Fluente em cinyungwe e cinyanja
8	Graça Rafael Tchapo	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
9	Samuel Quenede Queniasse	Assistente Jurídico	Fluente em cinyungwe e cinyanja
10	Alcinda Domingos Loja	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
11	Ana Jacob Nefital	Professora da educação Básica	Fluente em cinyungwe e cinyanja
12	Jonatas Matateu Saraiva	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
13	Gildo Seculane Chimalizene	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
14	Stélio José Luís	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
15	Jocasta Elias Vicente	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
16	Ribai Silva Fato	Membro da Assembleia Municipal- Moatize	Fluente em cinyungwe e cinyanja
17	Amélia Joaquim Phiri	Professora de ensino Bilíngue- cinyanja-português. 1ª classe	Fluente em cinyanja e cinyungwe
18	Ivone Rafel João Madziataica	Estudante de Letras	Fluente em cinyungwe e

		Português-Inglês	cinyanja
19	Joaquina Joaquim Franciso	Professora da educação Básica-Português	Fluente em cinyungwe e cinyanja
20	Suzalino Ernesto Mageinasse	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
21	Rosete Benedito Gervásio	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
22	Buchil Domingos Cativo	Guarda policial	Fluente em cinyungwe e cinyanja
23	Fulgêncio Tidona Malhalha	Professor da educação Básica-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
24	José Edson António Macuácuá	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
25	Amarildo Roberto António	Locutor da Rádio Moçambique-Tete e estudante de de de Letras Português-Inglês.	Fluente em cinyungwe e cinyanja
26	Julieta Francisco Augusto	Professora da Educação Básica e estudante de de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
27	Johane Luís Manuel	Funcionário no Município de Tete e estudante de Letras Português-Inglês.	Fluente em cinyungwe e cinyanja
28	Marnela Eusébio Caetano	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
29	Milena João Harcolelte	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
30	Maria Chira Saene Dique	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
31	Alexandrina Andre Mahumane	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
32	Laurinda Jular Baute	Professora e estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
33	Mussagy Boião Furruma	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
34	Marnela Eusébio M. Caetano	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
	Inês Tomé Manuel Jaime	Estudante de letras	Fluente em cinyungwe e

35		Português/Inglês	cinyanja.
36	Celsa António Carlos Fernando	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja.
37	Margarida Cristovão de Sousa Chicuamba	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em Changana.
38	Churcilia Leta	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e echuwabo
39	Perina Domingos Laquione	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyanja.
40	Inocência Moises R. Fernando	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja
41	Aurélia Ernesto Jaquissone	Estudante de letras Português/Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja

Fonte (autor 2025)

Perfil dos informantes (Professores da Universidade Púnguè, Professores de Cinyùnguè, Cinyanja e especialistas- anexo II

Ord.	Participantes	Papel/função	Informações linguísticas
1	Arcénio Olíndio Luabo	Atuante na formação de professores da Universidade Púnguè.	Fluente em línguas cinyungwe e cisena.
2	Agostinho Muchombe	Docente de línguas bantu na Universidade Púnguè	Fluente em línguas cisena e cidau.
3	João Divala	Docente de línguas bantu na Universidade Púnguè	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
4	Baptista Yacoby	Técnico de Laboratório de análises clínicas no Hospital Provincial de Tete.	Fluente em línguas ciyungwe e Elomwe.
5	Senhor Sardinha	Funcionário de Justiça no Tribunal Provincial Tete	Fluente em línguas ciyungwe e Elomwe.
6	Senhor Manuel Juliano Njanje	Chefe dos Recursos Humanos na Direção Provincial de Educação de Tete	Fluente em línguas cinyungwe.

7	Senhor Canísio Franque	Crente da Igreja Testemunha de Jeóva-Cidade de Tete	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
8	Mário Biriarte	Doutor em Ciências de Linguagem; Diretor Adjunto na Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades- Universidade Púnguè.	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
9	João Reis Fungulane	Formador do Ensino Bilíngue na Província de Tete e colaborador na produção de material de ensino bilíngue da línguas Cinyungwe.	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja, cisená.
10	Wilson Paulino Nhequete Sachoca	Diretor Pedagógico da Escola do 1º Grau de Capinga- Tete, professor do Ensino Bilíngue	Fluente em Cinyungwe- Shona
11	David Langa	Departamento de Línguas Faculdade de Letras e Ciências Sociais Universidade Eduardo Mondlane Moçambique.	Secção de Línguas Bantu
12	Domingos Gandar	Diretor da Escola Canjada	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja e Senga.
13	Joana Fernando Limão	Diretora Pedagógica da Escola Canjada	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
14	Elisa Valente Armando Mortar	Professora de ensino Bilíngue- cinyungwe-português	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
15	Emilda Adriano Veja	Professora de ensino Bilíngue- cinyungwe-português.	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
16	Betânia Manuel Bomba	Professora de ensino Bilíngue- cinyanja-português.	Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja.
17	Diana Zuze Sombreiro	Professora de ensino Bilíngue- cinyanja-	Fluente em cinyanja e cinyungwe

		português-2ª classe	
18	António João	Professor de ensino Bílingue- cinyanja- português. 3ª classe	Fluente em cinyanja e cinyungwe
19	Amélia Joaquim Phiri	Professora de ensino Bílingue- cinyanja- português. 1ª classe	Fluente em cinyanja e cinyungwe
20	Rosa José Sicopo	Professora da Educação Básica	Fluente em cinyungwe e cinyanja
21	Alexandrina Andre Mahumane	Estudante de Letras Português-Inglês	Fluente em cinyungwe e cinyanja

Fonte: autor (2025)

Todos/as os participantes foram devidamente informados da pesquisa e assinaram um termo de compromisso. A pesquisa não foi submetida ao conselho de ética, pois entendemos que a compreensão de protocolos éticos no contexto africano deve estar alinhada com os interesses e os acordos estipulados entre o pesquisador e os participantes. Nos alinhamos com as reflexões feitas sobre a questão ética em pesquisas africanas de Bernardo (2025), sobre políticas linguísticas educacionais em contextos rurais angolanos, que problematiza os protocolos éticos brasileiros aplicados a contextos africanos. Considerando que o pesquisador é membro da comunidade linguística e educacional pesquisada, os laços de confiança e de compromisso foram considerados em diálogo com esse pertencimento.

Contexto de Pesquisa

Sobre o **contexto da pesquisa**: os distritos municipais de Tete, Moatize e Angónia são o foco empírico desta pesquisa. A cidade de Tete, distrito do mesmo nome, é atravessada pelo rio Zambeze. Embora não haja dados concretos de número de pessoas que falam a língua cinyungwe, sabe-se que nas cidades de Tete e Moatize a maioria da população fala o cinyungwe. Enquanto esta língua não atravessa fronteiras internacionais, cinyanja é uma língua transnacional, falada em Moçambique, Malawi, Zâmbia e Zimbabué.

Fig. 5: Mapa-limites da Província de Tete



Fonte: [Google.com/search?q=mapa+do+distrito+de+tete&oq=mapa+do+distrito+de+tete&gs](https://www.google.com/search?q=mapa+do+distrito+de+tete&oq=mapa+do+distrito+de+tete&gs)

Na fronteira entre esses países, os usuários desta língua convivem com o português, do lado de Moçambique, e com o inglês, do lado de Malawi, sendo comum encontrarmos escritas de nomes nas duas línguas nas paisagens linguísticas local, como placas e estabelecimentos comerciais. Por exemplo, tem-se o português/cinyanja do lado de Moçambique, e o inglês/cinyanja do lado do país vizinho, Malawi, como *Homem/Amuna*, *Mulher/Ankazi* (escritas feitas nas portas dos banheiros do lado de Moçambique) e *Men/Amuna*, *Woman/Ankazi* (escritas feitas nas portas dos banheiros do lado de Malawi, país vizinho, que tem língua bantu a variante cinyanja.) como ilustra a imagem abaixo (figura 4) captada na fronteira entre Biri-Biri (Moçambique) e Malawi. A política linguística de Moçambique é discriminatória, na medida em que as línguas minoritárias são excluídas no discurso, e na expressão sociolinguística (paisagens linguísticas) problemas motivados pela falta de criação de espaços de debates que possam promover as línguas bantu, neste caso o cinyungwe e o cinyanja podem ser promovidas através de escritas em locais públicos, como acontece com a língua cichewa, variante cinyanja falada em Malawi e Zâmbia, cujas escritos estão no comércio, nos hospitais, nas lojas, locais de cultos religiosos, nos postos fronteiriços os utentes são obrigados a preencher fichas (passaporte de emergência) em línguas cichewa ou inglês), ao contrário da fronteira de lado de Moçambique em que as línguas locais são excluídas nas fronteiras, ficando a sua sorte, as fichas (passaporte de

emergência) são preenchidas em línguas estrangeiras (português/inglês), sendo o português língua do colonizador e tida como oficial em Moçambique e inglês língua de prestígio tida como uma língua de diplomacias.

Fig. 6: Banheiros com escritas de cinyanja-português e cinyanja-inglês



Fonte: acervo pessoal (2025). Foto tirada na fronteira entre Biri-Biri e Malawi no dia 25/05/2025 (distrito de Angónia)

Entendemos que a paisagem linguística e sonora é distinta, embora a língua cinyanja seja comum a ambos. Nos interessa comparar esses dois contextos – local (língua cinyungwe) e transnacional (língua cinyanja) –, atentando para a complexidade sociolinguística local e as políticas linguísticas praticadas, percebidas e declaradas (Bonacina-Pugh, 2012).

CAPÍTULO I

1. POLÍTICA LINGUÍSTICA GOVERNAMENTAL DE MOÇAMBIQUE VOLTADA PARA AS LÍNGUAS BANTU MOÇAMBICANAS

Neste capítulo, faz-se a apresentação e contextualização das políticas linguísticas governamentais em Moçambique, com enfoque no lugar das línguas bantu moçambicanas. Para tanto, este capítulo está centrado na apresentação dos documentos oficiais (Constituição, resoluções e normativas), atentando, também, para a esfera educacional.

Com base no censo de 2017, a população moçambicana é de cerca de 27.909.798. Desse número, 16% têm o português como língua materna, e o restante tem a língua bantu/ língua moçambicana como língua materna (MINEDH, 2020–2029). Segundo o INE (2019 apud Ramallo et al. 2020, p. 24), as Línguas Bantu/Línguas Moçambicanas são as mais faladas no país, abrangendo cerca de 81,1% da população. A Língua Portuguesa, a língua oficial do país, é falada ao nível nacional por 47,3% da população, dos quais 16,5% como L1 e 28,8% como L2 (INE, 2019). Existem em Moçambique cerca de vinte e quatro línguas moçambicanas, também conhecidas como línguas locais ou línguas bantu. Dezenove destas línguas tem a ortografia padronizada e são usadas na educação bilíngue. Nas zonas rurais, as interações diárias desenvolvem-se quase que unicamente nestas línguas (Patel; Majuisse; Tembe, 2019) e em suas variedades, além do português. Esta língua mesmo “antes de 1975, ano da independência nacional, era tida como única língua oficial, de unidade nacional, que dava acesso à escola, à administração estatal, aos órgãos da informação social, à legislação” (Mendes, 2000, p. 30). O português é a língua oficial de Moçambique e tida como língua de prestígio. Enquanto os documentos oficiais estão escritos em português, as restantes línguas não têm representação formal no domínio na administração estatal, por isso, a oficialização da LBM, seria um imperativo do seu uso na administração estatal ou em qualquer instituição pública. A não oficialização da LBM faz com que os pais não saibam do valor que estas línguas tem para sua vida e dos seus filhos. Não importa o número de línguas existentes no país para sua oficialização, importa numa primeira fase a oficialização de algumas delas, podendo começar com as que estão no ensino bilíngue.

Algo marcante é que em Moçambique há normativas que regulam o uso de línguas bantu nas escolas, não só no ensino bilíngue, mas em qualquer escola, mesmo as da zona urbana. Nas escolas, os alunos falam livremente as suas línguas juntamente com o português, algo que não acontecia na era colonial ou mesmo depois da independência nacional, por exemplo, a Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990 (e atual de 2004), estabelece que o português é a língua oficial (artigo 10), enquanto as línguas bantu são designadas como línguas nacionais (artigo 9), sendo estas valorizadas como património cultural e educacional pelo estado, que promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade. Essas línguas estão ativamente distribuídas em todo o território moçambicano, e desempenham diversos papéis em diferentes contextos da vida social das comunidades, tal como em atividades culturais, políticas e económicas. Essas línguas são amplamente utilizadas em programas de comunicação social (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique, Rádios comunitárias), nas igrejas, e em revistas, entre outros (INDE, 2018). Embora, o Estado valorize as línguas bantu no território nacional, como património cultural e educacional, os utentes destas línguas são discriminados se não vejamos:

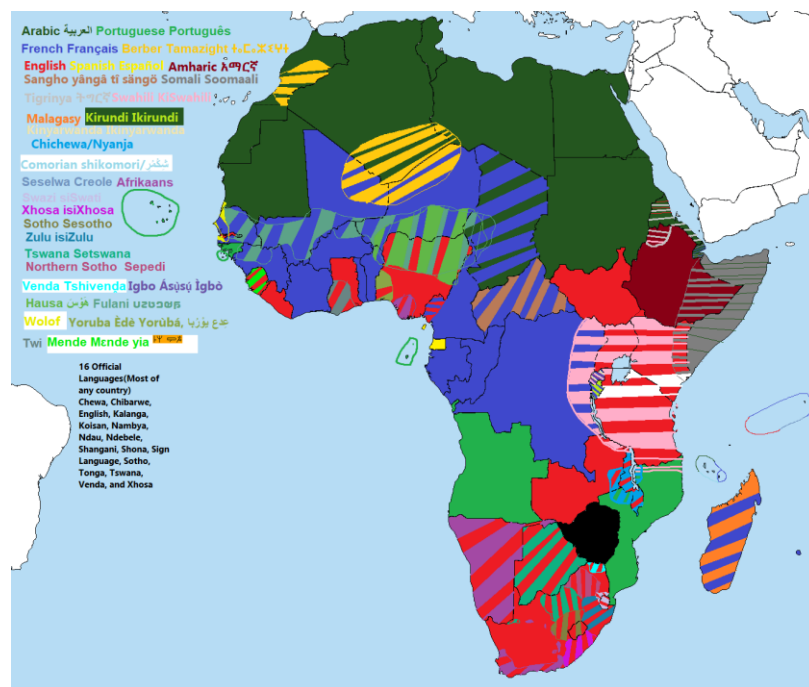
- ✓ Nas escolas bilíngues, os alunos que falam estas línguas, pouco sabem escrever nelas, porque não dominam o alfabeto das línguas bantu;
- ✓ As escolas bilíngues, parece estarem direcionadas para crianças pobres, porque para além do ensino bilíngue estar nas zonas rurais, também os pais com poder financeiro não aceitam que os seus filhos aprendam as disciplinas em línguas locais;
- ✓ Há discursos discriminatórios sobre o ensino bilíngue a nível da estrutura governativa em Moçambique, alguns dirigentes não apoiam a promoção do ensino bilíngue;
- ✓ O ensino bilíngue, usando as línguas bantu restringe apenas no ensino primário, deve ir até ao secundário e ensino superior.

As línguas como património não podem ser equiparadas com um edifício, as línguas são dinâmicas e acompanham a evolução da população em todo seu processo de vida. Elas devem ser promovidas no comércio tanto formal e informal, o que não se verifica em línguas cinyungwe e cinyanja, o recrutamento das pessoas para postos de emprego nesta região, também deve atender a questão linguística da região, só assim, essas línguas serão

valorizadas, porque língua promove a economia do Estado e os falantes de uma língua são respeitados mediante o seu poder econômico.

A problemática do uso das línguas locais em relação à língua colonial é comum em muitos países africanos. A título de exemplo, em muitos países africanos (Figura 5) a língua oficial é originária do ex-colonizador, porém, a oficialização das línguas instaura a política de status que acaba valorizando as línguas reconhecidas pelo Estado, o que não ocorre com as línguas bantu. Podemos citar modelos de países que fazem limite com Moçambique que escolheram pelo menos uma língua bantu como oficial, para além da língua do colonizador. Tal é o caso de Malawi e Zâmbia, com a língua Cichewa (variante Cinyanja); Zimbabwe, com a língua Shona; Tamzânia, com a língua Kisuahil; África do sul, com o africâner, ndebele, pedi, sotho, swati, tsonga, tswana, venda, xhosa e zulu). Abaixo registra-se um mapa linguístico do continente africano, a título de ilustração.

Fig. 7: Mapa linguístico de África



Fonte: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000004>

Embora Moçambique tenha o português como única língua oficial, há um esforço feito pelos pesquisadores, na sua maioria da Universidade Eduardo Mondlane, por padronizar a escrita de línguas bantu em Moçambique, além do empenho de muitos desses pesquisadores pela política linguística educacional bilingue. Esse esforço é fruto de desafios que levaram décadas de esforço

pelo reconhecimento das línguas bantu. A normatização das línguas – inscrição de alfabetos nessas línguas – é geralmente visto como condição para que elas tenham existência nas instituições, como a administração pública. Essa normatização também ajudou na produção de materiais e recursos a serem usados nas escolas, como gramáticas, livros didáticos, revistas, jornais etc. A normatização se apoia na ideologia da padronização, amplamente influenciada pelo imaginário colonialista de língua, fortemente presente no mundo europeu (Severo; Nhampoca, 2022). Neste sentido o bilinguismo passa a ser não o uso alternado de dois idiomas como defende Bloomfield, (1935 *apud* Harmers e Blanc, 2000, p.6), ser bilingue é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas, tanto na fala quanto na escrita, para Bloomfield (1933,p.54) bilinguismo é o “controle nativo de duas línguas”.

Ainda acerca do mesmo conceito, Patel (2012, p.34) vê o bilinguismo como sendo um fenômeno individual e social e implica a capacidade de usar as línguas em graus e situações diferentes e com fins diferentes. Este é o bilinguismo desenvolvido na maioria das escolas bilíngue em Moçambique, porque, tanto os alunos, quanto os professores usam mais de duas línguas, isto é, para além do português e uma língua bantu escolhida, eles convivem com inglês, ou outra língua bantu não nativa, praticada por seu colega ou amigo ou povo vizinho, neste caso para as escolas das zonas fronteiriças da província de Tete, onde os países vizinhos tem suas línguas bantu para além do inglês, língua do ex-colonizador.

Sobre as políticas linguísticas em contextos africanos, Firmino (2002) salienta que não se pode tomar como definitivo que as línguas autóctones têm sido restringidas a funções menores. Mesmo em países onde predominam políticas exoglóssicas, as línguas autóctones podem ter acesso às esferas públicas fora do controle do Estado, como em atividades religiosas ou em contextos de comunicação que envolvem uma maioria de não falantes da língua do ex-colonizador, como as emissões de rádio. Este é o caso de Moçambique, onde as línguas bantu assumem protagonismo em contextos não formais, situações de comunicação entre famílias da zona rural, suburbana e em convívios comunitários. Segundo Ponso e Nhampoca (2018), os contextos mais favoráveis à manutenção das línguas bantu são os chamados tradicionais, que incluem a presença de ritos, as cerimônias familiares de atribuição do nome tradicional, o casamento tradicional, os ritos de sororato e levirato após a morte, a purificação das viúvas e as práticas de curanderia e medicina tradicional. O trecho abaixo ilustra o uso cerimonial das línguas bantu.

A cerimônia do lobolo, ou casamento tradicional, representa uma das cerimônias representativas do tipo de “situação de fala” (Goffman, 1964; Hymes, 1972; GumperZ, 1982) em que se pode acompanhar o uso ritual das línguas na tradição moçambicana, tendo como participantes dos eventos de fala os antepassados. O lobolo é uma espécie de negociação entre duas famílias, no âmbito privado, sem a intervenção de autoridades políticas e religiosas, e com a evocação dos espíritos dos antepassados familiares (Ponso; Nhampoca, 2018, p. 136).

As línguas bantu, também designadas línguas locais (Firmino, 2002), embora indiquem identidades étnicas e regionais, evocam também realidades transregionais, por esta razão são chamadas de línguas nacionais (CRM, artigo 9, 2018), pois o Estado as valoriza como patrimônio cultural e educacional e promove-as como línguas veiculares da identidade moçambicana. Firmino problematiza que a nacionalização não implica a oficialização. Hoje, 50 anos após a independência nacional, mantém-se, no país, uma política linguística que não confere reconhecimento pleno às línguas moçambicanas, a despeito da existência de programas de educação bilíngue. Embora, Patel (2022) fundamente que as práticas educacionais revelem a predominância de uso de português, é preciso frisar que é difícil desenvolver-se um monolingüismo num contexto onde muitas línguas coexistem de forma ativa e dinâmica.

As línguas bantu moçambicanas persistem ativas e dinâmicas e esse dinamismo é existente também na mistura dessas línguas com a língua portuguesa. Essas línguas também são uma forma de resistência em relação aos opressores e são marcas de identidade. Quando queremos nos afirmar como pertencentes a um dado grupo, por exemplo, recorreremos as nossas línguas. As línguas bantu moçambicanas e suas influências na língua portuguesa são usadas pelos alunos durante as aulas de língua portuguesa. Em nosso contexto de pesquisa, por exemplo, eles pronunciam livremente discursos em cinyungwe, como por exemplo: *iwe empresta-me caneta* (você empresta-me caneta), *ine nda mena* (eu vou te bater) entre outras. Esses são alguns exemplos vivenciadas nas aulas ministradas numa escola secundária durante o período da minha pesquisa na cidade de Tete, onde a língua bantu dominante é o cinyungwe.

Abdula (2017), no seu artigo sobre *A criatividade da língua portuguesa-estudo de moçambicanismos no português de Moçambique*, aborda a vivência das línguas bantu em mistura com o português, trazendo exemplos deste fenômeno em diferentes contextos étnicos, como o povo *maconde* – um grupo étnico da Província de Cabo Delgado. As influências e misturas da língua portuguesa com as línguas bantu moçambicanas também ocorrem no *nyambaro* – uma dança tradicional da província da Zambézia; no *lobolo* – casamento tradicional na região sul do

país; e no *mukutto* – um ritual tradicional na província da Zambézia (Abdula, 2017). Na mesma direção, Velasco e Timbane (2017) no seu artigo sobre *O processo de ensino-aprendizagem do português no contexto multicultural moçambicano*, afirmam que as práticas docentes bilíngues e os níveis de uso das línguas bantu são fatores decisivos para o sucesso ou fracasso escolar dos alunos do ensino. Para tal, segundo eles, recomenda-se que o Estado moçambicano possa efetivamente tornar o ensino bilíngue uma realidade fiável na formação das crianças, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas. Defendemos essa perspectiva pelas seguintes razões:

- (a) linguístico-pedagógicas: pelo fato de existir uma diversidade linguística no país;
- (b) culturais e de identidade: a língua é a riqueza cultural e de identidade de uma comunidade ou grupo étnico;
- (c) direitos humanos e linguísticos: significa que todo indivíduo tem o direito de aprender a língua do seu povo.

As línguas maternas em Moçambique podem ser consideradas como as línguas de referência (INDL/IPHAN, 2016), pois são usadas como recurso no processo de ensino-aprendizagem para explicar ou clarificar conceitos difíceis em qualquer disciplina e classes. Além disso, a língua materna ou de referência também serve no desenvolvimento de todas as atividades da comunidade em que a língua é falada. Volto a sublinhar que a língua materna bantu é a língua de uso costumeira para a população rural que não fala português: os pais das crianças servem-se dessa língua para ensinar aos seus filhos as atividades domésticas. A LM é a língua das relações familiares e das pessoas da mesma etnia que partilham seus hábitos rotineiros, sendo instrumentos fundamentais na construção das identidades simbólicas (Firmino, 2002). Sobre a designação bantu, vale destacar que o termo bantu,

significa pessoas ou povos e inicialmente foi usada para se referir às línguas da África Sub-Sahariana que exibem um sistema comum de concordância por prefixo. Atualmente, o termo Bantu é usado para se referir a um grupo de cerca de 600 línguas faladas por perto de 220 milhões de pessoas numa vasta região da África contemporânea, que se estende a sul da linha que vai desde os montes Camarões, junto à costa atlântica, até à foz do rio Tana, no Quênia, abrangendo os seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Swazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue Ngunga (Patel; Majuisse; Tembe 2019, p. 27). Esses avanços lhes permitiram colonizar um amplo território [...] forçando o recuo dos povos nomades. No entanto, os bantu absorveram alguns fenômenos linguísticos típicos das línguas coisas, como o clique (Leonel, 2023).

Os idiomas bantu foram classificados por Guthrie em 1948 em grupos de acordo com zonas geográficas. Ele reconstruiu o protobantu como a protolíngua deste grupo de idiomas. Existe alguma controvérsia sobre a identidade de alguns idiomas bantu, que alguns linguistas consideram dialetos de uma língua. Em Moçambique, por exemplo, a língua principal do sul do país é a língua tsonga, embora os seus dialetos, changana, ronga e xitswa sejam muitas vezes considerados línguas separadas, clique (Leonel, 2023).

Segundo Macaringue e Pires Santos (2019), o percurso de reconhecimento das línguas bantu em Moçambique desde 1975 é atravessado por uma memória e história colonial, que vale a pena retomar, através das fases a seguir:

Fase I: a fase colonial, da descoberta e ocupação portuguesa, sobretudo no litoral, onde foram construídas as fortalezas de Sofala (1505), na Ilha de Moçambique (1507). Foi mais tarde, através de processos de conquistas militares apoiadas pelas atividades missionárias e de comerciantes, que os colonizadores penetraram para o interior, onde estabeleceram algumas feitorias, como a de Sena (1530) e de Quelimane (1544). Como diz Lupi:

comércio e evangelização caminhavam a par, e assim foi até ao tempo do regime de Salazar (1928–1968), os missionários competiam ao mesmo tempo pregar o Evangelho e consolidar a relação com Portugal, mantendo as escolas para os Indígenas. Se os missionários portugueses aceitavam com facilidade essa duplicidade, os estrangeiros,...]. Todos os idiomas usados na escola multiétnica, exprimiam a mesma fé católica (apud Severo, 2019, p. 11–12).

Aqui, importa referenciar a obra de Severo (2019, p.19-20) ao destacar os trabalhos dos Jesuítas na produção dos instrumentos linguísticos no contexto de África e Brasil. A autora diz que estes trabalhos se notabilizaram pela produção de gramáticas, dicionários, listas de palavras sobre as línguas locais, bem como de instrumentos de evangelização e de formação espiritual, como catecismos, sermões e doutrinas. Essas descrições mostram-nos o quanto a religião influenciou e continua a influenciar na normatização das línguas locais. A partir de uso de línguas locais, as igrejas conseguiam dominar populações locais.

No período colonial, as línguas africanas, como afirma Mendes (2000. p. 31), foram relegadas para o segundo plano pelo próprio sistema. As línguas bantu eram denominadas, pejorativamente, por dialetos ou landins (na região sul) por oposição à língua portuguesa. Por isso, a nossa luta hoje deve ser de oficializar estas línguas então negadas, como disse Lopes (2013 p.79) que a questão do estatuto oficial para as línguas não pode ser ignorado em nenhum

estudo de revivificação linguística em África. Para ele uma verdadeira revivificação linguística requer caminhar-se em direção à solução deste problema. Línguas nativas sem estatuto oficial ou co-oficial num contexto plurilingue são línguas que tendem a desaparecer, Lopes (2013 p.79).

Fase II: a fase da I República (1975), com a independência política no exercício do direito à autodeterminação, contra a potência colonizadora e posterior adoção de um regime inspirado no socialismo soviético;

Fase III: a fase de transição para um regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático, com a aprovação da Constituição de 1990, seguindo-se a assinatura do Acordo Geral de Paz e a abertura ao pluralismo político-social, com a realização das primeiras eleições multipartidárias, presidenciais e legislativas em 1994;

Fase IV: é a fase da consolidação político-constitucional, com a adoção de uma Constituição aprovada por um parlamento multipartidário em 2004.

Nota-se pelas fases apresentadas, que as políticas linguísticas em Moçambique foram influenciadas fortemente pelos padres católicos, que criaram escolas que recebiam jovens vindos de todas as partes do país, cujo propósito era de educá-los e evangelizá-los. A esse respeito, Lessa dos Santos (2013, p. 1) conferiu o seguinte relato: “a grande corrida para salvar as almas negras, na linguagem dos próprios missionários, se deu nos finais do século XIX, como é o caso da missão suíça no sul de Moçambique e nas primeiras décadas do século XX, no contexto da colonização efetiva do continente africano”. Se, por um lado, a missão dada aos missionários era de salvar as almas negras, por outro lado, os missionários se encarregavam de produzir material didático (dicionários, gramática e diversos outros) em línguas locais, como acontecia com a missão suíça com papel importante em educação, saúde e evangelização, trabalho que tem sido feito atualmente com a igreja perisbeteriana de Moçambique que continua ativa e com muitos membros no país. Os Jesuitas no centro do país, caso da província de Tete criaram escolas que, para além dos alunos aprenderem matérias em língua portuguesa, também eram evangelizados em língua local, motivo que fez com que houvesse em Moçambique um número considerável de dicionários e gramáticas escritas em línguas locais, por exemplo: *Manual de Chi-Nyanja*, do Pe. Henri Simon e S.J. Dele, na Missão de José Boroma em Tete; e o *Dicionário Cinyanja-Português* (1963) e *Português-Cinyanja* (1964) de missionários da Companhia de Jesus, na Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa. A língua emacua, língua local falada no norte de Moçambique, teve a maior quantidade de trabalhos de investigação feita (MENDES, 2000). Na educação

missionária, os alunos aprendiam tudo que tinha a ver com a moral cristã em língua local (respeito mútuo, dignidade, etc.) e, de forma gradual, iam aprendendo a catequese em português.

Registre-se que a alfabetização feita pelos missionários no período colonial português não foi massificada, pois só tinham acesso à educação aquelas pessoas que frequentavam as missões. É preciso considerar, também, a padronização da escrita das línguas bantu por linguistas, como Doke (1940), Cole (1961) e Guthrie (1967-1971), que fizeram mapeamento e classificação de línguas africanas. Cumpre, ainda, afirmar que muitos textos escritos em línguas locais pelos missionários católicos não obedecem à padronização das línguas bantu, pois sua escrita é anterior à padronização atual. Foi apenas em 1989 que os linguistas moçambicanos, sedeados em NELIMO, fizeram a primeira padronização da escrita das línguas moçambicanas e, passados 10 anos depois da CRM (1990), Siteo e Ngunga (2000), com base em AFI de 1993, padronizaram a escrita das línguas bantu.

Embora Ramallo (2020) mencione que o país carece ainda de uma política linguística que promova de forma crescente o uso das línguas bantu, estudiosos das línguas moçambicanas, como Mendes (2000, p. 33), afirmam que as línguas moçambicanas, bem como o português, desempenham uma função veicular, como estabelecer-se uma conversa, dar explicação ou um esclarecimento na língua local, entre outros. Presentemente, empregam-se as línguas moçambicanas nos espaços religiosos, isto é, nas pregações de missa, como nas igrejas católicas, com padres moçambicanos bilíngues (português e uma língua bantu moçambicana). Os cânticos religiosos são, muitas vezes, alternados entre uma língua bantu moçambicana e o português, assim como em revistas religiosas. Na comunicação social, temos programas interprovinciais da Rádio Moçambique, que são radiofundidos em línguas locais (Mendes, 2000). Embora as políticas linguísticas do Estado admitam o uso das línguas bantu em locais públicos, como repartições, elas continuam a dominar a esfera familiar e contextos rurais, o que também determina a implantação de ensino bilíngue exclusivamente nas zonas rurais

Tendo feito esta apresentação inicial panorâmica da situação das línguas em Moçambique, a seguir abordo com maior detalhamento a política linguística neste país, atentando para os contextos educacional, sócio-cultural, econômica e religiosa.

1.2 Política linguística e o contexto educacional

O conceito de políticas linguísticas envolve um “conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (Calvet, 2002, p. 145). Enquanto ações coordenadas, estruturadas e desenvolvidas pelos Estados e pela sociedade constituída coletivamente para intervir nos usos das línguas, as políticas linguísticas podem ser geridas, segundo o autor, com base em dois tipos, nomeadamente *in vivo* e *in vitro*. A gestão *in vivo* “refere-se ao modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem” (Calvet, 2002, p.146); e a gestão *in vitro* resulta das práticas sociais que permitem estabelecer/enriquecer as práticas de linguagem. Enquanto a gestão *in vivo* aborda a forma como as pessoas resolvem seus problemas linguísticos, em favor da constituição de uma coletividade e de uma vida comum; a gestão *in vitro* resulta da intervenção do Estado e de linguistas, os quais “analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular problemas; depois os políticos estudam as hipóteses e as proposições, fazem escolhas, aplicam-nas” (Calvet, 2002, p. 147-148). Nesta pesquisa, abordaremos as duas dimensões: institucional-governamental e local.

Sobre a importância da educação bilíngue, entendemos, conforme Santos (2013, p. 167), que quando a heterogeneidade linguístico-cultural é existente em sala de aula, ela pode ser um fator decisivo no ensino-aprendizagem, pois, de acordo com as escolhas metodológicas do professor, ele é capaz tanto de motivar/gerar a interação entre os atores envolvidos no processo e enriquecer as discussões e tarefas na língua alvo, quanto de produzir um efeito completamente oposto. Sobre a importância e papel da educação em língua materna em contextos multilíngues, vale relembrar as estatísticas problemáticas da UNESCO⁹, que afirmam que 40% das pessoas do mundo não têm acesso à educação em língua materna. Além disso, data de 1953 o primeiro documento da UNESCO atestando a importância da educação em língua materna, no texto *The Use of the Vernacular Languages in Education* (UNESCO, 1953).

Historicamente, os desafios sobre o uso das línguas bantu começa a fluir interesse no ano de 1990 em Moçambique, com a implementação do ensino bilíngue em algumas escolas do país entre 1993 e 1997. Para Ngunga et al. (2010 apud MINEDH, 2020-2029), as políticas do uso das línguas bantu têm o seu início na década de 90 através de estudos do Instituto Nacional do

⁹ Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/why-mother-language-based-education-essential>. Acesso: 01 set, 2023.

Desenvolvimento da Educação (INDE), instituição do Ministério da Educação e Cultura, vocacionado para realizar investigação educacional, que revelava que o uso exclusivo da língua portuguesa como meio de ensino em Moçambique era uma das principais causas do baixo desempenho dos alunos das primeiras classes.

Em Moçambique, a política linguística orientada para a Educação Bilíngue está em sintonia com a Declaração Universal de Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) que, no seu 2º artigo, estabeleceu: o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas. Em Moçambique, o novo plano curricular (2018) propõe que o ensino bilíngue inicie na 1ª classe e termine na 6ª classe. Da 1ª à 3ª classes, os alunos aprendem em língua bantu (oralidade, leitura, vocabulário) e há a previsão de que a transição se inicie na 3ª classe e termine na 6ª classe.

Contudo, entendemos que os alunos do ensino bilíngue teriam a proficiência desejada em leitura e escrita nas línguas moçambicanas caso alguns fatores fossem observados: em primeiro lugar, se a prática bilíngue fosse contínua de primeira até a 12ª classe; em segundo lugar, se os professores fossem formados em uma língua específica das 19 línguas existentes no ensino bilíngue em Moçambique, de modo a lidar com essa realidade bi/multilíngue nas escolas; em terceiro lugar, o ensino bilíngue deveria ser extensivo para todas escolas do país (rural e urbana) e de forma obrigatória, não se restringindo somente para as escolas da zona rural, como acontece atualmente.

Segundo Backer (1993 *apud* Patel 2012, p.34), a educação bilíngue assume diversos contornos de acordo com os contextos, os propósitos e as ideologias subjacentes às escolhas que se fazem. No contexto de educação bilíngue moçambicano, Patel e Cavalcanti (2013) apoiam uma educação bilíngue de enriquecimento (aditiva) e não uma educação bilíngue de transição (substrativa), isto é, uma educação bilíngue que valoriza a comunicação, a inteligibilidade mútua, e não a idealização da proficiência. Em Moçambique, diversos atores envolvidos com a educação bilíngue debatem sobre a criação de estratégias que ajudem no desenvolvimento das línguas bantu nas escolas. Tal é o caso de formação de professores em línguas bantu, nos diversos subsistemas de ensino, onde a adoção de estratégias é um dos elementos latentes neste novo modelo criado. Embora o governo abra o espaço para o ensino das línguas bantu, tendo em conta

as diversas culturas ou grupos étnicos, a formação de professores de ensino bilíngue em uma língua específica local ainda continua a ser um caminho a percorrer (Patel, 2012).

Sobre as críticas que o modelo bilíngue tem recebido em Moçambique, para Saguate (2012 *apud* Timbane, 2015, p. 16), o sistema de ensino/ educação bilíngue (português/línguas bantu) no nível básico continua a privilegiar o português como a língua de ensino/educação em todos os níveis, embora a maioria dos moçambicanos não a use como sua língua à época da entrada na escola. O programa de ensino monolíngue vigente em Moçambique vem pondo em desvantagem a maioria das crianças moçambicanas, as quais não têm efetivamente a língua usada como meio de ensino (o português) como língua materna, ao forçá-las a um ensino numa língua alheia a sua realidade (Ngunga, 2010). Os falantes dessas línguas foram estereotipados como os que não poderiam falar, a não ser por meio de grunhidos, rangidos, frases toscas, vocabulário pobre, etc. Ainda no âmbito das críticas, segundo Ramallo et al. (2020), o país carece ainda de políticas que promovam, no verdadeiro sentido, o “uso crescente” das línguas moçambicanas nos diversos setores públicos e privados, em prol do desenvolvimento não só patrimonial e cultural dos cidadãos, mas também socioeconômico.

Devido à barreira linguística, o aluno não pode partilhar suas experiências com o professor e com os colegas; não pode exprimir as suas ideias e emoções; e não compreende a maior parte das instruções e explicações dadas pelo professor (Dias, 2002). O fator língua faz com “que muitas das competências e habilidades, sobretudo a competência comunicativa, adquiridas pelas crianças, antes de entrarem para a escola, não sejam aproveitadas” (PEBIMO, 1996, p. 1 *apud* INDE/MINED, 2003). Por essas razões, em 2021 nasceu o Manual de Mobilização de ensino bilíngue, que moveu especialistas de ensino bilíngue em Moçambique de diversas áreas, notadamente: *Direção Nacional do Ensino Primário*, representada por Chafota, Bisqué, Sauane, Amosse e Messope; o *Instituto de Formação de Professores da Matola*, por Atanásio José Majuisse; a *Escola Primária Completa de Fiche*, por Monjane e *Universidade Eduardo Mondlane*, por Ezra Nhampoca e David Langa. Dentre vários aspectos inerentes à mobilização, este manual diz que, em termos pedagógicos, ensinar as crianças nas suas línguas maternas produz resultados positivos. Em Moçambique, por exemplo, com a introdução do Ensino Bilíngue, o ambiente de aprendizagem melhorou, com destaque para a boa interação

professor-aluno e alunos entre si na sala de aulas e no recinto escolar, facto que contribui para a retenção do aluno na escola e melhoria do rendimento escolar (MINEDH, 2021).

O lado positivo da educação bilingue é que, em termos educacionais, as Línguas Bantu estão contempladas, mesmo a despeito de todas as críticas, no currículo de ensino Básico (EB), no currículo do ensino secundário Geral (ESG) e no ensino superior (Licenciatura em Ensino de Línguas Bantu na Universidade Eduardo Mondlane e minor em uma Língua Moçambicana nos cursos de Licenciatura em Ensino de Línguas nas Universidades: UniMaputo; UniSave; UniPúnguè; UniLicungo e UniRovuma). Para o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (2020-2029), os resultados alcançados pelo PEBIMO com a introdução do ensino bilingue no currículo do ensino Básico em 2003 foram positivos. Essa experiência piloto cobriu as províncias de Maputo (Xirhonga e Xichangana), Gaza (Xichangana e Cicopi), Sofala (Cisena e Cindau), Nampula (Emakhuwa), Niassa (Ciyaawo e Cinyanja) e Cabo Delgado (Emakhuwa, Shimakonde e Kimwani). Em 2004, cobriram-se as restantes províncias, nomeadamente: Inhambane (Citshwa, Gitonga e Cicopi), Manica (Cindau), Tete (Cinyungwe, Cisena e Cinyanja) e Zambézia (Echuwabo e Elómwè). A implementação do programa contemplou primeiramente 16 línguas e tinha como objetivo testar os programas de ensino, a formação/capacitação de professores para o ensino bilingue e a produção dos materiais de ensino, visando a expansão. Mas, por pressão dos grupos linguísticos, o número de línguas passou para 19 com a introdução de Ekoti, em Nampula, Cimanika e Cibalke, em Manica, a partir do ano 2020.

Já no ensino superior, a título de exemplo das políticas institucionais e de formação de professores, a Universidade Pedagógica (UP) de Moçambique conta com o curso de Licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa, onde são desenvolvidos cursos em línguas estrangeiras e línguas bantu. Os seguintes objetivos integram o curso:

- ✓ adquirir conhecimentos teóricos básicos da sua área disciplinar, (inglês, francês, língua bantu específica), adequando-os às atividades profissionais que vai desenvolver;
- ✓ integrar os saberes da sua especialidade bem como os saberes multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares na resolução de problemas inerentes ao ensino do Português e de outras áreas do saber;
- ✓ desenvolver conhecimentos relativos à aplicação ao ensino de línguas das novas tecnologias de informação e comunicação;

- ✓ utilizar criativamente saberes, recorrendo às fontes de informação disponíveis para a resolução de problemas referentes ao conhecimento e ensino de línguas;
- ✓ desenvolver um espírito de trabalho em equipa, privilegiando a partilha de saberes e experiências (sociais, políticos, económicos, ideológicos e culturais);
- ✓ conhecer os princípios que regem a preservação e respeito do meio ambiente e da biodiversidade;
- ✓ desenvolver uma consciência ética, de modo a favorecer a equidade na educação e na sociedade em geral, ao nível do género e de classes sociais e profissionais (Reforma Curricular, 2014).

No entanto, sobre o currículo, é possível afirmar que:

os(as) professores(as) devem ser preparados para fazer face a este contexto, o que requer estratégias pedagógicas e metodologias apropriadas. Para o efeito, são introduzidos dois módulos, designadamente, o de Línguas Moçambicanas e o de Didática de Língua Primeira, nos Institutos de Formação de Professores (IFP s) (Patel; Majuisse; Tembe, 2019, p. 12).

O habilitado em ensino de línguas bantu deverá responder às necessidades da Educação nesta área específica. Dado o desenvolvimento dos programas de educação bilíngue e a gradual sensibilização da sociedade em relação à necessidade de proteção e desenvolvimento das línguas Bantu, o atual programa do Ensino Secundário Geral da UP preconiza a introdução dessas línguas como disciplinas. Assim, oferece-se ao habilitado uma formação teórica de base e conhecimentos, a fim de que conheçam e desenvolvam as práticas de ensino de Línguas Bantu e culturas afins.

Ainda no âmbito das políticas institucionais voltadas para a formação de professores bilíngues, O PCEB (2004, p. 4) orienta que a estratégia de formação de professores assenta em duas premissas fundamentais: formação inicial e formação em exercício. Embora o ensino bilíngue não priorize a formação de professores em língua específica local dentre 19 línguas lecionadas no ensino bilíngue, as diretrizes bases do PCEB (2004) orientam que, na formação inicial, o futuro professor adquira as bases conceituais e metodológicas para o exercício da docência, bem como a ferramenta para sua autoformação contínua, de modo a garantir que a missão das instituições de formação de professores acompanhe as mudanças em curso no país. A nível do saber-conhecer, o habilitado em Ensino de Línguas Bantu deve: 1) dominar conceitos

fundamentais da respectiva área científica e dos métodos de trabalho adequados; 2) estruturar o raciocínio de uma forma lógica e coerente; 3) conhecer teorias e modelos da sua área científica.

Sobre o currículo na educação básica, reiteramos que nosso entendimento é que o ensino bilíngue (L1 para L2) não seja transitório, embora o novo plano curricular (2018), que entrou em vigor em 2023, preveja que a transição se inicie na 3ª classe e termine na 6ª classe, ao contrário do que acontecia no plano Curricular de 2004, onde a transição iniciava na 4ª classe e terminava na 7ª classe. Dificilmente essa alteração tem condições de garantir um ensino bilíngue de qualidade, conforme os elementos mencionados anteriormente. Primeiro, porque espera-se que esta transição gradual permita que os alunos consolidem as habilidades nas duas línguas, contribuindo para a criação de condições para o desenvolvimento de um bilinguismo equilibrado. As estratégias do bilinguismo de transição consistem em quando os alunos já tiverem desenvolvido as habilidades comunicativas em português, pode-se começar a usar a L2 como meio de ensino. Deve-se começar com as aulas de revisão, onde os alunos já aprenderam os conceitos na sua língua e estão a rever (aplicar) estes conceitos. Por exemplo, se os alunos já aprenderam a operação de adição em L1, a aula seguinte pode ser dada em português, usando exercícios no quadro ou no livro para esclarecer o sentido das palavras. Os alunos vão transferir as habilidades que aprenderam através da L1 para L2. Isso significa que eles não precisam aprender duas vezes a mesma coisa. O professor introduz gradualmente, o português como meio de ensino, desde que o contexto esteja claro para as crianças (INDE/MINED, 2003, 119).

Os desafios se intensificam quando consideramos a relação entre os contextos rural e urbano, uma vez que o ensino bilíngue é desenvolvido nas escolas da zona rural (figuras 6 e 7), onde não existe contato com o português. Enquanto os alunos da zona rural são monolíngues de língua bantu, as crianças dos centros urbanos, por sua vez, não as falam, embora tenham contato, e seus pais os incentivam a uma escolarização em língua portuguesa. Por isso, há fragilidades vivenciadas no contexto rural a ser enfrentadas pelo Estado, uma vez que, conforme reza o Manual de Mobilização do ensino bilíngue (2021, p.9), “toda a criança moçambicana em idade escolar; e toda a criança moçambicana falante de uma língua bantu moçambicana ou língua de sinais de Moçambique” deve estar no ensino bilíngue. Seria importante se as crianças vivenciassem uma prática bilíngue que Weinreich (1953) chama de bilinguismo subordinado: enquanto as crianças da zona rural aprendem o português a partir da língua bantu, os da zona urbana aprenderiam as línguas bantu a partir do português. É necessário políticas linguísticas

educativas claras e um ensino bilíngue normativo para todas as escolas do país. Nesse caso, a língua falada na comunidade onde a escola está inserida conta grandemente na inserção ou exclusão da criança, quando falante ou não, no pátio escolar e até na sala de aulas. Nas regiões onde decorre a presente pesquisa (Cidades de Tete, Moatize e Município de Angónia), vimos que as crianças da região urbana estão expostas à língua portuguesa, enquanto as da região rural estão expostas às línguas bantu (cinyungwe e cinyanja).

Sobre o contexto da presente pesquisa, abaixo seguem as imagens de uma escola rural de Moçambique que desenvolve o ensino bilíngue, no contexto de realização da presente pesquisa. Outras análises sobre este contexto serão feitas no decorrer da pesquisa. Os alunos, por exemplo, não são obrigados a usar uniforme, conforme as imagens abaixo (figuras 7 e 8) diferentemente do que acontece nas escolas da cidade, onde o uso do uniforme é obrigatório. Este é um pequeno exemplo sobre o modo como a institucionalização da escolarização ocorre diferentemente, sendo que o uniforme e as condições estruturais das escolas contribuem para uma compreensão mais ampla sobre as condições materiais das escolas e a produção de material de ensino.

Fig. 8: Alunos de uma escola bilíngue de Moçambique-Província de Tete



Fonte: acervo pessoal

Fig. 9: Alunos jogando cartas e aprendendo o alfabeto



Fonte: acervo pessoal

Sobre a província de Tete, importante ressaltar que dados contados da Direção de Planificação e Cooperação/ Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (DPC/MIEDH, 2021, p.39) mostram que essa província contém 12 escolas que desenvolvem o ensino bilíngue até ao nível de EP2¹⁰, isto é, até a 6^a classe. Com base os dados da Direção Provincial de Educação de Tete (2023) anexo 1, o ensino bilíngue abrange 188 escolas, isto é, todos os 15 distritos da província de Tete, incluindo a cidade de Tete. Essas escolas totalizam 42241 alunos e alunas, de 1^a à 7^a classes (currículo em transição). Uma barreira enfrentada nesses contextos educacionais é a ausência de ensino secundário.

Sobre as políticas de ensino bilíngue aprovadas na província de Gaza, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), através do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), implementou, de 1993 a 1997, o ensino bilíngue através das línguas bantu *Xichangana* na província de Gaza e *Cinyanja* na província de Tete. Nesta fase,

¹⁰ O plano curricular do Ensino Básico introduzido em 2004, considera EP2, o terceiro ciclo do ensino primário (6^a e 7^a classes). Cf. Ministério da Educação, Instituto Nacional do Desenvolvimento de Educação (INDE) *Introdução do Novo Currículo do Ensino Básico*, Maputo, 2003.

o Projeto de Experimentação da Escolarização Bilíngue em Moçambique (PEBIMO) tinha o objetivo de avaliar até que ponto o uso de língua materna da criança no ensino em Moçambique poderia contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Foi a partir deste projeto que a província de Tete iniciou com o ensino bilíngue (*cinyanja*-português) no distrito de Angónia ao norte da província, localizado próximo da República de Malawi, país em que usa ensino bilíngue (inglês-cichewa), cichewa é uma variante do cinyanja. No entanto no país vizinho (Malawi), tanto o inglês, quanto o cichewa gozam de um prestígio na administração do Estado, diferentemente em Moçambique, e na maioria dos países de colonização portuguesa onde as línguas locais não gozam de nenhum prestígio, o colonialismo português sempre marginalizou estas línguas, quem as usava eram vistas como pessoas sem educação, sem acesso a escola, e sem contato com o colono. Essa foi uma forma de dominação que os colonos portugueses usaram em Moçambique, tirando as línguas do seu povo. A única forma de mater estas línguas vivas era o seu uso em manifestações, como instrumento de luta e revindicação dos povos submissos a cultura europeia portuguesa.

1.3 Contexto sócio-cultural

Nesta seção, importa mostrar a importância das línguas para a identidade cultural. Entendemos que “a cultura diante dos meios de comunicação, comporta-se como uma constelação dinâmica, de formas, fragmentos e idéias prontas, dentro da qual as mensagens encontram graus diferentes, mesmo contraditórios de resistência” (Martinho, s.d., p. 35). As línguas bantu moçambicanas são amplamente usadas na canção oral das danças tradicionais e contemporâneas, na música local, nos jogos tradicionais, nas brincadeiras entre as crianças e adultos, no futebol, nas igrejas, na recriação literária de tradição oral (advinhas, contos e provérbios) e na gastronomia, isto é, nos nomes de alimentos escritos em línguas locais. A cultura africana mantém viva as línguas locais e os falantes sentem-se mais livres quando usam as suas línguas em diversos contextos. Por isso, tem-se dito que as línguas bantu, neste caso as línguas maternas para a maioria dos falantes não escolarizados, é um repositório do conhecimento entre os povos.

A Constituição de Moçambique (2004, p. 551), no artigo 94, sobre a liberdade e criação artística, fundamenta que: (i) todos os cidadãos têm o direito à liberdade de criação científica, técnica, literária e artística; e (ii) o estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual,

incluindo os direitos do autor e promove a prática e a difusão das letras e das artes. Mesmo a primeira constituição da República popular de Moçambique (1974), no contexto da independência, no artigo 4, propõe que o estado sempre defendeu o progresso cultural e social. Contudo, as línguas moçambicanas foram pouco valorizadas culturalmente neste processo de construção da nação, embora sejam amplamente usadas em instituições públicas, escolas e igrejas, sem restrição, o que não acontecia no período de colonização portuguesa e pós-independência, quando ninguém se comunicava em sua língua materna (língua local bantu). Até mesmo nas escolas, no período colonial, as línguas bantu se restringiam ao uso doméstico-familiar, servindo como instrumento de luta contra a opressão colonial portuguesa. Além disso, os alunos foram proibidos de falar as suas línguas maternas de origem bantu, sendo que quem falasse ou se comunicasse em uma língua local era castigado com punições, como chapadas, palmatória, manter-se ajoelhado por longo tempo, e ficar em pé na sala em uma aula de 45 minutos. Essas punições e controles contribuíram para moldar uma visão negativa ou depreciativa sobre o uso das línguas bantu na esfera escolar, de forma específica, e na esfera pública, de forma geral.

Entendemos, contudo, que edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social só podem desenvolver a partir do uso das línguas locais, e, em Moçambique, as línguas locais estiveram desde sempre ligadas à cultura dos povos, porque todas as formas de vida deste povo são transmitidas em língua local, conforme veremos em uma série de exemplos nesta tese. No âmbito institucional, o Estado esteve sempre ligado às formas de promoção cultural, servindo-se das rádios, e mais tarde da televisão, para difusão de informação e conhecimento, sendo as línguas locais usadas em todo o período de Moçambique pós-independência. Trata-se de exemplos de políticas linguísticas *in vivo*, em que a comunidade mantém viva e ativa as práticas linguísticas envolvendo as línguas moçambicanas.

As políticas linguísticas das línguas bantu em Moçambique, embora não explícitas no seu uso específico em diversos domínios e setores de atividades, estiveram também sempre presentes nas constituições ou normativas do país. Hoje, o Estado abraça as discussões sobre o desenvolvimento linguístico das línguas bantu, incluindo o reconhecimento das influências dessas línguas no português falado em Moçambique. A esse respeito, é comum pessoas alternarem as duas línguas (língua bantu/português) em contextos familiares ou nos locais de trabalho. Mesmo a nível dos discursos oral ou escrito, as palavras das línguas bantu estão encaixadas em discursos

escritos feitos em português, como pode ver na figura 8 abaixo. Isso acontece, porque os falantes não encontram a palavra certa em língua portuguesa, recorrendo, assim, a sua língua bantu para explicar o objeto desejado. Às vezes, essa mistura é feita para se criar ênfase e gosto pela coisa desejada ou que se quer publicitar ou dizer.

Fig. 10: Promoção de venda de vestuário integrando palavra bantu da língua Echuwabo



Fonte: Imagem fotografada pelo celular na Tela de TVM (Televisão de Moçambique) em 27.07.2023. Arquivo pessoal.

Na frase “em conversa com produtor de moda da Wabala arte”, a palavra destacada é da língua bantu echuawabo, que significa vestir. Neste caso, a empresa de arte beneficiou-se da palavra local para promover as suas vendas. Linguisticamente, o nome escolhido ajuda na decisão de o cliente escolher uma roupa feita de forma artística, pois a política linguística publicitária, embora não clara, admite e se apropria dessa junção de vocábulos de duas línguas (bantu e português) numa mesma frase, o que não acontecia no período colonial e logo depois da independência. Essa mistura, contudo, nem sempre é aceita em discursos formais ou mesmo no contexto de ensino, salvo quando não se encontra o vocábulo desejado na língua fonte (língua portuguesa). Para mim, como falante desta língua, tenho um sentimento de alegria quando vejo as escritas da minha língua passando em diversos lugares, ainda que não seja o contexto da minha pesquisa. Interpreto, na frase acima, a vestimenta em relação a vestirmos as nossas línguas, para

que elas não morram; por isso, eu visto echuwabo por onde ando e dificilmente poderei esconder estas marcas linguísticas.

A mistura linguística entre línguas bantu e entre línguas bantu e o português vem sendo validada gradualmente pelo governo moçambicano. Conforme disse Ramallo et al. (2020), embora as línguas bantu sejam vistas de forma mista em alguns setores de domínio público em Moçambique, elas são usadas em outros setores, como na comunicação social (por exemplo, Rádio Moçambique, Rádios Comunitárias, Televisão de Moçambique), bem como na administração e no governo local (por exemplo: Assembleias Provinciais e Municipais). No decorrer da pesquisa iremos evidenciar outros exemplos de mistura de línguas, configurando uma forma de translanguagem, na qual repertórios linguísticos variados se mesclam na produção de sentidos locais (Garcia, 2009).

No setor da cultura, as danças tradicionais promovem as línguas bantu. Neste caso, trata-se de considerar a noção de língua como prática, em que uma série de outros elementos – discursivos e não discursivos – estão em relação na produção de sentidos. Segundo Spolsky (2016, p. 4), “Práticas linguísticas são as escolhas e comportamentos observáveis, o que as pessoas realmente fazem. São os aspectos linguísticos escolhidos, a variedade de linguagem usada”. Os falantes de língua bantu expressam o pensamento e os aspectos sociais através de suas práticas linguísticas, a exemplo das canções em língua bantu, que são um valioso instrumento para a difusão da identidade, das referências culturais e dos hábitos da comunidade a nível econômico, político, religioso e cultural, como se pode ver na canção bantu abaixo:

Canção 1: (Baba Muaria)¹¹

Baba Muaria wiiwe, n“dowa na votar Guebuza,
 Baba Muaria wiiwe, n“dowa na votar Guebuza,
 Baba Muaria wiiwe, n“dowa na votar Guebuza,
 Guith, guith, guith, guith,
 Gemgle, gemgle, gli glim.
 wiiwe Baba Muaria.

[Canção de língua echuabo]

Tradução literal

Papa Muaria
 Papa Muaria, ouve-nos, vamos votar Guebuza;

¹¹ Canção da língua echuabo fornecida por Nelson Curva e Muzezela Viriato, localidade de Namitange, distrito de Inhassunge. Esta canção foi usada em 2004 em pesquisa prévia.

Papa Muaria ouve-nos, vamos votar Guebuza;
 Papa Muaria, vamos votar Guebuza;
 Ritmo do Tambor.

A canção acima é uma metáfora que procura dar garantias de vitórias eleitorais ao então presidente da República, Armando Emílio Guebuza, a vontade de povo era de votar ao Armando Emílio Guebuza. Carvalho Muaria, então Governador da província da Zambézia, servia de intermediário entre o povo daquela região e o candidato que concorria eleições presidências pelo partido Frelimo. As práticas deste género passam de geração em geração. Embora no período de colonização portuguesa fossem proibidas e vistas como práticas pagãs, as canções resistiram na clandestinidade. Na canção acima está presente uma prática viva da cultura, representada por uma canção usada há quase 20 anos em uma campanha para as eleições presidenciais de 2004. Trata-se de comprometimento da população local com o então Governador da província da Zambézia, Carvalho Muaria. Para tanto, eles garantiam a ele que iriam votar no então presidente da República de Moçambique, Armando Emilio Guebuza.

Como forma de manutenção da língua, a canção continua viva na memória das pessoas, e os falantes vão se adaptando aos novos contextos de comunicação. Este tipo de ambientes sonoras são feitas por *encomenda*, de alguém que pretende atingir um objetivo, neste caso, o partido Frelimo a nível local havia encomendado aos grupos culturais da região do distrito de Inhassunge para recriarem canções propagandistas, embora não seja local de pesquisa, mas foi necessário trazer este conhecimento, como parte do conhecimento da minha identidade cultural, enquanto falante de língua materna echuabo, para depois descrever canções da região onde faço pesquisa, como abaixo mostro na canção 2 em língua cinyungwe.

Canção 2 (Nyuchi)¹²
Nyuchi yoo hayeh hayeh Yandiluma x2
Kani apa yandilumax2
Bwelezero pfoo hayeh hayeh yandiluma
Nyuchi yoo hayeh hayeh Yandiluma x2
Kani apa adiluma x2
bwelezero pfoo hayeh yandiluma
 canção de língua cinyungwe
Tradução (abelha)
 Aquela abelha a tal que me picou x2

¹² Canção de língua cinyungwe fornecida pela Sra. Joaquina Domingos, professora da Escola Básica Ngungunhana (Tete). Esta canção foi gravada por um celulur e traduzida por senhor Micheque Raice falante de língua Cinyungwe e aluno do curso de Letras- Português na Universidade Púnguê.

Sinto que me picou, haah sim me picou,
 Aqui me picou, tornou a me picar, haah sim me picou
 Aquela abelha a tal que me picou x2
 Sinto que me picou, haah sim me picou,
 Aqui me picou, tornou a me picar, haah sim me picou.
 Traduzida por Micheque Raice (2024)

A canção *Nyuchi*, Abelha em português, tem um sentido figurado. Quando o narrador diz *aquela abelha a tal que me picou*, nos faz perceber o quão é perigosa a abelha. Aqui a abelha referida é uma pessoa que pica, não poupa esforço, morde, quando provocada. Refere-se há uma pessoa má, que sempre ataca os amigos, familiares e outras pessoas próximas, isso é uma alerta que devemos ter com as pessoas, para não sermos picados, as vezes porque somos bondosos.

Entendemos que as crenças e valores inscritos nas línguas bantu contribuem para a sua manutenção e preservação, fazendo com que as práticas linguísticas culturais se mantenham vivas e sejam transmitidas geracionalmente. Sobre as crenças, como fundamenta Spolsky (2016, p. 5),

Minhas crenças sobre as variedades linguísticas entre as quais eu posso escolher, baseadas nas minhas percepções do seu uso dentro e fora do domínio familiar, ajudam a explicar não só as escolhas linguísticas como também as decisões de gestão: Os diferentes valores atribuídos a língua padrão e línguas de herança em geral explicam as decisões dos pais quanto a qual língua falar e reforçar em casa, assim como explicam as decisões governamentais nas políticas linguísticas nacionais.

No decorrer da pesquisa, veremos como outras práticas linguísticas culturais que contribuem para fomentar os usos das línguas moçambicanas.

1.4 Contexto de organização econômica e financeira

A nível da política econômica (artigo 96) da CRM (2004), destaca-se o ponto 1: o Estado moçambicano é dirigido à construção das bases fundamentais de desenvolvimento, à melhoria das condições de vida do povo, ao reforço da Soberania do Estado, e à consolidação da unidade nacional, através de participação dos cidadãos, bem como da utilização eficiente dos recursos humanos e materiais. No ponto 2, tem-se que o Estado garante a distribuição da riqueza reconhecendo e valorizando o papel das zonas produtoras.

Em atenção ao papel das línguas nestas comunidades de desenvolvimento econômico do país, visitamos o regulamento da UNESCO (1963), artigo 47, segundo o qual “todas as comunidades linguísticas têm direito a estabelecer o uso da sua língua em todas as atividades

socioeconômicas no interior do seu território”. Para tal, defende-se que, se se quer desenvolver, é necessário que o comércio a nível local seja desenvolvido em língua local, sempre em consonância com a língua portuguesa, não apenas colocando os preços de produtos na língua local, mas também favorecendo que as transações econômicas sejam feitas nas línguas locais, o que confere maior confiança e segurança aos consumidores.

Na região onde fiz o estudo, os rótulos dos produtos vendidos nos mercados formais e informais e os preços aparecem em português, sendo que alguns avisos são feitos em inglês, como forma de expressão prestigiada pelos proprietários dos supermercados, das lojas, dos restaurantes e outros locais de pastagem, como se pode depreender nas **figuras 10, 11, 12, 13, 14 e 15** abaixo:

Ainda no desenvolvimento socioeconômico da região, os avisos de construção aparecem em português e inglês e não na língua local bantu. Esse apagamento (IRVINE; GAL, 2000) das línguas bantu em avisos das lojas e placas de construção, como se pode ver na figura 7, constitui motivo para invisibilização das línguas locais. O apagamento, como estratégia discursiva, significa que “algumas pessoas ou atividades (ou fenômenos sociolinguísticos) se tornam invisíveis” (IRVINE; GAL, 2000, p. 38).

Entendemos que a valorização das línguas bantu nos domínios econômico e comercial demanda uma política de fiscalização das línguas a nível das regiões onde são usadas. Em termos de políticas linguísticas, trata-se de um exemplo daquilo que Spolsky (2016, p.5) chama de gestão linguística: “o esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças”. Para ele, a forma mais óbvia de gestão linguística é a lei estabelecida por um Estado-Nação, que regula a oficialidade da língua. Contudo, entendemos que as leis nem sempre garantem a efetiva valorização e incentivo das línguas nacionais e locais, a exemplo da Constituição da República de Moçambique, que, a despeito do seu artigo 9 (CRM, 2018) de valorização das línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional, ainda assim não define as políticas para incentivar e valorizar o seu uso, sendo, portanto, facultativo o seu uso em diversos domínios públicos.

Avisos sobre preços e algumas regras estabelecidas nas lojas nas cidades de Tete, Moatize e Angónia- Moçambique

Fig. 11: Preços de produtos em supermercado



Fonte: acervo pessoal (2024)

Fig. 12: Avisos da loja de produtos de construção (Construa Moatize)



Fonte: Arquivo pessoal: foto tirada na loja da construa de Moatize- Tete (2022).

Fig. 13: Cerveja Impala



Fonte: o autor (2025)

Fig. 14: Cerveja 2M



Fonte: o autor (2025)

Fig. 15: Bebidas promovidas pela coca-cola no contexto de Pesquisa



Fonte: o autor (2025)

Fig. 16: Promoção de venda de produtos da coca-cola no contexto de pesquisa



Fonte: o autor (2025)

Se o Estado criasse políticas linguísticas capazes de premiar marcas locais, a nível do fabricante e produtores, ter-se-ia maior promoção de línguas (cinyungwe e cinyanja). É necessário que as

línguas bantu sejam usadas na economia e identifiquem nomes de produtos locais, que os vasilhames venham escritos em línguas locais, ou pelo menos que haja tradução nas etiquetas dos produtos, como acontece nos países vizinhos Malawi e Zâmbia e outros de língua inglesa e vizinhos com Moçambique, onde os produtos aparecem em duas línguas (cicheva e inglês). Isso ajudaria na promoção do conhecimento sobre as línguas bantu, não só o cinyungwe e cinyanja, mas todas as línguas bantu faladas em Moçambique. Um exemplo do uso das línguas estrangeiras (inglês) como forma de tradução do português no contexto Moçambicano, província de Tete é a presença da placa reabilitação da ponte Samora Machel. No nosso olhar seria melhor que a tradução fosse feita usando as línguas locais (cinyungwe e cinyanja) usadas no contexto desta pesquisa conforme ilustra a figura 16 abaixo:

Fig. 17: Reabilitação da ponte Samora Machel sobre o rio Zambeze cidade de Tete-Moçambique

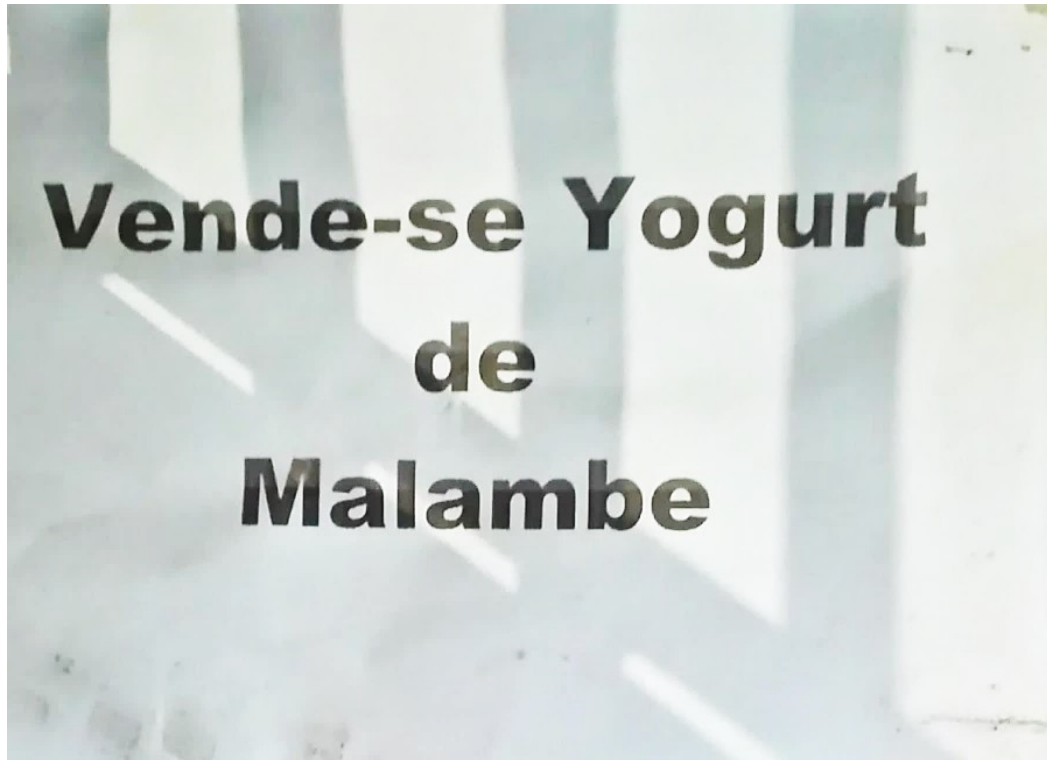


Fonte: Arquivo pessoal (22 de abril de 2023)

É notório na área econômica, sobretudo no marketing o uso de nomes bantu nos produtos consumido, como abaixo passamos a ilustrar cada um destes produtos, embora alguns nomes usados no marketing sejam nomes de origem bantu não só da região de Tete, mas nomes usados

em todo território nacional (Moçambique) como é o caso de nomes *malambe* (figuras 16, 17 e 18) e Mutxutxu (figuras 20 e 21). Estes produtos são usados em comércio informal da região em estudo, não só, mas também em outras regiões do país.

Fig. 18: Markiting no contexto Nyungwe



Fonte: autor (2025)

Malambe, fruto retirada numa árvore chamada embodeiro (Baobá) (figura 18), ela é rica em fibras, para além de yogurte, serve ao preparo de papas para adultos ou crianças. A sua farinha é rica em proteínas, podendo-se usar na medicina tradicional.

Fig. 19: Árvore Embodeiro (*Mulambe*)



Fonte: www.bing.com/images/search?view

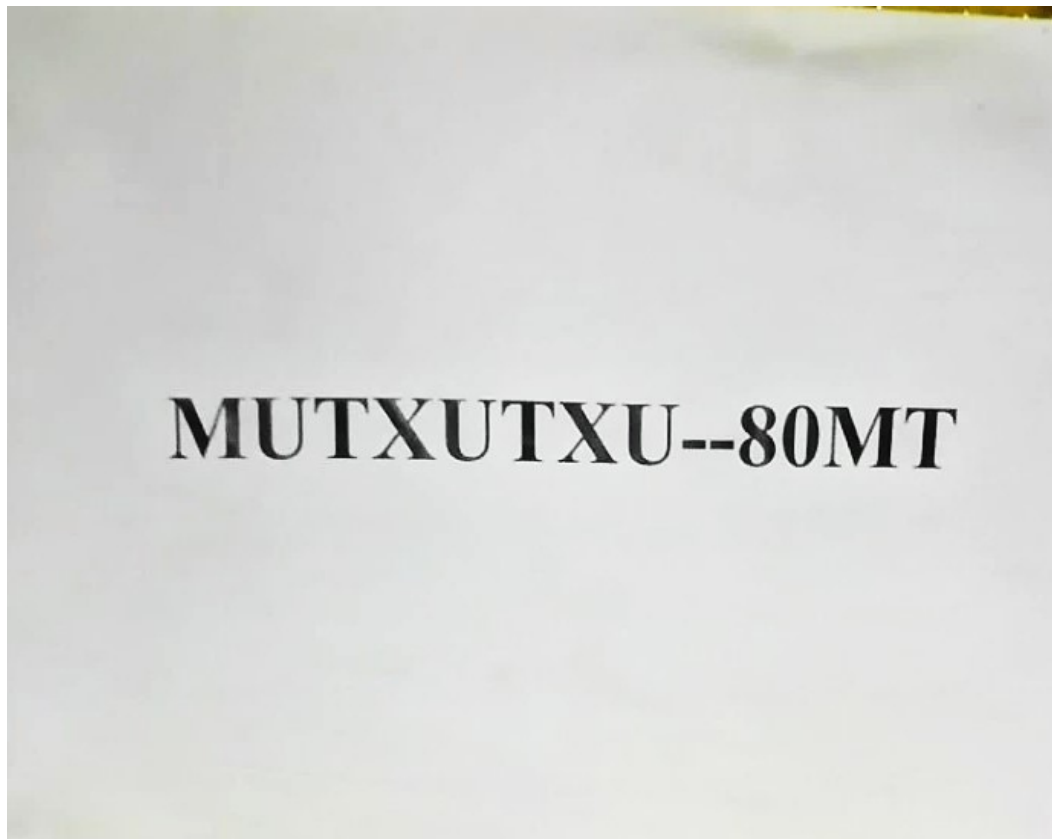
Fig. 20: Malambe para yogurte e outros alimentos no contexto *nyungwe*



Fonte: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=4245744152102666&set=pcb.4245744528769295>

Segundo Langa (2025), nas vastas planícies moçambicanas, uma árvore majestosa estende os galhos em reverência à terra que a sustenta. Dela nasce o malambe, um fruto carregado de história, vida e potencial para transformar a saúde e economia comunitária tradicional. A fruta é transformada em sumos refrescantes e farinhas energéticas, ou é integrada na medicina natural para combater infeções e fortalecer o sistema imunológico. Atualmente, ressurgiu como protagonista em movimentos de alimentação saudável, conquistando admiradores que buscam alternativas mais naturais e sustentáveis. No entanto, o potencial do malambe vai além da nutrição. O fruto carrega em si a promessa do desenvolvimento económico sustentável.

Fig. 21: Imagem de *Mutxutxo* retirada num restaurante (Barraca)



Fonte: autor (2025)

O “mutxutxu” é um prato que pode ser feito de vários tipos de carnes, aves, etc. Por exemplo, o mutxutxu de vísceras de cabrito é um prato tradicional de Moçambique, frequentemente servido como um petisco para pessoas que estão bebendo álcool.

Fig. 22: Mutxutxu



Fonte: [google.com/search?q=mutxutxu&oq=mu&gs](https://www.google.com/search?q=mutxutxu&oq=mu&gs).

1.5 As línguas bantu na administração do Estado, Justiça e Religião

Considerando o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 16 de dezembro de 1966 (artigo 27), defende-se o direito das pessoas de uso de sua língua materna nas diversas esferas públicas e privadas: “Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua”¹³. Entendemos que esse direito deve incluir o uso de línguas locais nos serviços de atendimento público (hospitais, polícias e tribunais),

¹³ Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%A9ticos.pdf>. Acesso: 01 set, 2023.

podendo ser aplicadas quando o utente não fala o português, única língua oficial do país. Observa-se que os funcionários destes locais têm recorrido às línguas locais para atender às pessoas, embora isto nem sempre funcione, porque o número de funcionários que fala a língua local é reduzido. Além disso, nas instituições encontramos pessoas de diversas regiões e falantes de diferentes línguas.

As pessoas escolarizadas tendem a preferir utilizar a língua portuguesa, língua de prestígio e de ascensão social. Já no contexto dos tribunais, segundo depoimento coletado em campo de um funcionário do tribunal,

polícias e procuradoria tem recorrido a intérpretes, normalmente um funcionário, embora não ajuramentado, desde que fale língua do indivíduo em audiência ou julgamento, diferentemente de quando se trata de um indivíduo cuja língua é estrangeira (inglês, francês, espanhol, etc.). Nesses casos, quem interpreta deve ser um indivíduo ajuramentado para fazer interpretação da audiência” (depoimento de Domingos Izaías Sardinha)¹⁴.

Entendemos que o direito de uso da língua materna nos tribunais, e de presença de intérpretes, é uma prática generalizada, a exemplo do caso de imigrantes na Europa: “no domínio legal, tem crescido a pressão para permitir que o crescente número de imigrantes possa entender o processo de seus julgamentos, acrescentando um novo participante (o intérprete legal) ao domínio” (Spolsky, 2018, p. 38).

Nas Assembleias provinciais, as línguas bantu têm sido usadas para o debate entre os membros, desde que haja entendimento das partes, pois a constituição promulga seu uso, podendo ser aquele idioma que todos dominam. Lopes (s/d., p. 24), por exemplo, explora em sua pesquisa o uso das línguas bantu moçambicanas no parlamento.

Um exemplo prático de uso de línguas locais nos hospitais é a existência de avisos em língua local sobre um dado assunto, como mostra a figura 22, abaixo, embora sejam escassas as informações deste gênero. Por outro lado, ocorre que os próprios utentes não conseguem ler em língua local, mesmo com avisos escritos nas portas, porque a maioria da população moçambicana não está alfabetizada em línguas locais. Deve-se, assim, promover políticas que valorizem a oralidade fortemente presente na paisagem linguística de Moçambique. Esses pequenos exemplos dos contextos dos hospitais e tribunais revelam que, no meu entender, mais do que pensar no ensino bilíngue apenas no nível primário, precisa-se formar pessoas nas universidades em línguas

¹⁴ Depoimento coletado por meio de uma conversa presencial no dia 12 de setembro de 2023, nos edifícios do palácio de Justiça-cidade de Tete.

locais específicas para que possam ser intérpretes nas suas línguas, como já ocorre no caso do uso de inglês e de outras línguas estrangeiras, quando usadas por imigrantes nos tribunais.

Fig. 23: Aviso escrito em língua *Cinyungwe* sobre a colheita de amostras de sangue no Laboratório do Hospital Provincial de Tete- Moçambique



Fonte: arquivo pessoal (2023)

A imagem acima contém um aviso escrito em língua local cinyungwe (língua falada nas cidades de Tete, Moatize e outros distritos circunvizinhos). O aviso procura informar aos utentes que análises ou coletas de sangue no Laboratório do hospital público não são pagas, mas gratuitas. Ocorre que, apesar dessa informação disponível na porta que dá acesso ao laboratório, as pessoas que frequentam estes locais muitas vezes não sabem ler em língua local, devido à fraca alfabetização das pessoas nas suas próprias línguas. Em outras palavras, as pessoas não sabem ler nem escrever em suas línguas locais. Esse tipo de aviso tem a função de evitar cobranças ilícitas, que têm sido perpetuadas pelos funcionários da função pública. O sistema nacional de combate à corrupção vem incentivando o uso de avisos, de forma a apelar às pessoas sem conhecimento da lei em Moçambique a não aliciar os profissionais de saúde com valores para que sejam satisfeitas às suas vontades. Sobre o uso de línguas locais no contexto da saúde, concordamos com Spolsky (2016, p. 38):

No domínio da saúde, onde há razões pragmáticas para que os participantes profissionais (médicos e enfermeiros) sejam capazes de se comunicar com seus pacientes, a

disponibilização de intérpretes qualificados (em contraste ao recurso corriqueiro de contar com os filhos bilíngues dos pacientes) tem dependido das pressões por direitos civis na Europa e nos Estados Unidos.

Já no contexto religioso, desde o período colonial, as políticas linguísticas usadas pelas igrejas católicas e protestantes consistiam na divulgação da fé cristã através das línguas locais. Esse método se baseava na produção de gramáticas e revistas religiosas em português e línguas bantu.

Segundo Cruz e Silva (1998) o ensino da leitura e da escrita em língua vernácula e o seu uso para a evangelização reforçaram a noção de pertença a uma colectividade com a qual a população se identificava e compartilhava certos atributos. Uma vez que os missionários utilizavam a língua tsonga, língua falada no sul de Moçambique como veículo de comunicação, o texto impresso para o ensino do evangelho e para alfabetizar passou a ser uma necessidade imperiosa, levando ao estabelecimento de uma imprensa na própria missão. Com a expansão desse material literário, os falantes de língua tsonga estavam agora expostos a uma percepção mais ampla de semelhanças linguísticas que ultrapassava as fronteiras políticas locais, sociais e económicas, como Patrick Harries (s.d) *apud* Cruz e Silva (1998) descreve:

« A imprensa escrita pelo facto de ter tornado tangível uma comunidade que de outra maneira só poderia ter sido imaginada, desempenhou só por si um papel de importância central. Ela permitiu ainda que pessoas vivendo dispersas conseguissem pela primeira vez visualisarem-se a si próprias como uma comunidade. A educação transmitida na escola primária lançou a ponte para o estabelecimento de laços fortes entre as línguas vernáculas e uma identidade étnica ».

As missões protestantes desenvolveram uma tradição de jornalismo vernáculo. O jornal da Missão suíça *Nyeleti Ya Miso*, escrito em tsonga. Até hoje as igrejas em África continuam a divulgar as mensagens sobre a vida cristã utilizando as línguas locais de onde estão localizadas. A título de exemplo é da figura 23 abaixo, revista da igreja testemunhas de Jeóva. Elas produzem revistas em línguas bantu locais, para além de tradução e interpretação da Bíblia nestas línguas, pois, trata-se de um processo de padronização linguística orientado pelo letramento religioso.

Fig. 24: Revista religiosa escrita em língua *Cinyanja*



Fonte: arquivo pessoal

A temática tratada nesta revista são as respostas que Deus pode dar diante das dificuldades dos casais. Para tal, o título formula a seguinte pergunta: Quais os elementos que podem ajudar a manter o casamento feliz? E são respostas: comida (chikondi), dinheiro (ndalama) e outras várias coisas (kapena zinthu zina).

A igreja Testemunha de Jeová tem divulgado seus ensinamentos sobre a Bíblia através das línguas bantu (cinyungwe e cinyanja) no caso da província de Tete, e em outras línguas locais nos lugares onde divulgam o evangelho, de forma oral e escrita, de casa em casa e nas ruas. A revista acima mostra-nos que, embora as políticas sobre as línguas bantu não estejam claras, as igrejas têm usado grandemente estas línguas (oral e escrita), criando escolas bíblicas para a sua aprendizagem. Não é a única igreja que vem fazendo isso, também outras protestantes, ortodoxas e a católica, vem implementando estas práticas em Moçambique, conforme mencionado pelo senhor Canísio Franque, um praticante da religião (imagem abaixo, figura 23). Sabemos que, no contexto colonial, “a missionarização tinha como prioridade o estudo das línguas locais” e “Os

padres estudaram a língua como coisa tão fácil para pregação e envangelho” (Guerreiro, 1930-1942 apud Severo, 2019, p. 59).

Fig. 25: A direita o senhor Canísio Franque junto com o Nilton Mário, crentes da igreja testemunha de Jeóva-Tete



Fonte: arquivo pessoal (2023)

Na imagem acima, o senhor Canísio Franque e o menino Nilton Mário caminham nas ruas da cidade de Tete de casa em casa, nos mercados e em outros locais públicos, evangelizando pessoas. Durante o seu percurso, levam consigo revistas religiosas escritas em português, cinyúnguè e cinyanja. Em conversa com o senhor Canísio sobre o porquê do uso das línguas bantu para evangelizar pessoas, sabendo que pouca gente lê em línguas locais, e sobre o que a igreja (Testemunhas de Jeová) tem feito para desenvolver as línguas bantu nas comunidades onde a igreja está inserida, ele respondeu que usa as línguas locais para melhor mobilizar as pessoas a aceitar a palavra de Deus, e constitui uma forma de informar às pessoas que Deus não falava

português e que sua palavra pode ser dita em qualquer língua. *Não precisamos dominar a língua portuguesa para sermos bons crentes, pois as nossas línguas também transmitem mensagens como outra qualquer língua*¹⁵. E a sua igreja tem tido sessões de formação dos interessados em línguas bantu locais, de modo a que as pessoas saibam interpretar as mensagens em sua língua, tanto oral ou escrita.

Se os falantes nyungwes e cinyanjas tiverem noção do quanto valem essas línguas, o desafio para sua manutenção será menor. Os nyungwes pouco percebem a sua língua em relação aos nhanjas, que sofreram a influência dos missionários católicos que outrora entraram na cidade Tete, por via do distrito de Angónia. Esses missionários vinham do país vizinho Malawi. E a partir das políticas missionárias conseguiram divulgar a língua, implantado capelas e missões por onde chegavam. Sobre as práticas religiosas dos Nhanjas em Tete-Moçambique, resalto o relato de Lupi (apud Severo 2019, p. 3):

Quando cheguei em Moçambique, em setembro de 1962, fui para missão dos jesuítas portugueses na Fonte Boa, região de Angónia (...). Durante três meses fiquei quase confinado em uma salinha (...) e não fizemos mais nada a não ser aprender a falar cinyanja, o idioma nativo local. (...) os jesuítas portugueses tinham composto e publicado uma gramática e um dicionário da língua. Dispúnhamos ainda de pequenos livros de orações que aprendíamos de cor-não esqueci tudo (...) e de livros do vizinho Malawi, escritos por missionários ingleses, já que o cinyanja, falado nas montanhas e planaltos da Angónia, era idêntico ao idioma que se falava nas margens do lago Niassa.

Entendo que o compartilhamento de práticas linguísticas nas línguas locais é de extrema importância. É um passo que garante aos moçambicanos uma abertura para a valorização das suas línguas em todos os domínios da vida. Concordamos com Spolsky (2016, p. 32) de que “o objetivo de uma teoria de políticas linguísticas é considerar as escolhas costumeiras feitas pelos indivíduos falantes com base em padrões estabelecidos na comunidade de fala ou nas comunidades de fala nas quais eles fazem parte”.

O uso da língua local nos serviços públicos e contextos religiosos indica o quanto a política in vivo de uso das línguas bantu ganha espaço em Moçambique, atitude que tem sido tomada por muitos países africanos. Neste sentido, é necessário uma política in vitro de

¹⁵ Entrevista oral concedida ao Senhor Canisio Franque, crente da igreja Testemunha de Jeóva, residente no Bairro Matundo- Tete, no dia 05/08/2023.

oficialização das línguas bantu moçambicanas, consideradas patrimônio deste povo que luta para se libertar das amarras do colonialismo português, o qual, outrora, colocou sua língua como única, exclusiva e superior, invisibilizando as línguas locais africanas. Por fim, entendemos que, para o desenvolvimento de um Estado-Nação, a língua torna-se um instrumento vital, porque ela define horizontes e expectativas. Para tal, é necessário a criação de uma política linguística para todos os domínios, a fim de que as escolhas linguísticas de uso regional não sejam facultativas, devendo haver obrigatoriedade na implementação dos regimentos. Somente a partir de 1990 que a constituição da República de Moçambique promulgou o uso de línguas bantu como línguas nacionais, a ser usadas em diferentes locais. Sua implementação, contudo, não tem sido seguida com exatidão, pois seria necessário que elas fossem usadas de forma obrigatória em alguns domínios públicos.

Tendo feita essa ampla explanação sobre a situação sociolinguística e político-linguística de Moçambique, a seguir me debruço mais detalhadamente sobre a situação das línguas cinyungwe e cinyanja na província de Tete.

CAPÍTULO 2

SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: CASO DO CINYUNGWE E CINYANJA NA PROVÍNCIA DE TETE

O estudioso Guthrie (1971-1976) fez uma classificação das línguas bantu agrupando-as em 15 zonas codificadas em letras maiúsculas (A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R, S), que, segundo ele, distribuem-se por quatro zonas diferentes – G, P, N e S, as quais são distribuídas em um mapa (Figura 25). Essas zonas geográficas são classificadas por *critérios de proximidades* (Guthrie, 1971-1976), como se pode conferir no mapa (figura 24) abaixo:

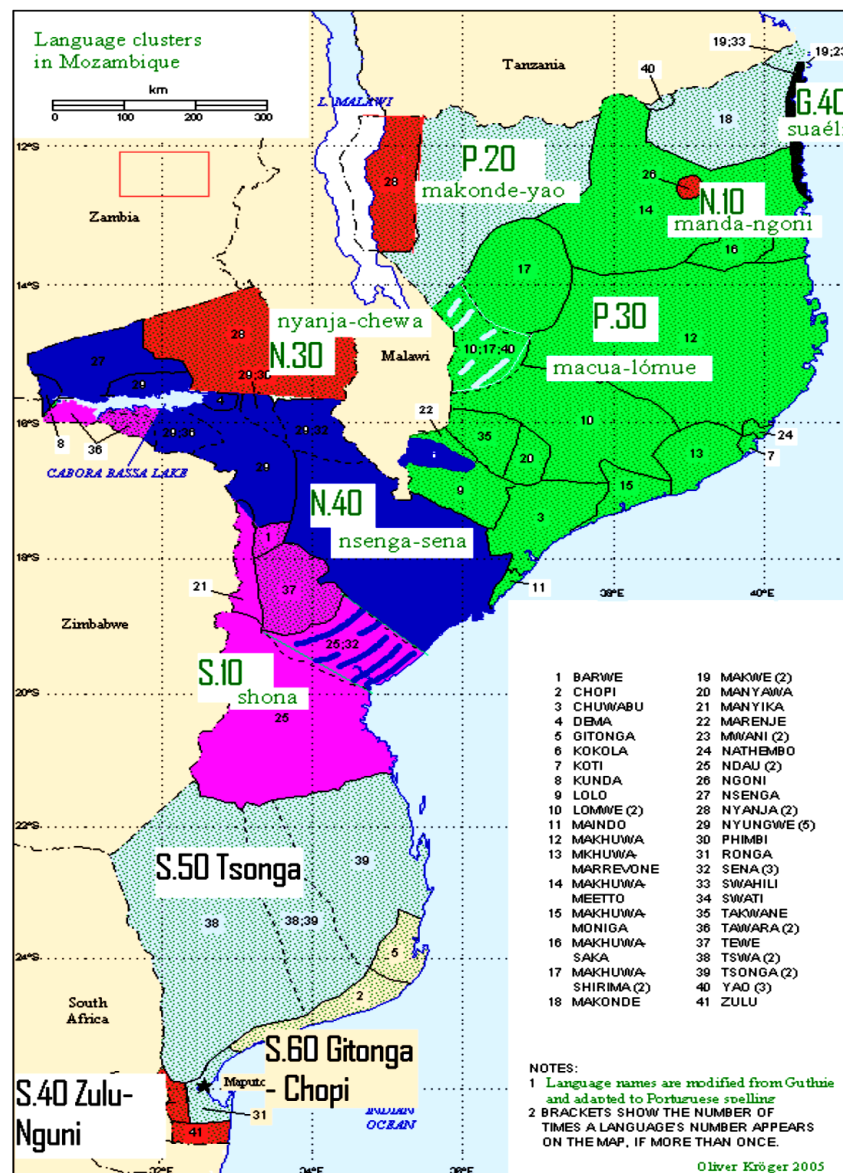
Fig. 26: Mapa das zonas e dos grupos de línguas Bantu (Guthrie, (1971-1976))



Fonte: [https://www.google.com/search?q=Mapa%3A+Zonas+e+grupos+de+l%C3%BAnguas+Bantu+Guthrie%2C+\(1971-1976\).](https://www.google.com/search?q=Mapa%3A+Zonas+e+grupos+de+l%C3%BAnguas+Bantu+Guthrie%2C+(1971-1976).)

Para o autor, internamente, cada zona se divide em vários grupos de línguas estabelecidos pela aproximação e pelo distanciamento linguístico e geográfico. Linguisticamente, falar de línguas bantu em Moçambique é falar de grupos territoriais étnicos, divididos e espalhados por todo país. As línguas são representadas por números naturais, conforme se vê no mapa das zonas linguísticas de Moçambique (figura 26). Cada uma das línguas expressa práticas sociais e culturais próprias, embora, muitas vezes, línguas diferentes compartilhem sistemas culturais semelhantes e vive-e-versa.

Fig. 27: Zonas linguísticas de Moçambique



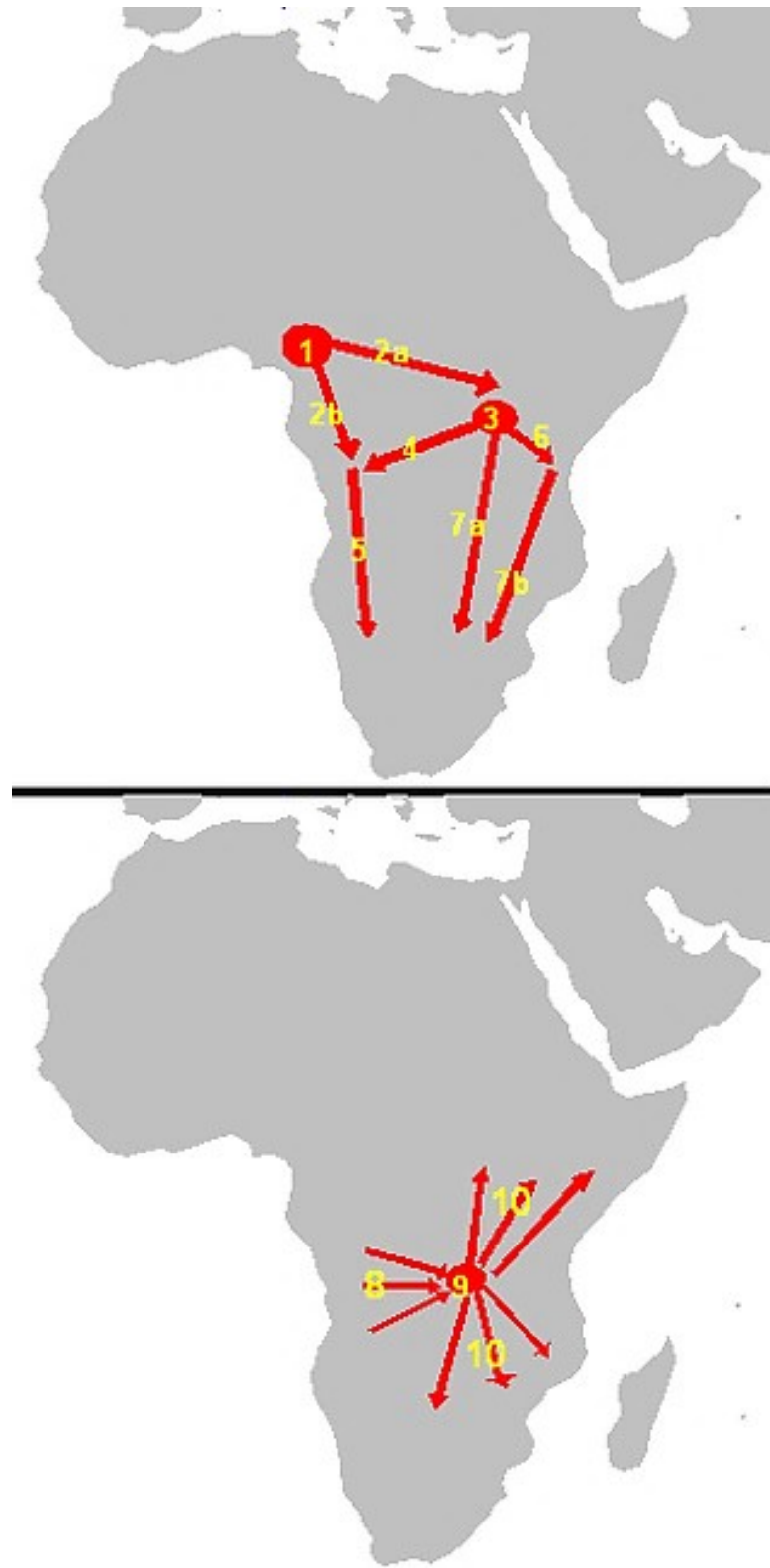
Fonte: secção de línguas Bantu- Universidade Eduardo Mondlane (2014); ‡ Nhampoca (2015)

As línguas cinyungwe e cinyanja são línguas bantu, classificadas como parte da família linguística Niger-Congo. Os dados do Censo de 2007 de Moçambique indicam que há 457.290 falantes de cinyungwe e 905.062 falantes de cinyanja de cinco ou mais anos de idade (Ngunga, 2012). Essas duas línguas têm sido amplamente faladas pela população local, que as utiliza para a comunicação familiar, o transporte público, a conversa cotidiana, a realização de atividades econômicas, a realização de compras e vendas nos mercados públicos, a prática religiosa, entre outros, conforme vimos no capítulo anterior. Essas línguas muitas vezes são aprendidas em casa em simultâneo, constituindo sujeitos bilíngues (cinyungwes/cinyanja) desde criança. Toda experiência da vida é transmitida nessas línguas, através das cerimônias de ritos de iniciação até das variadas práticas tradicionais. Esses fatores fazem com que os africanos se sirvam das línguas locais para preservar os seus hábitos e culturas: o que é comum e é transmitido de geração em geração.

Este capítulo explora a sociolinguística das línguas bantu cinyungwe e cinyanja nas seguintes subseções: (i) O perfil geolinguístico e territorial das línguas cinyungwe e cinyanja; (ii) o perfil linguístico e cultural das línguas cinyungwe e cinyanja; e (iii) sobre as práticas linguísticas educacionais.

Segundo Martins (1991), as línguas cinyungwe e cinyanja são faladas pelas populações nyungwe e nyanja que vivem ao longo das margens do rio Zambeze, nos seguintes distritos: cidade de Tete, Moatize, Changara, Marara, Cahora-bassa, Magoè e Zumbo (nyungwe). A situação sociolinguística dos grupos nyungwes e nyanjas é caracterizada pela dispersão dos povos bantu pelo continente africano, sobretudo para o sul, como descreve Ngunga (2004). Segundo o autor, a expansão bantu ocorreu a partir do norte em direção ao sul, no ano 1000 a.C. (mapa 26). No ano 1000-1110, conforme o mapa 27, uma grande expansão de povos chamados bantu saiu da região oriental de África, região lacustre, para o sul, tendo passado pelas terras altas do lago Niassa (norte de Moçambique) em direção à Transval (África do sul). Esses mapas mostram que as línguas cinyungwe e cinyanja estão localizadas nessa região de Moçambique por mais de 2000 anos. Durante suas migrações, esses povos carregaram suas línguas e culturas.

Fig. 28: Mapa -Fases de expansão bantu



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Expans%C3%A3o_bantu

Sobre os povos nyungwes e nyanjas, Maia (2011, p.2) atesta que “como qualquer outro povo, o povo Nyungwe, na sua estrutura social, estava organizado de acordo com os usos e costumes locais de forma hierárquica para garantir o funcionamento e a ordem da sociedade”.

Ao norte do rio Zambeze, a língua cinyanja é falada nos distritos de Moatize, Tsangano, Chiúta, Angónia, Marrávia, Chifunde e Macanga. A língua cinyanja tem a sua origem no império Marave, que dominou a maior parte do atual Malawi e parte de Moçambique e da Zâmbia do século XV ao XVIII. A língua cinyanja manteve-se dominante na região, apesar da fragmentação do império e das invasões nguni, povo vindo da região de África do Sul, tendo sido adotada pelos missionários cristãos no início do período colonial, incluindo a cidade de Tete. Até hoje, o cinyanja é falado na cidade de Tete junto com o cinyungwe, terra dos nyungwes, por uma grande parte da população, vinda dos distritos falantes desta língua e dos países vizinhos de Moçambique (Malawi, Zambia e Zimbábue), os quais fazem limite com a província de Tete. Para Guthrie (1967-1971), a língua cinyanja, pertence ao grupo das línguas bantu com classificação de N31, é falada maioritariamente nas regiões de Tete, Zambézia e Niassa, em Moçambique, e em alguns países vizinhos notadamente, Malawi, Zambia, Zimbábue e Tanzania.

Os povos nyungwe e nyanjas são representados culturalmente pela dança nyau (Gule wankule, figura 29), símbolo de dança tradicional da província de Tete, que representa uma forma de linguagem que permite aos participantes se comunicarem por meio de símbolos e de assobios, assim como através das próprias vestes e os movimentos feitos pelo próprio corpo. Depreende-se daí ideologias linguísticas que inscrevem na imagem da dança uma representação dinâmica, corporificada e comunicacional de língua.

Fig. 29: *Gule wamkulu* (Nyau) dança tradicional



Fonte: <https://www.tete.gov.mz/por/Galeria/Fotos/Dancas-Tradicionais>

Sobre a distribuição geolinguística, com base no mapa (figura 30) abaixo, observa-se, conforme dito, que o cinyungwe e cinyanja ocupam a maior parte do território da província de Tete, sendo o cinyungwe falado em sete distritos da província, nomeadamente, cidade de Tete, Moatize, Changara, Marara, Cahora Bassa, Magóe e Zumbo; e o cinyanja é falado nos distritos de Moatize, Angónia, Tsangano, Macanga, Chiúta, Maravia e Chifunde. Já a língua sena é falada nos distritos de Doa e Mutarara. Registre-se que, em todos esses distritos, há práticas de ensino bilíngue, conforme veremos no decorrer desta pesquisa de doutorado.

Fig. 30: Mapa da província de Tete e seus distritos



Fonte: <https://www.tete.gov.mz>

Os nyungwes e nyanjas se identificam como grupos heterogêneos no contexto linguístico moçambicano, embora as suas práticas se entrelacem com o português, língua oficial e de unidade nacional. Segundo Mendes (2000, p. 67), a “camada mais jovem, a nascida depois da independência, cria e recria formas a partir de construções lexicais de origem bantu, para marcar uma diferenciação em relação aos restantes grupos da comunidade linguística”. Veremos que a questão etária e geracional é relevante para as políticas linguísticas, especialmente se consideramos o fator geracional.

O processo de normatização linguística no contexto africano passou pelo registro de diferentes grafias, com base nos diferentes autores e nas fases históricas. Registro que a escrita das línguas cinyungwe e cinyanja descritas neste trabalho segue a padronização de Nelimo (1989) e Sitoe e Ngunga (2000), conforme se vê na tabela abaixo:

Figura 31: Tabela das Línguas bantu moçambicanas e respectivas fontes e região

GUTHRIE (1967-71)	RGPH (1997)	NELIMO (1989)	SITOE & NGUNGA (2000)	Região onde se fala
Swahili	Swahili	Kiswahili		Cabo Delgado
-	Mwani	Kimwani	Kimwani	Cabo Delgado
Yao	Yao	Ciyao	Ciyao	Niassa
Makonde	Maconde	Shimakonde	Shimakonde	Cabo Delgado
Mabiha (Mavia)	-	-	-	-
Makua	Macua	Emakhuwa	Emakhuwa	Nampula, Cabo Delgado, Niassa Zambézia
Lomwe	Lomwe	Elomwe	-	Nampula, Zambézia
Ngulu (W. Makua)	Ngulu	-	-	Niassa
-	Koti	Ekoti	-	Nampula
-	Marendje	-	-	Zambézia
Cuabo (Cuambo)	Chuabo	Echuwabo	Echuwabu	Zambézia
-	Nyanja	Cinyanja	Cinyanja	Tete, Niassa
Kunda	Kunda	-	-	Tete
-	Nsenga	Cinsenga/Nseng a	-	Tete
Nyungwe	Nyungwe	Cinyungwe	Cinyungwe	Tete
Sena	Sena	Cisena	Cisena	Sofala, Manica
Podzo	-	-	-	Sofala
Shona Cluster	Shona	Cishona	-	Sofala, Manica
Korekore	-	-	-	Manica
Tebe	-	Citewe	Ciutee	Manica
Ndau	-	Cindau	Cindau	Sofala
Rue	-	Cibalke	Cibalke	Manica
-	-	-	Cimanyika	-
Tswa	Tswa	Xitshwa	Citshwa	Inhambane
Gwamba	-	-	-	-
Tsonga	Tsonga	Xitsonga/Xicha ngana	Xichangana	Gaza
Ronga	Ronga	Xironga	Xirhonga	Maputo

Fonte: Firmino (2000)

Durante a experiência do Projeto de Ensino Bilingue em Moçambique, entre 1992 e 1996, uma das escolas da experiência de ensino bilíngue em cinyanja/português, na província de Tete, terminou a fase de experiência ensinando oralmente em nyungwe, outra língua local próxima. Nessa escola, os alunos faziam as avaliações escritas em nyanja, isso porque o cinyungwe não era conhecido no ensino bilíngue e, também, porque a escola localizava-se no território dos

nyungwes. Ocorre que esse motivo desencadeou resultados pedagógicos negativos para a experiência bilíngue de cinyanja/português, quando comparado com outras escolas experimentais. A razão da mudança linguística de cinyanja para cinyungwe deveu-se ao fato de que o cinyungwe começava a ser a língua dominante na região e as jovens gerações falantes do cinyanja estavam emigrando para o cinyungwe. Esse fato mostra o quanto é importante realizar estudos contínuos e processuais de mapeamento linguístico que retratem, com alguma segurança, a dinâmica sóciopolítica das línguas (Patel, 2012).

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo vamos aprofundar a análise de dados qualitativos, com enfoque na esfera educacional, atentando para as representações que diferentes participantes e agentes têm da educação bilíngue. A seguir são apresentados os resultados das entrevistas com professores da Universidade e da Educação Básica, com alunos da Universidade e da Educação Básica e com outros informantes residentes na área de pesquisa, bem como anotações de campo e da paisagem sociolinguística da região. Os comentários dos professores mostram que a concepção e aplicação do ensino bilíngue e da formação de professores no contexto moçambicano não é homogênea, sendo que diferentes docentes e gestores assumem valorações e posições diferentes. Essas diferentes opiniões acabam, ao meu ver, prejudicando as políticas de educação bilíngue, pois geram incertezas e dúvidas em relação à efetividade do processo.

A estrutura deste capítulo se organiza em torno das questões que foram feitas aos estudantes do curso de Letras, buscando averiguar os objetivos elencados abaixo.

3.1 O perfil histórico, territorial e geográfico das línguas cinyungwe e cinyanja

Embora as línguas cinyungwe e cinyanja convivam com o português nesta região, as canções usadas nas danças são um veículo de promoção e manutenção dessas línguas bantu, inscrevendo sentidos culturais e identitários bantu. As canções abaixo são ilustrativas dessas línguas:

Canção (Woo bowa bwangu busvipa)¹⁶
 Woo bowa bwangu busvipa
 Mpsimbo yangu ya kubvala
 Cisenga cangu ca kusaya kufunyika
 Comer kwa anyamadulanthaka nimbawanyosera.

Kwangu komwe ine nimbayikha manja
 Pomwe nimbadziwa Lino kwa kuyayikha.

Woo n'chinjiridzo wangu fala,
 Lakudzala na mphindulo,
 La muyimbidwe, wa kufunguka!
 Njimiso wangu wa mpheni za m'misuwo,
 Bhandhera langu la ntendere!

¹⁶ Canção extraída no livro da 7ª Classe, Ensino Bilíngue- Língua Cinyungwe, 2012, p.12.

Sebastiyawu da Gama (ntsakizo) in. Cinyungwe- Livu CinomweKalasi 7^{mwe}, p.84

Tradução (O meu cogumelo preto)¹⁷

Meu cogumelo preto
Minha bengala que uso
Minha catana sem interesse
Que os meus antepassados lhes provoco
Lugar onde ponho as minhas mãos
Onde não conheço onde guardar
O guardião da minha palavra
Cheio de vantagens
De canção aberta

A segurança das dobradiças das minhas portas
Minha bandeira da independência
Meu molho de varas

Sebastião da Gama (poesia) (Manual de 7^a classe – Ensino Bilíngue, p.84)

Os povos nyungwe e nyanja utilizam as suas línguas para a comunicação e, assim, seguem um processo de transmissão geracional por meio da palavra oral, característica da tradição africana (Altuna, 1985). Por isso, nunca se pode falar das línguas cinyungwe e cinyanja sem se discutir a cultura desses povos e as suas práticas de transmissão intergeracional.

Os falantes, ainda que pertençam a um certo território, têm se identificado com as suas comunidades de fala. Por exemplo, um nyungwes, que aprendeu a falar a língua desde nascença, mesmo que esteja fora da sua região, lembra-se dos vocábulos nativos ensinados ou aprendidos, isto é, as pessoas carregam consigo a sua L1 na memória, mesmo que não a pratique. Independentemente de onde estiverem, os nyungwes se sentem pertencentes a sua comunidade de fala quando usam expressões típicas de sua língua, como o termo *pombe* (nome de bebida tradicional local). Os nyanjas se sentem nyanjas quando expressam relações de parentesco em suas línguas, como pai, mãe, irmão, irmã, tia, tio, avó, avô, chefe em sua língua local.

Sobre o aspecto histórico, registre-se que o cinyanja no passado dominou os distritos do norte da província, inclusive a cidade de Tete, capital da província e terra dos nyungwes. Em conversa com o Sr. João José Divala¹⁸, antigo padre diocesano, ele nos relatou o papel dos padres jesuítas no uso dessa língua, conforme abaixo:

¹⁷ Canção traduzida por Senhor Domingos Gandar, director da Escola Primária Completa de Canjada- Zona rural de Tete (Bairro Matundo).

¹⁸ Entrevista oral concedida ao Sr. João José Divala, antigo padre Diocesano e professor de Línguas bantu e Literaturas Africanas na Universidade Púnguê- Tete, no dia 06/05/2023.

Isso ocorreu devido ao papel desempenhado pelos padres jesuítas na implantação da Diocese pastoral de Tete na cidade do mesmo nome, pois a maior parte dos padres vinha do país vizinho, Malawi, país que tem a língua cinyanja, na variante chewa, como elemento de comunicação. Essa língua foi deslocada no processo de implantação da Diocese de Tete.

A título de contextualização, a Companhia de Jesus, pela qual se inserem os Jesuítas, organiza-se em Cúria Geral, Províncias e Regiões que, no passado, teve vice-províncias, sendo Moçambique uma delas. Pedro (2013) destaca que a Missão do Zambeze foi repartida entre jesuítas portugueses e Jesuítas ingleses. Enquanto os ingleses ficaram com o Norte, os primeiros ficaram com o Zambeze inferior, englobando a totalidade da província da Zambézia, uma parte de Manica, Sofala e Tete, região da nossa pesquisa que, para facilitar a comunicação, tinha ao seu dispor alguns portadores, sendo gente de Tete encarregada dessa missão (Pedro, 2013).

Tendo feita essa apresentação geral, a seguir pontuamos elementos linguísticos e culturais das línguas.

3.2 Cinyungwe e Cinyanja: o perfil (sócio)linguístico e cultural .

Essas duas línguas foram descritas e estudadas academicamente, como os seguintes trabalhos: Sóstenes Valente Rego (2012), *Descrição Sistémico-Funcional da Gramática do Modo Oracional das Orações em Nyungwe* e de Mário Biriante (2023), *A sintaxe das orações relativas em Cinyanja*”. Também há gramáticas sobre a língua Cinyungwe, como do Padre Martins, 1991, entre outros instrumentos linguísticos. Nesta pesquisa, não buscamos descrever essas línguas, mas refletir e analisar a dinâmica sociolinguística e política delas na Província de Tete. Sobre o aspecto morfológico, as línguas bantu, no geral, e as de Moçambique, em particular, são por excelência prefixais, com um sistema de gêneros gramaticais em número não inferior a cinco. O gênero nessas línguas não é a oposição entre o feminino e o masculino, mas uma referência a pares de classes de nomes entre si em singular e plural (Sitóe, 2011). Só para ilustrar, nas duas línguas em estudo, tem-se:

Cinyungwe: iye ele/ela; mpfundzi (aluno/aluna); muti (árvore- singular/miti (árvores- plural)

Cinyanja: mtengo (árvore-singular)/mitengo (árvores-plural).

Abaixo, a título de ilustração, segue um exemplo de algumas palavras de cinyungwe e cinyanja, a fim de ilustrar uma certa aproximação estrutural:

Fig. 32: Tabela de aproximação lexical dos dois idiomas (*cinyungwe e cinyanja*)

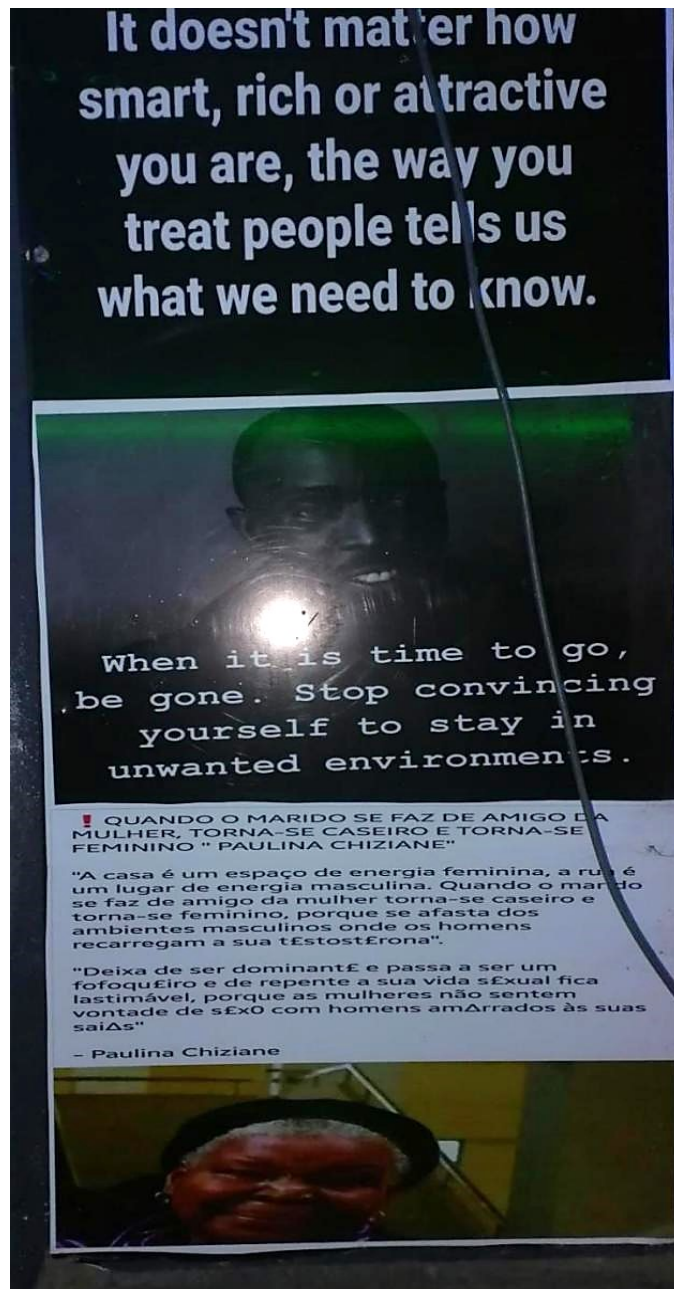
Palavras	Cinyungwe	Cinyanja
irmão	m'bale	m'bale
tio	—	malume
tia	—	azakhali
trabalhador	nyabasa	wantchito
chefe	—	bwana
escola	—	sukula
aluno	pfunzi	aphuzila
homem	mamuna	mamuna
pai	baba	bambo
mãe	amai	mai
avó/avô	yavu	gogo

Fonte: autor (2023)

Os falantes do cinyungwe e cinyanja utilizam as suas línguas em conjunto com suas práticas sociais. Essas línguas carregam modos específicos de comunicação e interação social, como fazer pedidos, cumprimentar e questionar. Ao interagirem entre si, os falantes de ambas as línguas carregam elementos e expressões linguísticos, fazendo com que haja semelhanças estruturais entre as línguas

O cinyanja é uma língua que, para além de atravessar as fronteiras provinciais, transpassa as nacionais, sendo falado nos países vizinhos (Zâmbia, Malawi, Zimbábue e Tanzânia). Essas duas línguas são de comunidade mista, logo, é difícil separá-las, visto que as duas são faladas nas zonas urbana e rural. O cinyungwe e o cinyanja são línguas que se interpenetram no mesmo território, o que dificulta na delimitação de fronteiras entre elas, sobretudo nas cidades de Tete e Moatize, zonas com fluxos migratórios muito fortes, consideradas grandes centros urbanos da província de Tete. Esses fatores “contribuem para mostrar como a mobilidade de pessoas nos desafia a compreender a contingência social e política de práticas comunicativas que se constituem mais e mais de modo fluido, híbrido e criativo” (Lucena, 2021, p.2). A realidade multilíngue das regiões que estudamos é evidente na paisagem linguística e sonora. Ao mesmo tempo em que ouvimos as línguas cinyungwe e o cinyanja, também encontramos em lugares de lazer cartazes com as línguas portuguesa e o inglesa, como mostram as imagens (figuras 32 e 33) abaixo:

Fig. 33: Cartaz – Imagem captada num restaurante na cidade de Tete



Fonte: o autor (2025)

Fig. 34: Cartaz – Imagens de banheiros captadas num restaurante na cidade de Tete



Fonte: o autor (2025)

Esse privilégio às línguas portuguesa e inglesa na paisagem linguística da região nos mostra o quão são desprezadas as línguas maternas (cinyungwe e cinyanja). Embora sejam línguas faladas pela maior no contexto de Tete, Moatize e Angonia, lugares da nossa pesquisa, as elites sentem vergonha de as mostrar publicamente, especialmente em lugares de luxo.

Sobre as relações de poder e as valorações sociais, o cinyungwe, por ser uma língua falada na cidade capital da província de Tete, certamente vem tomando o poder¹⁹. Alguns fatores que fazem com que o cinyungwe seja falado por maioria dos jovens na atualidade é fator migratório, já que, nos últimos 10 anos, a cidade de Tete começou a ser povoada por novos habitantes devido à abertura da indústria extrativa mineira no distrito vizinho de Moatize. Conforme a entrevista feita ao Senhor Manuel Juliano Njanje²⁰, chefe dos recursos humanos na Direção provincial de Educação de Tete, para Njanje, nota-se a relação entre o aspecto econômico e a língua falada pelos nyanjas no entanto no seu depoimento disse o seguinte:”o poder financeiro dos nyungwes influenciado pela exploração do carvão mineral na cidade de Moatize e aumento de infraestruturas comerciais na mesma cidade, fez com que a língua destes

¹⁹ Entrevista oral concedida pelo Senhor Manuel Juliano Njanje, chefe dos recursos humanos na Direção provincial de Educação de Tete, no dia 09/ 01/2023.

²⁰ Chefe dos Recursos Humanos na Direção Provincial de Educação de Tete.

povos penetrasse cada vez mais nas regiões antes dominadas por nyanjas, povo originário do distrito de Angónia, distrito limítrofe com país vizinho Malawi; os nyanjas tinham o domínio em quase toda a província, principalmente nas cidades de Tete e Moatize, região dos nyungwes. Este povo detinha o domínio devido a sua localização em terras férteis para agricultura e que a maior parte dos alimentos vinha deles. E assim impunham o seu poder *linguístico*”. Sobre poder linguístico (cf. Foucault, 2004 *apud* Silva 2016, p.8).

Resumindo, as línguas cinungwe e cinyanja são amplamente faladas pela população da província de Tete, nos domínios político, industrial e religioso, conforme sucintamente apresentadas abaixo:

- i) As línguas locais têm sido usadas fortemente para atividades políticas, sendo cinyungwe, no município de Tete e Moatize, e Cinyanja, no município Angónia. Além disso, o assunto relativo à gestão local ocorre nessas línguas, a exemplo das iniciativas do partido FRELIMO²¹.
- ii) No âmbito profissional, a exemplo da indústria mineira, os nyungwes e nyanjas, povos nativos da província de Tete, convivem com os brasileiros, os sul africanos, os zimbabwianos, os indianos, etc. Além disso, a região de Moatize, uma região mineira, enfrenta graves problemas de poluição do meio ambiente e de saneamento urbano, consequências da exploração do carvão mineral pelas empresas Companhia do Vale do Rio Doce, designada por Vale de Moçambique e a Riversdale Mining, designada Riversdale Moçambique. A população das zonas afetadas (cidade de Tete, Moatize e Marara) reclama das péssimas condições impostas pelas mineradoras, o que tem culminado na perda de terras e, conseqüente, na perda de modos específicos de vida. Sobre esses mega projetos econômicos, tem-se:

Esses mega-projetos apresentam impactos significativos na economia, no ambiente, na cultura e no campo social. A sua implementação implica a alteração dos usos do solo (...) (Lei nº 14/2002 de 26 de junho, no seu artigo 43, ponto 2), a exploração mineira apresenta-se como prioritária em relação aos usos existentes, incluindo o uso destinado ao consumo próprio das comunidades locais. A valorização do novo uso implica, normalmente, na retirada das comunidades que vivem nessas áreas e que dependem dela (e dos recursos existentes) para a sua reprodução social. Mudar significa alterar a relação sociedade/natureza no espaço e a destruição de um passado, sacralizado na identidade que as mesmas reproduziram ao longo do tempo (Matos & Medeiros, 2012.p.3).

²¹ Informações disponíveis em:

https://www.google.com/search?q=frelimo+angonia+yutube&oq=frelimo+angonia+yutube&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigAdIBCTExMjU2ajBqOagCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:a085a1fc,vid:PU7uKYYJ2A4M,st:0

Além disso, por serem regiões ricas em recursos naturais e minerais, os falantes da língua cinyungwe e cinyanja se servem dessas línguas locais para desenvolverem as suas atividades econômicas, como a exploração dos recursos naturais, pesca, mineral, de produção agrícola, etc. Os recursos naturais aqui referenciados são a exploração de madeira para o uso local (lenha), pesca artesanal desenvolvida ao longo do rio Zambeze, exploração do carvão mineral no distrito de Moatize e prática de agricultura, como o caso do distrito de Angónia. Os usos linguísticos atribuídos a essas funções sociais e econômicas são feitos nas línguas bantu moçambicanas.

No âmbito trabalhista, muitas empresas colocam suas publicidades de pedido de emprego nas plataformas digitais, assim como nos jornais locais. O portal de emprego é um site onde as empresas anunciam as vagas e estabelecem as suas metas de emprego e os requisitos exigidos. Essa forma de anunciar as vagas também é feita pelas universidades no âmbito de abertura de editais para concursos de egressos. A figura 35 é exemplo de um site de chamada de emprego online em Moçambique, que salienta o conhecimento linguístico local como relevante.

Fig. 35: Publicidade de vaga de emprego

<https://emprego.mmo.co.mz/vagas/para-gestores-provinciais-cisp/>

Requisitos

- Grau de Licenciatura em Ciências Sociais e Humanas, Desenvolvimento Comunitário, Ação Social, Ciências Sociais ou áreas Afins;
- Pelo menos 3 anos de experiência em gestão de Projetos, oficial de programas, preferencial em projetos de ação social e culturais (Setor da Cultura como meio de promoção da Paz, reconciliação e coesão social);
- Participação comprovada em cursos sobre gestão de projecto (projecto management), monitoria e avaliação;
- Conhecimentos de informática (Internet, Word, PowerPoint e Excel);
- Nacionalidade moçambicana. – Línguas: Português; óptimo conhecimento das línguas locais da Província pela qual candidata-se será uma vantagem.

Exigências

- Curriculum Vitae detalhado;
- Certificado de Habilitações;
- Carta de Motivação;
- Referências.

Nota: Como assunto do email escrever apenas: Contabilista, seu Nome e (o nome da província para a qual concorre).

Fonte: <https://emprego.mmo.co.mz/vagas/para-gestores-provinciais-cisp/> Documento acessado em 12 de agosto de 2023.

iii) Por questões históricas, a língua cinyanja entrou no distrito de Angónia através dos padres jesuítas, sendo que muitos deles vinham do país vizinho Malawi, como mencionado anteriormente. Essa língua era e é usada para cultos e em traduções de religiosas. A título de exemplo, em algumas igrejas das regiões referenciadas, as missas ou evangelhos são ofertados nessas línguas locais. Embora o cinyungwe seja língua materna da cidade e distrito de Tete, além de outros ao sul do Zambeze, há relatos de que o cinyanja continua a ser usado nesse espaço geográfico. Cabe salientar, ainda, que a igreja Testemunha de Jeóva tem produzido muito material em língua cinyanja com vistas a revitalizar essa língua transfronteiriça, falada em países vizinhos, como Malawi, Zambia, Zimbabue e Tanzania. Exemplos de usos dessas línguas para fins religiosos incluem o uso de canções locais como pode ver abaixo:

Canção religiosa de língua Cinyanja

Ine Yanga ni Pemphero
Nthawi zina zinthu zikavuta ine ni magwadha ndicuyamba kumphera
Holo nivutike
Ine yanga ni pemphero pemphero pemphero...

Ine yanga ni phephero ambuye azayankha 2x
Holo mundi n'cambe
Ine yanga ni pemphero pemphero pemphero...
Ine yanga ni pemphero ambuye azayankha.

Canção religiosa fornecida por Gabriela Isaias Gino (Distrito de Angónia).

Para mim é oração

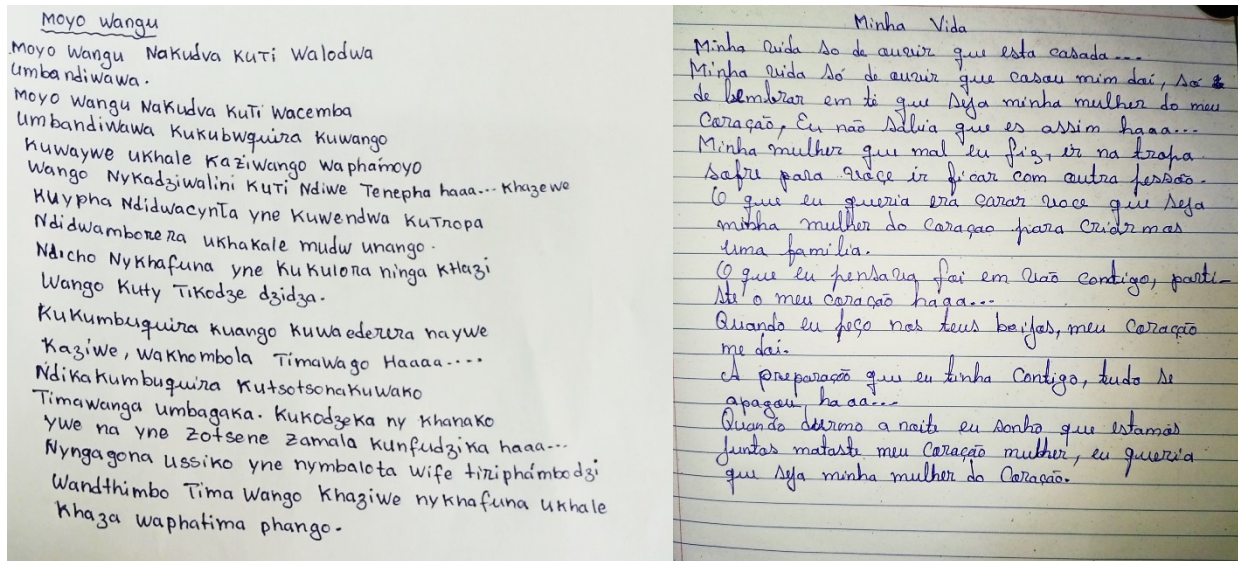
Nalgum momento quando as coisas estão difíceis eu ajoelho e começo a orar
 Mesmo sofrendo
 Para mim é oração, oração, oração 2x
 Para mim é oração Deus irá me responder
 Mesmo me falando 2x
 Para mim é oração, oração, oração.
 Para mim é oração Deus irá me responder.

Gabriela Isaias Gino

Se a língua tem poder, também a mensagem transmitida por meio de uma língua tem um poder que pode ser religioso, mágico, cultural, económico, social e mais. No entanto, a canção *Ine Yanga ni Pemphero* (para mim é oração), escrita em língua Cinyanja, transmite um poder religioso, interpela atos diabólicos, críticas que as pessoas tem quando adoram a Deus, mesmo assim o adorador não desiste, ele acredite em Deus, entregou tudo nas mãos de Deus, não quer aceitar outra prática se não a Deus, por isso, insistentemente no verso

Holo mundi n'cambe (mesmo me falando) ele grita, continua orando a Deus, diz só para mim a oração resolve todos os meus problemas, com base em na oração tudo será respondido.

Fig. 36: Sermão local em língua Cinyungwe



Fonte: Climidio Luís Blumo- Tete (2024)

A canção acima *Moyo wangu* (Minha vida), é uma declaração do amor, angústia, desespero. Essa é uma forma de linguagem que representa paixão de um jovem, por perder sua namorada que tanto amava. A sua sua luta para vencer, que levou a ir para outras partes da terra para procurar melhores condições de vida, fizeram com que sua namorada lhe abandonasse, fosse casar outro homem. Daí o grito de socorro, lamento, por tudo que pensava para o bem da sua família, o que para ele, tudo foi em vão. A vida tornou-lhe dura, sem esperança por imaginar que aquele mulher que tanto pensou, planificou a vida correu com outro homem, despegou e nada mais restava se não a mágoa, a irá, o ódio dentro do seu coração. Este é um dilema social, muitos relacionamentos se apagam devido a ausência de uma das pessoas, poucas vezes deixamos de pensar nas consequências, colocamos em frente o sabor de vida, o emprego, o trabalho, a profissão, a formação, para um futuro promissor, mas ao contrário disso, é o apagamento na relação. As linguagem feita em qualquer língua, nos ensina, nos instruí, por isso, para os humanos

o importante não é a língua usada para transmitir a mensagem, mas sim, a mensagem transmitida por qualquer língua serve para compreender o que é bom ou o que é mau.

3.3 Sobre as práticas linguísticas educacionais

Conforme temos visto nesta pesquisa, a implementação da educação bilíngue em Moçambique tem atuado a favor da valorização e manutenção das práticas linguísticas locais, tensionando modelos monolíngues eurocêntricos: “Com a implementação de um programa de educação bilíngue estar-se-á a fazer uma oposição aos modelos selectivos, discriminatórios e injustos” (Chambo et al 2020, p.9). Esse também é o exemplo da província de Tete, em Moçambique, onde as línguas bantu (cinyungwe e cinyanja) convivem – de forma conflituosa, muitas vezes – com o português.

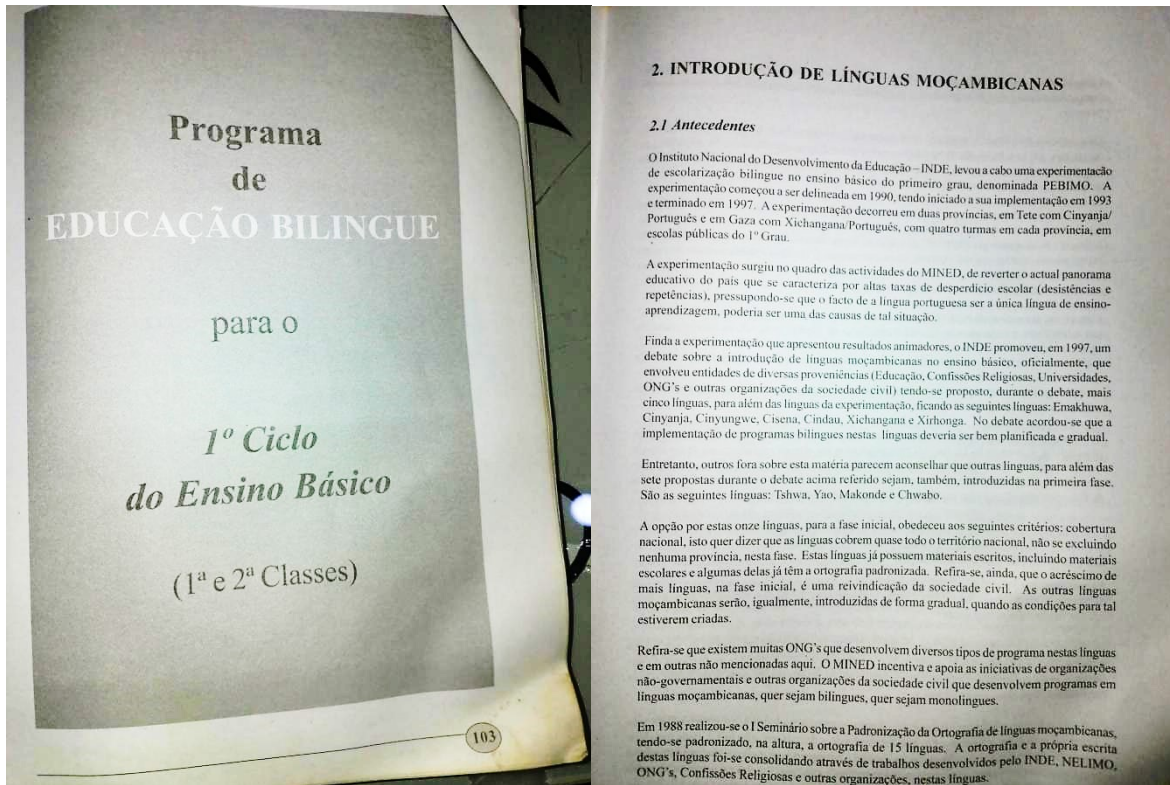
Embora a nova Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), nº 18/2018 de 28 de Dezembro – Lei do Sistema Nacional de Educação que determine que a educação bilíngue seja uma modalidade institucionalizada de ensino em Moçambique –, o cinyungwe e cinyanja, como línguas do ensino bilíngue, são ensinadas somente em escolas das zonas rurais e escolas da periferia. A justificativa é de que é lá onde os alunos não falam português e, como consequência, sempre tiveram resultados escolares baixos, conforme afirma Patel (2012). As línguas cinyungwe e cinyanja são usadas no ensino bilíngue em escolas primárias (vide a apêndice I- Efectivo Escolar), nos Institutos de Formação de Professores (IFP) vigentes na província de Tete, nomeadamente: IFP de Tete (cidade de Tete), IFP de Angónia (vila de Ulóngue), IFP de Chitima (distrito de Cahora bassa), ADPP de Chiúta (vila de Manje) e na Universidade Púnguè (cidade de Tete), embora com menor presença, conforme veremos.

Nos institutos de formação de professores, as línguas cinyungwe e cinyanja são usadas na oralidade e na escrita para explicar alguns fenômenos durante o PEA de línguas bantu. As línguas locais são usadas nas escolas básicas e nos Institutos de formação de professores e nas universidades, a exemplo dos cursos de letras (Português-língua bantu específica na então Universidade Pedagógica, delegação de Tete). Ainda que essas instituições não as ensinem como disciplinas/línguas de ensino, os professores de línguas bantu usam-nas, uma vez que grande parte dos alunos que frequentam esses locais fala essas duas línguas para além do português.

Sobre os documentos institucionais universitários, percebemos nos dois programas abaixo (Ensino Básico, 2003, figura 37; Universidade Pedagógica 2009, figura 38, visões similares: a Universidade Pedagógica na sua visão de minor, tem como objetivos formar profissionais que pudessem responder o ensino bilingue nas escolas da província, ou seja, as línguas bantu selecionadas no curso de formação no Ensino superior eram as línguas lecionadas nas escolas bilingues. Em contrapartida, os Institutos de formação de professores, instituições que formam professores para Educação básica, onde é desenvolvido o ensino bilingue, não orientam para o ensino de uma língua específica, apenas temos planos curriculares que orientam o ensino de língua bantu, sem especificidade de uma língua local.

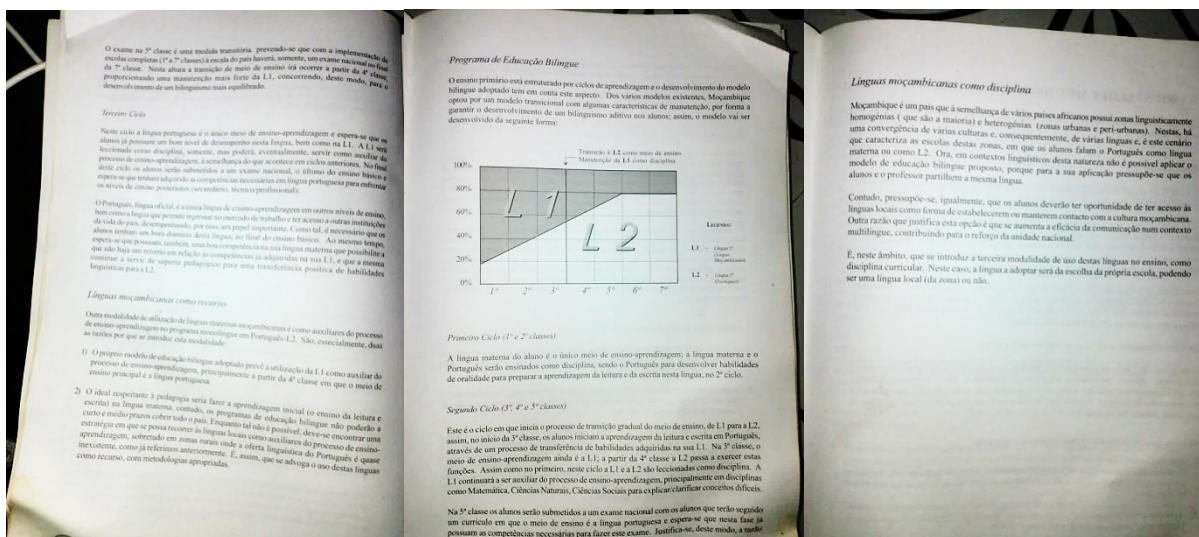
Provavelmente, o modelo da UP herdado por algumas universidades, se for seguido com rigor, pode ajudar os professores da educação básica. O grande entrave vivido pelos professores formado IES é que eles não são colocados na Educação básica, mas sim no ensino secundário geral, onde não há ensino bilingue. Considero que esse é o grande problema na orientação profissional em Moçambique. A Universidade Púnguè, ao herdar os Currículos da então UP, ensinava o curso de Graduação de ensino de Português com minor em língua Bantu (cinyanja), mas este curso foi descontinuado, por algumas razões: para além de falta de professores formados nesta língua, os estudantes formados não encontram espaço para atuação no ensino secundário. Defendemos a importância do ensino bilíngue ser extensivo para ensino secundário.

Fig. 37: Extratos de programa de Ensino Bilingue



Fonte: acervo pessoal (2025)

Fig. 38: Extratos de programa de Ensino Bilingue



Fonte: acervo pessoal (2025)

Fig. 39: Plano curricular da extinta Universidade Pedagógica (UP)

Aprovado na 3ª Sessão do Conselho Universitário (CUP) – 2009



Departamento de Ciências da Linguagem
PROGRAMA TEMÁTICO

Disciplina:

Língua Bantu I

Código-	Tipo -
Nível -I	Ano - 3º
Semestre - I	Créditos - 6 = 150 horas (60 de contacto e 90 de estudo)

I. Competências

O estudante:

- utiliza a língua Bantu como instrumento de comunicação no contexto plurilingue de Moçambique;
- desenvolve o uso de língua Bantu, tendo em conta a sua estrutura e as regras do seu funcionamento.

II. Objectivos

A. Gerais

O estudante deve:

- desenvolver a competência comunicativa, nas vertentes: ouvir/falar, ler/escrever;
- adquirir conhecimentos essenciais do funcionamento de língua Bantu, através de análise e produção de textos orais e escritos.

B. Específicos

O estudante deve ser capaz de:

- ler e ouvir diversificada tipologia de textos em língua Bantu;
- produzir textos, orais e escritos, adequados a várias situações de comunicação;
- descrever aspectos essenciais do funcionamento de língua Bantu.

UP – DP

3ª REFORMA CURRICULAR
371

284
PÁGINA 284 DE

Aprovado na 3ª Sessão do Conselho Universitário (CUP) – 2009

III. Pré-requisitos

O estudante deve ser falante de língua Bantu

IV. Conteúdos (programa temático)

Nº	Tema	Total de horas	
		Contacto	Estudo independente
1	Reflexão sobre a língua: -vogais e consoantes; -estrutura silábica; -natureza da ortografia.	5	8
2	Sistema de comunicação em língua Bantu -os processos de comunicação -o papel das línguas Bantu; -as funções da línguas Bantu nas sociedades tradicionais.	6	8
3	Textos, orais ou escritos: o conto tradicional; -as características do conto tradicional -o papel do orador; -a função do receptor;	8	12
4	Textos de comunicação social: a carta -identificação da estrutura da carta; -identificação da linguagem da carta e de formas de tratamento;	6	8

Aprovado na 3ª Sessão do Conselho Universitário (CUP) – 2009

	-graus de parentesco; -nomes de dias e meses; -produção de cartas; -numeração em língua Bantu.		
5	Textos orais ou escritos: trava-línguas, enigma, adivinha; -análise de textos.	5	8
6	Textos orais: o provérbio -características linguísticas; -recursos estilísticos; -relações semânticas: sinonímia/antonímia; hiperonímia/hiponímia.	6	10
7	A frase nas línguas Bantu: -a frase simples (verbal e ideofônica); -a frase complexa.	8	12
8	Textos informativos: a notícia -forma tradicional de notícia (saudação) -características linguísticas e discursivas; -formas de tratamento;	8	12
9	Texto dramático (oral ou escrito): -identificação da estrutura do texto dramático; -formas textuais: farsa, tragédia, drama.	8	12
Total de horas parciais		60	90
Total de horas		150	

Sobre o material didático, de forma geral, a formação de professores aconselha a escolha de textos relacionados com os temas propostos (figuras 38 e 39). Aconselha-se a escolha de textos relacionados com os temas propostos, com a cultura, usos e costumes da população da localidade. Poderão ser usados outros materiais, como gramáticas e dicionários. Apresento, a seguir, alguns registros pedagógicos e didáticos que são usados nas formações de professores,

Fig. 40: Programa de 1ª Classe ensino bilingue

DIDÁCTICA DE LÍNGUAS MOÇAMBICANAS

Carga Horária: 54

Introdução

A Didáctica de Línguas Moçambicanas é uma disciplina de carácter metodológica e prática que visa munir os formandos com competências didáctico-pedagógicas sobre o ensino bilingue, ensino em L1 como disciplina (língua moçambicana) e meio de ensino nas disciplinas antes da transição (Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Educação Visual e Ofícios) bem como recurso nas disciplinas leccionadas em L2 durante e depois da transição. Assim, espera-se que os formandos desenvolvam as ferramentas didáctico-pedagógicas para planificar e simular aulas no contexto de sala de aulas, usando abordagens metodológicas específicas de ensino bilingue.

A disciplina abordará temáticas sobre abordagens metodológicas relevantes para o ensino da leitura e escrita, oralidade, transferência de habilidades de L1 para L2, uso de duas línguas no ensino e estratégias de ensino da gramática implícita e explícita. Em termos de metodologias de ensino, a disciplina orientar-se-á à luz das abordagens construtivistas centradas nos formandos. Assim, os formandos desenvolverão as competências didáctico-pedagógicas e práticas sobre o "saber ensinar" num ambiente de aprendizagem participativa e colaborativa (em línguas moçambicanas nas aulas) caracterizado pelas práticas de planificação e simulação de aulas, produção de material didáctico e sessões de análise crítica e colectiva de aulas simuladas.

Competências a Desenvolver

No decurso e no fim do estudo desta disciplina, o formando deverá desenvolver as seguintes competências:

- Promove as línguas moçambicanas como instrumentos imprescindíveis para a educação e o desenvolvimento académico, cognitivo, cultural e social dos alunos num contexto multilingue e multicultural;
- Domina a competência pedagógica e didáctica inerente às especificidades do ensino bilingue;

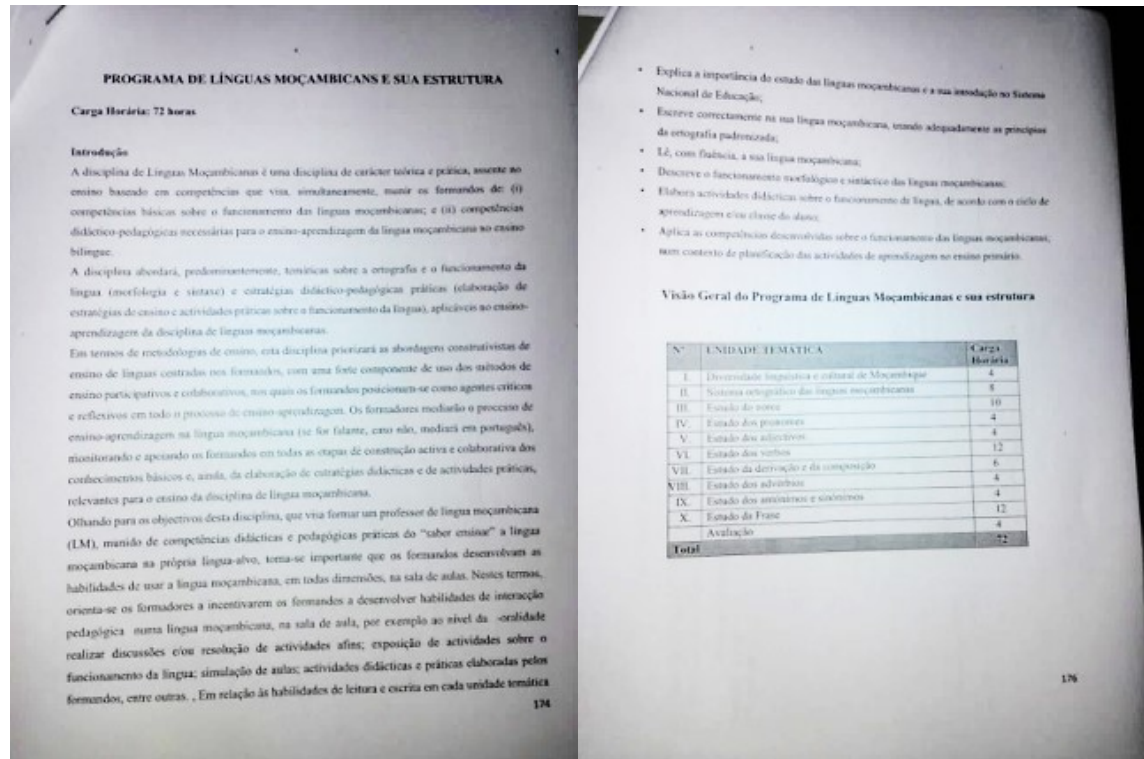
- Avalia a qualidade das aulas planificadas e simuladas, a partir do domínio dos métodos de ensino bilingue aprendidos, sugerindo estratégias de remediação das dificuldades detectadas;
- Domina as estratégias de ensino da gramática implícita e explícita, no contexto de ensino do funcionamento das línguas moçambicanas;
- Domina o uso adequado dos métodos bilingues (L1 e L2), no processo de planificação e leccionação de conteúdos de disciplinas leccionadas em L2, como meio de instrução depois da transição;
- Aplica as estratégias de desenvolvimento de literacia em L2, a partir da transferência de habilidades de literacia desenvolvidas na L1, usando estratégias de ensino adequadas, em função das diferenças e/ou semelhanças gráficas e fonéticas entre as duas línguas;
- Auto-avalia-se, analisa a prática pedagógica dos colegas e engaja-se no trabalho colaborativo;
- Desenvolve recursos didácticos que estimulam o desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita iniciais.

Visão Geral do Programa de Didáctica de Línguas Moçambicanas

Nº	Unidade temática	Carga Horária
I.	Introdução ao programa de Ensino Bilingue	4
II.	A abordagem comunicativa no ensino de línguas	4
III.	Métodos de ensino da oralidade	8
IV.	Métodos de leitura e escrita	12
V.	Transferência de habilidades de leitura e escrita da L1 para L2	6
VI.	L1 como meio de ensino	4
VII.	Métodos bilingues	8
VIII.	Métodos de ensino da gramática de L1	4
	Avaliação	4
	Total	54

Fonte: acervo pessoal (2025)

Fig. 41: Programa de 2ª Classe ensino bilingue



Fonte: acervo pessoal- (2025)

Conforme mostram os planos temáticos de ensino bilingue, os conteúdos estão expressos em língua portuguesa, o que não fortifica a preparação sociolinguística do professor que vai ensinar uma língua específica. Isso reforça a falta de proficiência em línguas bantu de docentes que atuam nas escolas bilíngues. Se o conhecimento de uma língua (leitura, oralidade e escrita) iniciasse nos cursos de formação, talvez os futuros professores já seriam habituados com a realidade das escolas. Para este tipo de ensino, Baker (2006 *apud* Pessoa e Maciel, 2020) tece uma diferença entre o ato de se “ensinar uma língua” do ato de se “ensinar pela língua”. Na primeira situação, a língua é o objeto de estudo e, na segunda, além de ser objeto de estudo, a língua é também o meio de instrução para todas as disciplinas do currículo. Entendemos, também, que o material didático é relevante para a desconstrução do mito do monolinguismo (Cavalcanti; Bortoni-Ricardo, 2007; Lucena 2021). Entendemos que o modelo dos minors da UP poderia ser uma mais valia, porque rompe com o ensino de uma língua específica.

O exemplo a seguir (figura 42), ilustra o modo como a língua cinyanja é abordada no curso de licenciatura em ensino de português. Percebe-se as seguintes representações de língua: língua como estrutura; língua como objeto de ensino; ensino de língua bantu como sinónimo de

ensino de gramática; exemplos baseados na estrutura e não no uso. Não há qualquer contextualização ao uso, ao contexto cultural, à realidade sociolinguística dos falantes. Assim, ensino bilíngue se torna sinônimo de ensino de gramática de língua bantu, tomada como objeto de ensino e não meio de ensino.

Fig. 42: Avaliação em ensino bilingue




DELEGAÇÃO DE TETE

Curso de Licenciatura em Ensino de Português

Campus universitário de Cambinde . Estrada nacional nº 106, telef: 252 2204211/2; telefax: 252 20422, Tete-Moçambique

Linguística Descritiva da Língua Nyanja II

Exame normal 15 de Junho/1º Semestre/2018

Leia atentamente o teste e responda com clareza e concisão às questões que lhe são apresentadas. Todos os fenómenos a serem descritos devem ter como referência a língua em estudo.

1. Explique, com base em exemplos, por que é que o Cinyanja é uma língua do grupo das línguas com uma morfologia aglutinante. (2.0)
2. Explícite, com base em exemplos, as noções de morfema livre e morfema preso. (2.0)
3. Descreva, com base em 2 exemplos, a noção de suprafixo em Cinyanja. (2.0)
4. Descreva, com base em exemplo, as relações de adição e substituição em estruturas morfológicas do Cinyanja. (4.5)
5. Explique, com base em exemplos, por que é que os locativos e os diminutivos são afixos secundários em Cinyanja. (4.0)
6. Caracterize, com base em 2 exemplos, a estratégia de concordância com os prefixos nominais nos SN's do Cinyanja. (3.5)
7. Descreva, com base em exemplos, em que consiste a “estratégias comutativa” no sistema de concordância em SN's do Cinyanja. (2.0)

Bom trabalho
Mário Biriarte

A avaliação acima da língua cinyanja mostra que se espera os alunos apresentem as regras da língua em estudo. Aqui, problematizamos, junto com Baker (2006) e Pessoa e Maciel (2020), o uso da língua enquanto objeto de estudo, o que é diferente da língua como meio de instrução para todas as disciplinas do currículo. A Universidade Pedagógica por exemplo, assim como outras instituições que se preocupam pelo modelo diglótico das línguas locais, deveriam se preocupar com este segundo modelo, usando a língua local durante a formação como meio de instrução para todas as disciplinas do currículo. Entretanto, entendemos que esse desafio levaria tempo para sua consolidação.

As línguas cinyungwe e cinyanja também ocupam espaço nos materiais didáticos, conforme retratam as imagens abaixo do manual de ensino bilíngue.

Fig. 43: Manual de Ensino Bilingue- Língua Cinyungwe-2a classe, p.82 (2020)



Fig. 44: Manual do aluno -Portugues- 2a classe-Volume I, p.54,2004

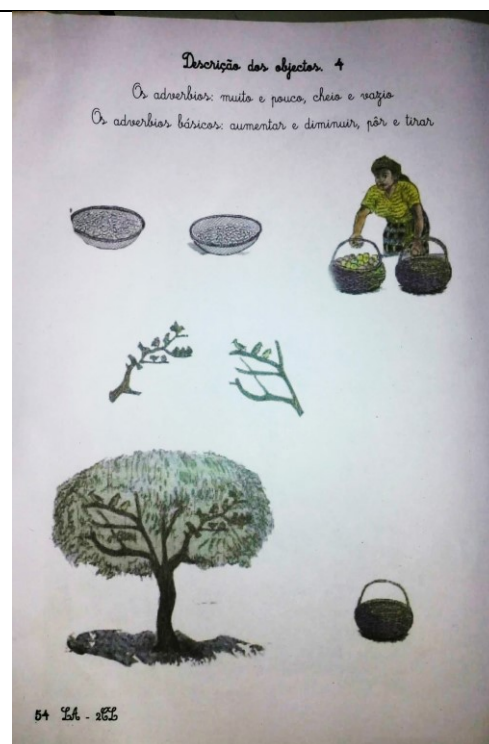
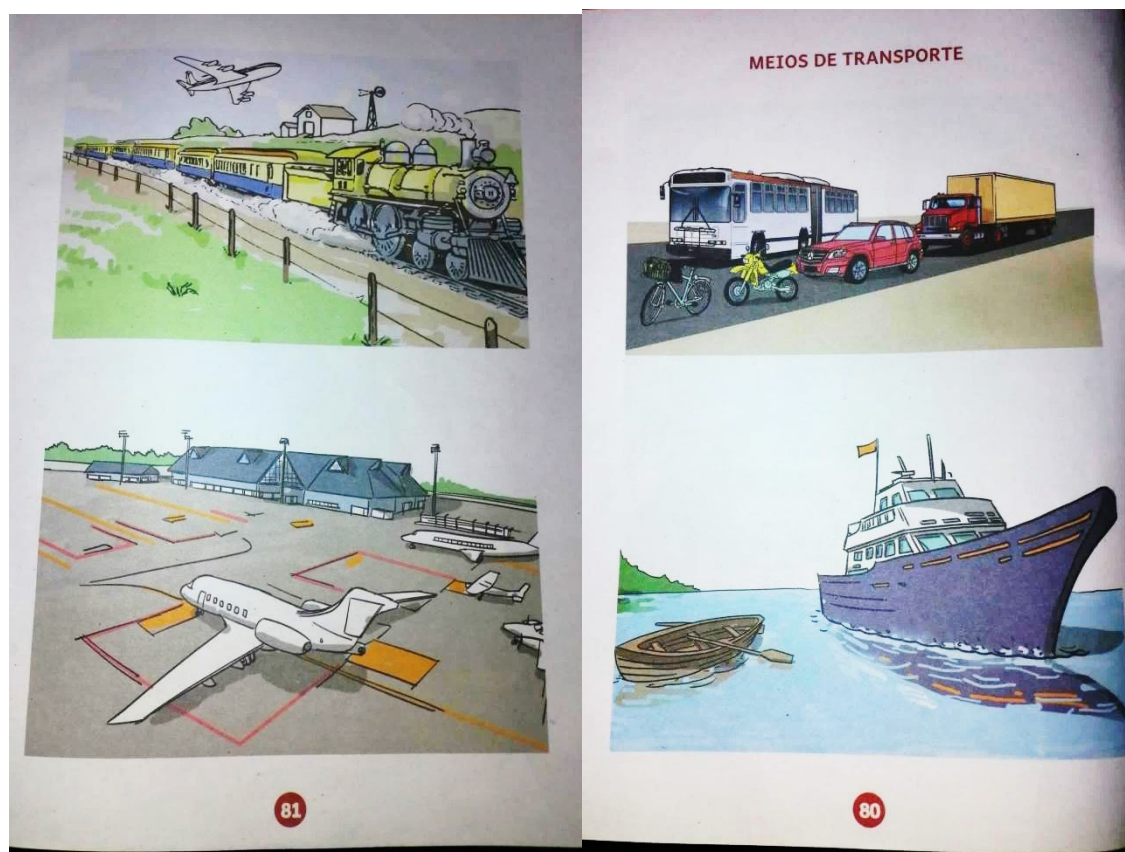


Fig. 45: Imagens retiradas do livro de Português - 1a Classe- Educação Bilingue-pp. 80-81(2019)



Fonte: acervo pessoal (2025)

As imagens acima mostram a tradução que é feita de materiais de língua portuguesa para cinyungwe e cinyanja, visto que nas zonas de ensino bilingue os alunos não vivem a realidade que é muitas vezes retratada nos livros; por exemplo, eles não conhecem objetos como carros (Onibus), aviões e nem motos. Seria eficiente se os livros contextualizassem o material – meios de transporte – com o mundo onde eles convivem, como carroças de boi, bicicletas, e motorizadas de pequeno porte. Aos poucos, na sequência, seria possível acrescentar meios de transporte de outras realidades/contextos. Um exemplo real é uma imagem do livro do aluno (p. 81), que ilustra o comboio, um meio de transporte conhecido por muitas crianças da zona rural, sobretudo nas regiões atravessada pela linha férrea. Com essa imagem, a partir da língua local, o professor poderia explicar às crianças as precauções a se ter com a linha férrea.

Exemplificando uma ação legislativa na província de Tete, o governo provincial colocou no ensino bilíngue três línguas locais (cinyungwe, cinyanja e sena), conforme mostram os dados da tabela abaixo (figura 46). Estas línguas mostram o quão ensino bilíngue evoluiu na província de Tete.

Fig. 46: Efetivo escolar- ensino bilíngue na província de Tete- Moçambique

Língua	Distritos	1ª classe		2ª Classe		3ª Classe		4ª Classe		5ª Classe		6ª Classe	
		Alunos (as)	Prof. (as)	Alunos (as)	Prof. (as)	Alunos (as)	Prof. (as)	Alunos (as)	Prof. (as)	Alunos (as)	Prof. (as)	Alunos (as)	Prof. (as)
Cinyanja	Angónia, Tsangano, Macanga, Chiúta, Moatize, Chifunde e Marávia)	1532	31	1526	13	498	11	535	11	489	10	397	8
Cinyungwe	Tete, Moatize, Marara, Changara, Cahora-Bassa, Mágoe e Zumbo	700	14	697	14	678	14	535	11	489	10	397	8
Cisena	Dôa e Mutarara	650	13	586	13	387	11	401	11	268	8	102	4
Total		2882	58	2809	40	1563	36	1600	36	1187	29	499	18

Fonte: Tabela adaptada da Direção Província de Educação de Tete (2023) cf. Anexo IV.

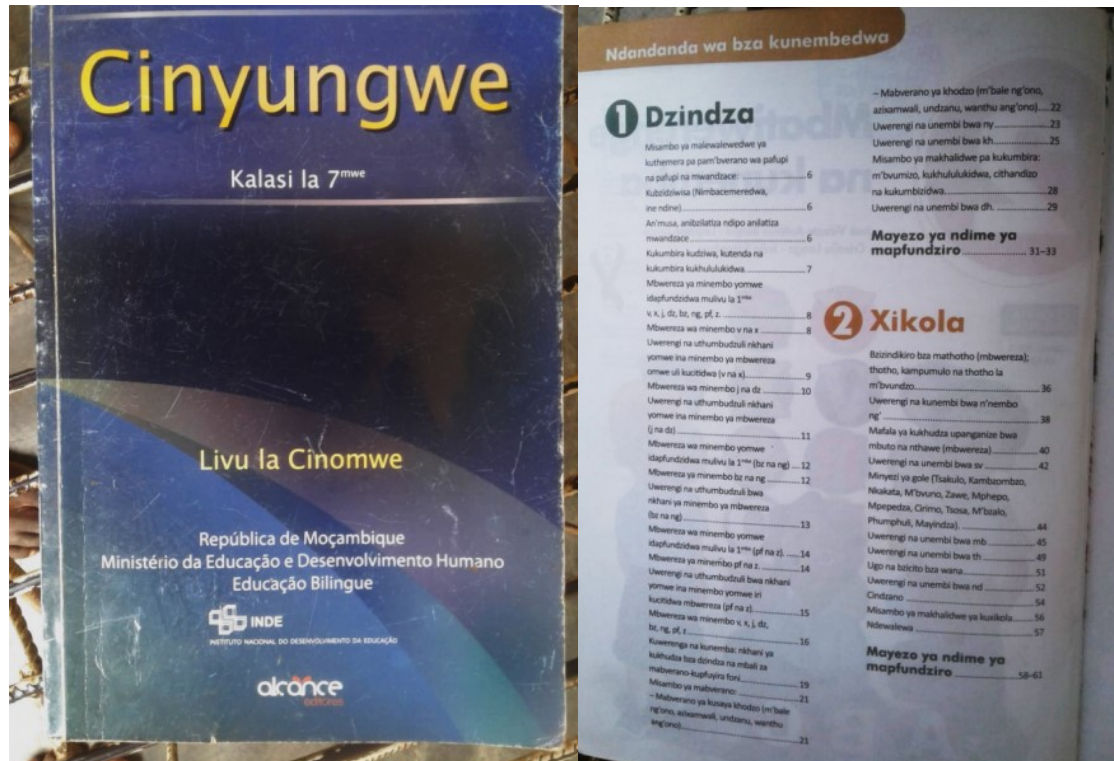
A tabela acima apresenta dados do efetivo escolar do ensino bilíngue (alunos, professores e turmas) na província de Tete. Como se pode ver, a língua cinyanja, com base a tabela, é predominante em escolas de sete distritos da província nomeadamente: Angónia, Tsangano, Macanga, Chiúta, Moatize, Chifunde e Marávia, com um efetivo de 1532 alunos/as na 1ª classe, dos quais 750 são mulheres; 1526 alunos/as na 2ª classe, dos quais 788 são mulheres; 498 alunos/as na 3ª classe, dos quais 252 são mulheres; 1600 alunos/as da 4ª classe, dos quais 791 são mulheres; 1187 alunos/as da 5ª classe, dos quais 594 são mulheres; 499 alunos/as da 6ª classe, dos quais 249 são mulheres. Já a língua cinyungwe contém um universo de 700 alunos/as

na 1ª classe, sendo 321 mulheres; 697 alunos/as da 2ª classe, com 343 mulheres; 678 alunos/as na 3ª classe, dos quais 340 são mulheres; 664 alunos/as na 4ª classe, dos quais 308 são mulheres; 430 alunos/as na 5ª classe, dos quais 203 são mulheres. Não há turmas de 6ª classe no ensino bilíngue em todos distritos, tendo os estudantes sido reconduzidos a turmas monolíngue português, onde o cinyungwe passou a ser disciplina. Esses casos se inserem na Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, em que ensino primário passa a ter seis classes (1ª a 6ª classes) e o ensino secundário inicia na 7ª classe. Esse ensino secundário é *nível pós-primário em que se ampliam e aprofundam os conhecimentos, as habilidades, os valores e as atitudes para o aluno continuar os seus estudos* (PCES, 2022, p.12). A língua cisená, embora representada na tabela, não faz parte do nosso estudo, sendo falada em alguns distritos, como o caso de Mutarara e Dôa, distritos vizinhos da Província de Sofala, onde esta língua é dominante.

Resumidamente, a província de Tete tem um universo de 188 escolas de ensino bilíngue, onde estudam 42241 alunos/as de 1ª a 6ª classes, assistidos por 818 professores. Deste número, 374 são do sexo feminino.

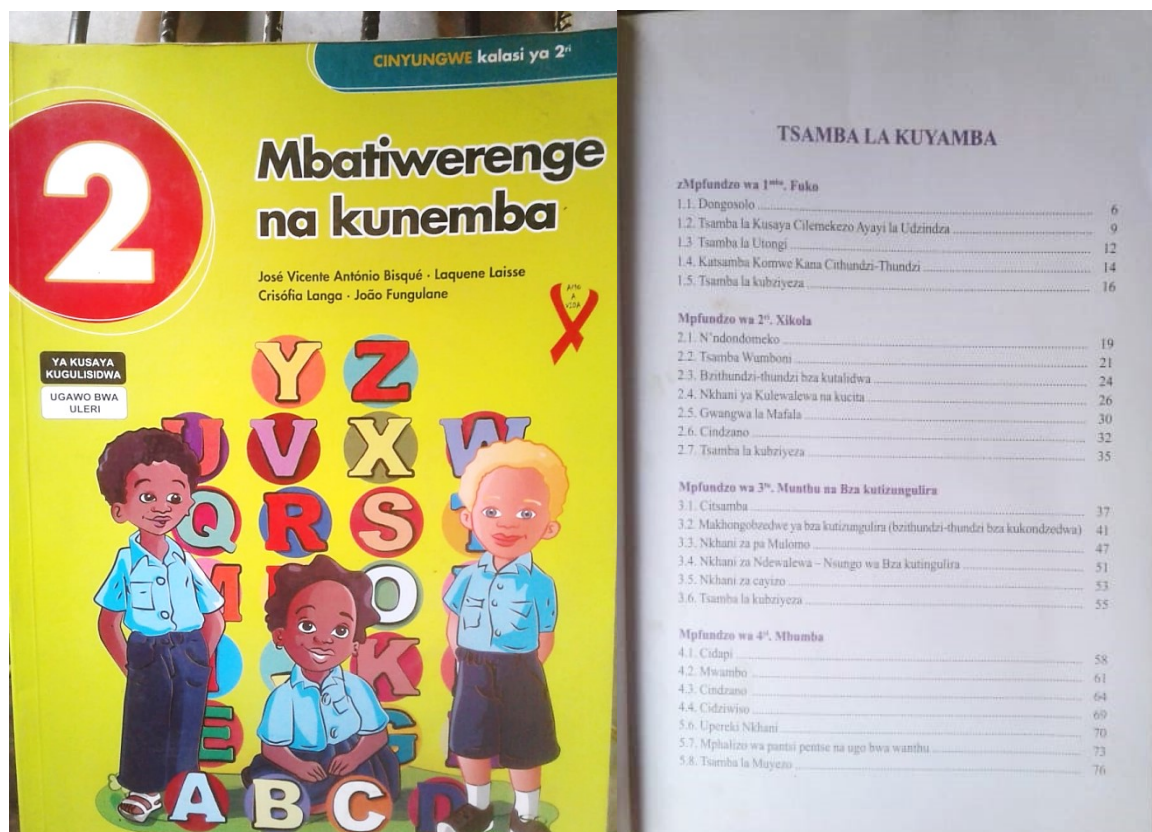
Sobre a política envolvendo material didático, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), através do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) e de outros parceiros internos e externos, como algumas ONGs, tem criado mecanismos de manutenção das línguas locais através de produção de material didático para as escolas bilíngues (figura 47). No caso da província de Tete, temos manuais de ensino em cinyungwe e cinyanja para o ensino básico (1ª a 6ª classes), como se pode ver nas imagens seguinte:

Fig. 47: Manual da 7a classe, Ensino Bilingue (Língua Cinyungwe)



Fonte: arquivo pessoal

Fig. 48: Manual da 2ª classe, Ensino Bilingue (Língua Cinyungwe)



Fonte: arquivo pessoal

Sobre o contexto de ensino superior e a relação com as línguas cinyungwe e cinyanja, enfocamos o contexto da Universidade Púnguè, então Delegação da Universidade Pedagógica de Moçambique.

A Universidade Púnguè (UniPúnguè) é uma Universidade Pública Moçambicana, multicampi, sediada na cidade de Manica. Ela surgiu do desmembramento dos polos de Manica e Tete da Universidade Pedagógica em meio à reforma no Ensino Superior Moçambicano ocorrida no ano de 2019. Sua área de actuação primaz é nas províncias de Manica e Tete. O nome da universidade, assim como da maioria das Instituições de Ensino Superior Públicas do País, faz referência a um Rio, neste caso ao Rio Púnguè. Em 2019, os polos de Manica e Tete foram afetados com a reforma do ensino superior promovida pelo governo de Moçambique. A reforma propunha a descentralização da UP, de maneira que pudesse constituir novos centros Universitários autônomos. Dessa forma, surgiu a UniPúnguè, efetivada pelo decreto-lei nº 4/2019, de 15 de fevereiro de 2019, aprovado pelo Conselho de Ministros.

A UniPúnguè conta com dois campi: um localizado na província de Manica, com sede em Chimoio, e outro na Extensão de Tete. Alguns cursos ainda se beneficiam dos planos curriculares da então Universidade Pedagógica, onde nasce a Universidade Púnguè, como é o caso do Plano Curricular do Curso de Licenciatura em ensino de Língua Portuguesa (2014), que explica o seguinte sobre o ensino das línguas bantu:

O habilitado em Ensino de Línguas Bantu deverá responder às necessidades da Educação nesta área específica, considerando-se que a partir da década de 80, as línguas Bantu começaram a merecer atenção por parte do Estado moçambicano. No sector da Educação, em 2004, foram introduzidos, a nível do ensino primário, programas de Educação Bilingue, que incluem a instrução em diferentes línguas Bantu. Estes programas estabelecem que o Português seja introduzido gradativamente como meio de ensino, de forma a preparar os alunos para o ensino secundário, onde a instrução é exclusivamente feita em Português. No entanto, dado o desenvolvimento dos programas de educação bilingue, e a gradual sensibilização da sociedade em relação à necessidade de proteção e desenvolvimento das línguas Bantu, o actual programa do Ensino Secundário Geral preconiza a introdução destas línguas como disciplinas (Plano Curricular do Curso de Licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa, 2004, p.19).

A proposta acima foi desenvolvida para responder às necessidades do Ministério de Educação, uma vez que a missão desta Universidade era formar professores para o ensino secundário geral, de modo a dar sequência ao ensino de línguas bantu, como o previsto no programa de 2003. Houve novas mudanças curriculares no ensino secundário em Moçambique e, então, esta orientação caiu por terra, o que fez com que as línguas bantu não fizessem mais parte do plano curricular do ensino secundário. Sendo assim, somado à escassez de professores para darem aulas de língua bantu na Universidade Púnguè, o minor de língua cinyanja acabou sendo abolido e ficando a universidade com cursos de letras (Português e Inglês).

Considerando que as políticas linguísticas educacionais envolvem não apenas discursos institucionais, mas também, e sobretudo, as valorações e crenças das pessoas envolvidas em tais políticas – pelo impacto que possuem no cotidiano escolar e na reverberação de ideologias linguísticas (SEVERO; BARBOSA, 2025) –, na tabela a seguir passamos a explorar o posicionamento de alguns docentes da Universidade Púnguè, do departamento de Letras, Ciências Sociais e Humanidades, sobre o ensino de línguas bantu. As entrevistas foram realizadas presencialmente, por meio de uma conversa oral e registrada. Os nomes são reais, pois os entrevistados autorizaram a sua publicação, sentindo-se valorizados e inclusos na pesquisa. Seguem alguns excertos valorativos abaixo, com as informações dos informantes:

Crenças e atitudes linguísticas dos professores da Unipúnguè

Docente e atribuição	Temas	Avaliação
João José Divala (Universidade Púnguè) Fluente em línguas cinyungwe e cinyanja	Ensino de línguas bantu	<i>Para o ensino das línguas bantu na Universidade precisa de um corpo docente qualificado, pois o quadro docente da Universidade Púnguè não está familiarizado com as línguas locais. Falar e escrever em uma língua específica seria um dos requisitos para a seleção metodológica do ensino das línguas locais. Na ausência destes conhecimentos, ocorreu de a Universidade Púnguè extinguir minor em cinyanja no curso de letras.</i>
Idem	Intervenção	<i>Com a falta do pessoal docente qualificado na área de línguas bantu específicas, o que se pretende é a intervenção psicopedagógica para o decurso das aulas.</i>
Arcénio Olíndio Luabo (Universidade Púnguè)	Formação de professores	<i>Pessoalmente, nunca fui defensor de uso de várias línguas nas escolas, mas sim da adaptação do professor às línguas dos alunos no PEA. Ademais, mais desfavorável ainda quando se pretende ensinar língua bantu (LB) em situações em que os professores, os que devem ensinar, não tenham formação específica destas línguas e, muito menos, falam e dominam estas línguas, o que quer dizer que alguém sem competência linguística dessas línguas que pretende ensinar.</i>
Idem	Estudos das línguas e Mercado profissional	<i>Também vale dizer que o ensino destas línguas fracassa por falta de estudos gramaticais das mesmas, fato considerado incoerente, uma vez que, para a abertura de um curso de língua bantu (LB) se deve, primeiro: formar professores e pesquisadores, para que se conheça a língua no seu funcionamento sistematizado. Por outro lado, é bom que se perceba que falar uma língua não dá a competência de a ensinar, falsa ideia implementada na universidade Púnguè, como a introdução de minor em língua bantu cinyanja, que acabou fechando, pois foram chamados a fazer parte da lecionação falantes sem formação técnica para o ensino destas</i>

		<i>línguas, para além da falta de estudo de sustentabilidade e do mercado.</i>
Idem	Proposta	<i>a minha proposta é que, primeiro, se invista na pesquisa de sistematização destas línguas, a seguir, formação de professores com base nas especificidades destas línguas. Daí especialistas para que introduzam minores nos cursos da universidade. Para mim, as pesquisas e formação de especialistas deve ser vista como contribuição para a ciência e não para que atuam como professores nas escolas primárias, talvez consultores e auxiliares que acompanhem as dificuldades de aprendizagem de português.</i>
Agostinho Muchombe (Universidade Púngue)	Diversidade de LB e o desafio de ensino	<i>o ensino de uma LB específica na Universidade não daria bons resultados, pois os alunos das Universidades saem de diversos pontos do país, e cada um com sua língua, e se estaria a excluir um grupo (aqueles vindos de outras regiões) e privilegiando um grupo (aqueles falantes da língua específica). [ele é de opinião] que as línguas bantu em Moçambique sejam dadas nas suas generalidades, isto é, os formandos tenham bases gerais, para depois ir atuar em línguas específicas.</i>
João Divala	Implementação	<i>Devido ao ensino das línguas bantu, nas escolas bilingue, resultar de plano/programa centralizado, seria bom que a implementação não fosse somente de meras informações técnico-científicas sobre a matéria em questão, mas por uma justa e eficiente formação a respeito das línguas específicas. Ademais, toda a gestão relacionada com a alocação desse pessoal terá, na melhor hipótese, que obedecer, escrupulosamente, ao critério da fluência na fala e na escrita nas línguas de afetação.</i>

Fonte: o autor (2023)

Foram entrevistados 4 professores da Universidade Púngue, conforme mostra o quadro acima. Para este grupo foi feita uma entrevista semi-estruturada, as questões não seguiram uma ordem linear, foram feitas e respondidas com base a disposição dos professores. A cada entrevista durou

45 minutos, e eram registadas em bloco de nota, o que facilitou a transcrição das mesmas no momento de análise de dados.

Registra-se que, na Universidade Púnguè, não se privilegiou uma reflexão minuciosa para a abertura do minor em LB, o que foi feito sem obedecer a critérios técnicos, deixando, assim, que o poder político determinasse a escolha da língua a ser ensinada. Sobre o ensino de LB, na visão do professor Muchombe, deve-se usar um ensino generalizado, que apenas apreenda a diversidade de LB em Moçambique. Contudo, para mim, diferentemente, ensinar línguas específicas, em diversas universidades do país, seria a saída mais correta, pois, ao terminarem o curso, os alunos teriam habilidades específicas para poder atuar em uma língua que dominam e em qualquer região do país. Olhando para o número elevado das línguas bantu em Moçambique (24 línguas ou mais conforme diversas fontes), embora elas tenham ortografia padronizada, cada uma tem suas regras específicas, um sistema alfabético diferente.

Registre-se, ainda, nas entrevistas, que alguns docentes reverberam a ideologia de que para se ensinar uma língua bantu é preciso conhecer a sua gramática o que ela tenha um registro escrito. Essa dependência de um sistema escrito para que o ensino de línguas bantu seja possível acaba, a meu ver, invisibilizando a tradição oral dessas línguas. Um dos desafios que temos que enfrentar é de ensinar línguas orais, sem apoio de registros escritos.

Sobre o papel das línguas bantu na educação, há entrevistados que defendem que elas devem ser usadas como suporte de aprendizagem apenas, a exemplo do Prof. Arcénio Luabo:

as línguas bantu devem apenas ajudar a aprendizagem do português como L2, e não introduzi-las como línguas de ensino, ou seja, o estudo das línguas bantu deve ter o objetivo de enriquecer estudos da linguística moçambicana, na primeira fase e, só em outras fases, verem-se as possibilidades destas serem incorporadas ou mesmo banidas no ensino.

Já o professor Agostinho Muchombe defende que as universidades moçambicanas, sobretudo as que lecionam as línguas bantu como minor, tenham uma prática efetivamente bilíngue e inclusiva, conforme atestado a seguir:

Abandono dos minors e introdução de um curso de Ensino de línguas bantu, sem uma língua bantu específica. Introdução de práticas pedagógicas em língua bantu no 1º semestre do 3º ano, com realização nas escolas onde decorre o ensino bilíngue e nos IFP's. Ampliação de disciplinas de didática de língua bantu (2) para didática (4). O estágio integrado deve ser realizado depois da conclusão da disciplina didática de línguas bantu dois (2) que decorre no primeiro semestre do quarto ano. Introdução de disciplinas como, matemática em línguas bantu ou numeracia em línguas bantu, ciências naturais e literatura

de línguas bantu podem ajudar nos alunos a terem o domínio de fala, leitura e escrita em línguas bantu.

Crenças e atitudes linguísticas dos alunos

	Questão	Objetivo
1	Como estudante de letras (Português ou Inglês) na Universidade Púnguè vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino bilingue usando línguas bantu, por exemplo (Cinyungwe-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias?	Avaliar as atitudes e crenças linguísticas sobre a educação bilingue a partir da perspectiva de estudante de Letras português.
2	Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação aceitaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna (bantu) nas classes iniciais (1 ^a , 2 ^a e 3 ^a classes) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique?	Avaliar as atitudes e crenças linguísticas sobre a educação bilingue a partir da perspectiva familiar.
3	Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação a produção dos materiais escolares do ensino bilingue?	Analisar as competências adquiridas no uso do material de ensino bilingue em diferentes contextos onde funcionam as escolas bilíngues.
4	Muitos professores envolvidos no ensino bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino bilingue?	Discutir os modelos de formação de professores que lecionam no ensino bilingue.
5	Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque	Avaliar o papel das

elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu não se sintam discriminados, com aqueles que falam e escrevem português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.	línguas bantu nas comunidades, assim como o perfil dos falantes destas línguas em relação a outras línguas estrangeiras.
--	--

Fonte (Autor,2025)

Respostas das questões das entrevistas dos alunos

Aos alunos foi feita uma entrevista com duração de 10 minutos para cada entrevistado, e em dias diferentes. Foram 6 contatos com alunos, pois para cada contato era necessário entrevistar 10 alunos, num total de 61 alunos entrevistados, apenas no último contato foram entrevistados 11 alunos.

Aluno (A1)- Afirmou que sim, argumentado que nas zonas rurais a maioria da população não fala português, língua oficial, por isso, o uso das línguas bantu locais ajudaria no aprendizado dos alunos. Para tal, seria necessário a formação dos professores, ou seja, que houvesse professores qualificados para esta missão. Acredita-se que nas zonas rurais moçambicanas a população fala as línguas locais, por essas seriam a ferramenta sine qua non para o desenvolvimento das habilidades, mas para isso, é necessário que se invista na formação dos professores em línguas locais específicas.

Aluno (A2)- Também apoia a ideia de que sim, é importante que a criança aprenda a sua língua nativa e que escreva fluentemente para melhorar a comunicação. Dos estudos feitos e das aulas observadas, vimos que não tem sido fácil os alunos desenvolverem a escrita, pois eles falam muito bem, melhor do que escrevem. Este fator pode ser motivado pela falta de conhecimento do alfabeto das línguas bantu.

Aluno (A3)- Apoia e justifica a sua afirmação de ensino das línguas bantu, porque grande parte da população moçambicana não é alfabetizada e é desempregada, falam as diversas línguas bantu, isso nas suas residências e muito deles não tem condições financeiras para pagar escolinhas onde os seus educandos pudessem assimilar melhor matérias lecionadas em língua portuguesa. Depreende-se que ao se incentivar o ensino das línguas bantu, poderá haver maior assimilação dos conteúdos científicos.

Aluno (A4)- Não apoia o ensino bilíngue, porque para ele ao ensinar as línguas maternas de origem bantu nas escolas, os alunos perdem o domínio da língua portuguesa, língua oficial e de ensino, o que pode condicionar na aprendizagem da gramática. E isso, pode afetar a sua própria formação intelectual. Este caso veicula a manutenção da língua portuguesa como língua de ensino, porém é necessário consciencializar as pessoas o quão é fundamental a criança adquirir conhecimentos de diversas áreas da sua formação em sua língua materna. Tem sido frustrante aprender a língua de ensino e os conteúdos em simultâneo. Este posicionamento, demonstra a língua do ex-colonizador como a única para aquisição do conhecimento.

Aluno (A5)- Compactua com a visão do ensino bilíngue, porque o ensino bilíngue permite que os alunos possam compreender melhor as matérias, uma vez que estes não compreendem conteúdos veiculados em língua portuguesa, o que tem criado insucesso. Com certeza, durante a observação de aulas foi notório a assimilação de matérias ensinadas em língua bantu local. Os alunos mostravam disponibilidade em debates, havia liberdade na comunicação, ao contrário quando fosse aulas monolíngues de português, os alunos mostram timidez total, o silenciar das vozes é visível em aulas monolíngues de português.

Aluno (A6)- Reforça a ideia de ensino bilíngue, descrevendo que, a partir de 2003 Moçambique optou pelo modelo de transição com características de manutenção de forma a desenvolver-se um bilinguismo aditivo nos alunos, tendo em conta os ciclos de aprendizagem em que o ensino primário se encontra estruturado. Em Moçambique, o ensino bilíngue acontece na escola primária, onde é usado o modelo transição com características de manutenção. O ensino primário se encontra estruturado em dois ciclos de aprendizagem nomeadamente, (1º ciclo 1ª a 3ª classes) e (2º ciclo 4ª a 6ª classes). Fim dos três anos de escolaridade, correspondentes a 1º ciclo, a língua portuguesa vai gradualmente tomando o lugar de meio de ensino, antes ocupado pelas L1, que passam a ser dadas como uma disciplina. Após 3 anos de escolaridade, isto é na 4ª classe, acredita-se que a criança tenha adquirido habilidades que lhe permitam continuar os estudos na língua portuguesa.

Aluno (A7)- afirma que sim, o ensino bilíngue deve ser uma realidade a desenvolver, pois essa estratégia adotada pelo ministério de Educação, para além de ser uma forma de preservar as línguas moçambicanas, assim como a própria cultura moçambicana, também é um caminho para a ciência. Atualmente, as línguas bantu tem se destacado no desenvolvimento de competências

dos alunos na zona rural, onde muitos alunos não falam português, língua oficial e segunda para a maioria das crianças. Mesmo nas zonas urbanas, as crianças fala livremente as suas línguas em substituição com a língua portuguesa. Por isso, os anseios tem sido de expansão do ensino bilíngue. Neste momento, o ensino bilíngue é leccionado em todos os distritos da província de Tete.

Aluno (A8)- afirma que o ensino bilíngue é algo importante para ser desenvolvido no contexto moçambicano. A realidade linguística moçambicana, mostra que o ensino bilíngue ajuda o aluno a desenvolver competências de diversas áreas, para além de lhe permitir a saber ser, estar e conviver com os outros a partir da sua língua. Muito mais que a província de Tete faz limites com países vizinhos (Malawi, Zambia, Zimbabwe) onde o ensino bilíngue é bem desenvolvido, as línguas locais destes países tem o prestígio a nível nacional, ao contrário de Moçambique onde as línguas bantu são discriminadas nas zonas urbanas.

Aluno (A9)- Afirma que sim e defende que em zonas rurais, principalmente nas zonas fronteiriças, as crianças nascem e crescem num convívio em que poucas delas falam a língua portuguesa, i.e, nas classes iniciais, enfrentam graves problemas de assimilação dos conteúdos devido ao desconhecimento da língua de ensino. Os distritos da província de Tete que fazem limites com outros países, as crianças aprendem as línguas locais dos países vizinhos, porque elas são bem desenvolvidas, até no desenvolvimento do comércio formal e informal usa-se a língua local, por isso, a promoção do ensino bilíngue em Moçambique, sobretudo nas regiões fronteiriças pode reverter este cenário hegemónico das línguas locais dos países vizinhos no território moçambicano. As marcas de uso de línguas locais dos países vizinhos são visíveis em todos os domínios da vida da população circunvizinhas, como exemplo temos paisagens sociolinguísticas onde aparece inglês-chewa; português-chewa do lado fronteiriço de Moçambique no distrito de Tete.

Aluno (A10)- Apoia a ideia de ensino bilíngue a partir de línguas Cinyungwe e Cinyanja, porque a criança aprende numa língua que faz sentido para o seu desenvolvimento conceitual, dado que o ensino e aprendizagem de novos conceitos assenta em conhecimentos que a criança traz de casa e ainda, o uso de uma língua familiar pode permitir no desenvolvimento emocional. Transmitir conhecimentos científicos em língua que não seja de domínio das crianças não tem sido algo fácil para os professores, pois, as crianças para além de enfrentar as dificuldades na assimilação do conteúdo, tem como primeira dificuldade de conhecimento da própria línguas,

quebrando assim, a motivação de aprendizagem das crianças na fase inicial de escolaridade. As crianças vem se ameaçadas pelo desconhecimento da língua, e algumas delas acabam caindo na frustração. Por isso, quando os conhecimentos são ensinadas na sua língua elas são capazes de fazerem coisas melhores e desenvolverem competências desejadas.

Os posicionamentos acima, de forma geral, reiteram o modelo de transição (INDE/MINED, 2003) da educação bilíngue, em que o professor introduz gradualmente, o português como meio de ensino, desde que o contexto esteja claro para as crianças, pois estes já se comunicam nas suas línguas e apenas vão transferir o conhecimento adquirido na L1 para L2. Isso não significa ensinar as mesmas coisas, mas manter o conhecimento científico, independente da língua usada. O mesmo diz Patel (2022), de que as práticas do uso de português demonstram esta língua como dominância no monolinguismo. Mas, a autora defende que “é preciso frisar que é difícil desenvolver-se um monolinguismo num contexto onde muitas línguas coexistem”, como é o contexto rural. Os/as alunos/as da zona rural precisam aprender conteúdos a partir de sua língua materna, de modo a quebrar o paradigma que mostra a língua portuguesa como língua única e valiosa, colocando as outras línguas como dialetos e não línguas. As afirmações Patel, Majuisse e Tembe (2019), estudiosos de línguas bantu e ensino bilíngue em Moçambique, reiteram que nas zonas rurais, as interações diárias desenvolvem-se quase que unicamente nestas línguas, além de suas variedades. O português é usado em segundo plano, mormente em famílias escolarizadas e da região municipal, onde é desenvolvida a pesquisa (Cidade de Tete, Cidade de Moatize e distrito de Angónia).

Corroborando Spolsky (2016), sobre políticas linguísticas em contexto familiar, as crianças dessas comunidades rurais crescem familiarizadas com as suas práticas linguísticas. Cabe às políticas linguísticas no domínio familiar respaldarem o ensino bilíngue, pois é valioso para as famílias e ajuda no desenvolvimento cognitivo dos alunos, a partir as suas próprias práticas.

Aluno: A11- Acredita que é nesta fase em que as crianças aprendem as normas da língua com facilidade, na medida em que já conhecem normas da língua portuguesa. Conhecendo as duas línguas poderão obter mais oportunidades na comunicação e busca de emprego.

Aluno: A12- Também as nossas línguas (locais) são de extrema importância, a partir delas as crianças aprendem a se comunicar na comunidade e com membros da sua família. Tem o sentimento que o seu filho, que para além da língua portuguesa ser uma língua de prestígio.

Aluno: A13- Salienta que é através das línguas nativas que há uma maior e melhor interação entre as comunidades, além de que existem situações nas nossas atividades laborais, sobretudo na função pública, onde somos colocados a falar com pessoas que desenvolvem outros idiomas, isto significa que, quanto mais línguas a criança falar, mais chances de desenvolver habilidades comunicativas terá. Para este caso (Spolsky, 2016) chama de gestão linguística, porque consiste em um esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças. Mas como o estado não oficializa estas línguas os falantes continuam amarrados na valorização apenas do português, única língua oficial, regulada por lei neste Estado-Nação, como aquele que lhes permitem ascender ao poder. Por isso, toda negação de alguns nativos de se ensinar suas línguas. Por outro lado.

Embora, algumas Universidades como é o caso da UEM, UPM, UniPúnguè, UniRovuma, UniLicungo e UniSave, ensinem as línguas bantu, é necessário, coexistência dos modelos, porque as aulas são ministradas em português, somente os exemplos são dado em línguas locais dos alunos.

Apesar da resistência de algumas famílias que vem prestigiando a língua portuguesa em detrimento das línguas bantu, atualmente há pais que acreditam que a L1 dos alunos facilita o acesso ao conhecimento que é transmitido pela L2, neste caso, o Português. Constrói uma visão a favor de expansão das línguas bantu, [ele] é a favor da sejam oficialização das línguas bantu, acrescenta que elas devem ser lecionadas nas Universidades como forma de sua manutenção.

Aluno: A14- Constrói uma visão a favor de expansão das línguas bantu, [ele] é a favor da sejam oficialização das línguas bantu, acrescenta que elas devem ser lecionadas nas Universidades como forma de sua manutenção. Embora, algumas Universidades como é o caso da UEM, UPM, UniPúnguè, UniRovuma, UniLicungo e UniSave, ensinem as línguas bantu, é

necessário, coexistência dos modelos, porque as aulas são ministradas em português, somente os exemplos são dado em línguas locais dos alunos.

Aluno: A15- Compactua com a ideia de que colocaria seu filho a aprender a partir de línguas bantu, visto que, essas línguas quando usadas na esfera escolar levam o aluno a pensar melhor na sua cultura, pois não esgotam apenas na fala, mas no que transmitem, como valores simbólicos e representação do pensamento local. Apesar da resistência de algumas famílias que vem prestigiando a língua portuguesa em detrimento das línguas bantu, atualmente há pais que acreditam que a L1 dos alunos facilita o acesso ao conhecimento que é transmitido pela L2, neste caso, o Português.

Aluno: A16- Realça da importância de conhecer, aprender a falar e a escrever em sua língua materna (bantu), pois, facilita a comunicação entre as pessoas da mesma comunidade. Conhecendo melhor a sua língua, os alunos alargarão o seu mundo partindo de conhecimento experimental transmitido pelas suas línguas maternas. Ao contrário de uma aprendizagem feita em língua que não seja do seu domínio.

Aluno: A17- Não acredita na eficiência de uso das línguas bantu no ensino, ele diz que não colocaria o seu educando a ter aulas em língua materna bantu, [para ele] nas classes iniciais a criança deve em primeiro lugar ter o domínio da língua oficial, desenvolvendo assim a fala, escrita e leitura. bilíngue nas escolas. O mais eficiente seria as línguas bantu serem ensinadas no ensino secundário depois das crianças saberem ler e escrever em língua portuguesa. Concordo com a visão de manutenção das línguas bantu, até nas Universidades como acontece, em Moçambique, pois, atualmente elas estão escritas no currículo de ensino Básico (EB), no currículo do ensino secundário Geral (ESG) e no ensino superior (Licenciatura em Ensino de Línguas Bantu na Universidade Eduardo Mondlane e *minor* em uma Língua moçambicana nos cursos de Licenciatura em Ensino de Línguas nas seguintes Universidades: UPM; UniSave; UniPúnguè; UniLicungo e UniRovuma). Infelizmente no ensino secundário geral, elas são opcionais, e por esta razão, as escolas não ensinam as línguas bantu. Ainda no ensino secundário, o ensino das línguas bantu não devia ser facultativo, o que as escolas não tem seguido este modelo, porém, o ensino bilíngue deve abranger todas as classes dos subsistemas em Moçambique.

Aluno: A18- Fundamenta que ensinar o seu filho a partir de língua materna Bantu, seria o mesmo que perigar o futuro da criança, porque este terá dificuldades em adquirir conhecimentos

em língua portuguesa. Ressalta-se que as línguas bantu são línguas marginalizadas, não são aceites no mercado do emprego, ou seja, as empresas não colocam nos concursos línguas bantu cinyúngwe e cinyanja como requisitos de admissão.

Aluno: A19-Concorda com as opiniões de colocar seu filho na escola bilíngue, mas realça que, o ensino deve ser inclusivo, não exclusivo, como acontece com ensino bilíngue em Moçambique, que só apenas é desenvolvido nas escolas das regiões suburbanas e na periferia.

Quero afirmar que o uso de uma língua materna não afeta o processo de formação do aluno desde o ensino primário até ao secundário. O mais importante é existências de unidades curriculares que orientem o ensino bilíngue em todos os subsistemas de ensino.

Aluno: A20-Comunga a ideia do ensino bilíngue nas escolas, porque as línguas bantu facilitam na compreensão dos conteúdos, assim como na aquisição de conhecimentos. Dos materiais didáticos, também permite que o professor ajude a traduzir os conteúdos de língua bantu para o português.

Aluno: A21-Acrescenta dizendo que, a língua materna do aluno pode ser usada como recurso no processo de ensino e aprendizagem, ela clarifica conceitos que as crianças não compreendem em língua portuguesa. Com base os diferentes factores que circundam no processo de ensino e aprendizagem da língua materna, nota-se que a partir dela as crianças aprendem melhor, porque já trazem consigo uma série de conceitos da sua língua. A língua portuguesa considerada língua segunda para estas crianças apenas vem subsidiar o aprendizado.

Aluno: A22-Levanta alguns elementos que fazem acreditar que o ensino bilíngue, reduz habilidades nas crianças, elas tornam fracas, pois não são capazes de interpretar conhecimentos de outras áreas. [Para ele] melhor seria as crianças aprenderem nos primeiros anos conteúdos em língua portuguesa, uma vez que o português para além de ser língua oficial, também é a língua de prestígio e todas outras atividades em Moçambique são desenvolvidas em língua portuguesa.

Apoia a ideia de ensino do inglês do que uma língua bantu. Coloca-se em causa o ensino bilíngue a partir de línguas bantu, não é justo que hoje se tenha indivíduos que defendam o eurocentrismo, mas deve ser Tarefa de Governo em consciencializar as pessoas o quão é importante a criança aprender na sua língua

Aluno: A23-No tipo de bilinguismo desenvolvido nas escolas moçambicanas, pois, na zona rural, os alunos falam exclusivamente em suas línguas e na zona urbana, os alunos falam exclusivamente em Português, salvo nas zonas pré-urbanas, onde as duas línguas funcionam. Na

zona rural, o aluno tem o contato com o português na escola e na zona urbana, os alunos falam, português tanto em casa como na escola, tornando estes mais robustos em torno de comunicação linguística. Em Moçambique precisa-se de uma política linguística que co-oficialize as línguas bantu, pode-se cunhar a visão de (Severo, 2009) que a partir das políticas missionárias foi possível divulgar a língua, implantado capelas e missões por onde chegavam os missionários chegavam. Para a autora este foi o interesse jesuítico pelas ditas línguas locais/exóticas /da terra, conforme vem escrito em documentos emblemáticos da igreja católica. As políticas linguísticas do Estado moçambicano podem everedar por este caminhos, criar uma base sólida no ensino bilíngue, cujas políticas privilegiar-se-ão escolas do campo e da cidade.

Aluno: A24-Descorda a existência do ensino bilíngue, porque as crianças devem dominar o português, língua oficial logo na 1ª classe. Quando a língua portuguesa é ensinada logo nos primeiros anos de escolaridade a desenvolve as competências de leitura, escrita e fala, constituindo desta forma uma gramática correctiva.

Aluno: A25-Alinha com o pensamento de não se ensinar as línguas bantu nas escolas [para ele] a vida e os estudos não terminam na zona rural, como acontece com o ensino bilíngue, os alunos terminam com as suas línguas na zona rural, as escolas da cidades, não ensinam o ensino bilíngue, com este modelo, não vai ser fácil enquadrar pessoas em diversas áreas de conhecimento através de língua bantu. Constitui discriminação linguística, pois, as escolas da cidade, não estão contempladas no ensino bilíngue, como disse [o senhor Fungulane] que o Estado prioriza o ensino das línguas bantu na zona rural, porque é na zona rural onde tem maior número de falantes destas línguas, não só, mas também na zona rural há maior coesão linguística. Mesmo na cidade de Tete, o ensino bilíngue que envolve a língua cinyungwe é feito nas escolas da periferia. Spolsky (2016) afirma que o objetivo de uma teoria de políticas linguísticas é considerar as escolhas costumeiras feitas pelos indivíduos falantes com base em padrões estabelecidos na comunidade de fala ou nas comunidades de fala nas quais eles fazem parte, com essa razão o autor é de comunhão com vozes que apoiam o ensino bilíngue nas escolas como forma de ver vivas às línguas nas comunidades.

O ensino bilíngue deve ser estendido para as zonas urbanas. É necessário que se saia do fechamento rural como acontece em Moçambique, o caso de Cinyungwe e Cinyanja são apenas ensinadas nos distritos (regiões rurais e suburbanas).

Aluno: A26-É necessário a produção dos manuais de ensino bilingue com conteúdos que versam a realidade dos alunos, porque só assim estaríamos preservar as línguas vistas como património cultural do país. Este fato é real e desconstrói o que poderia ser chamado de um ensino bilíngue consistente, dado que ensinar a língua é também ensinar a cultura de um povo, mas com manuais que dizem outras realidades não estaríamos a fazer o valer o ensino bilíngue a nível dos locais onde estão implantadas as escolas.

Aluno: A27-Lamenta que esta tradução dos conteúdos de língua portuguesa, nos leva a uma interpretação de fenómenos que não são da convivência real dos alunos. Para ele, essa modalidade de produção dos conteúdos não encoraja os pais a manter os seus filhos neste modelo de ensino. A produção de material deve estar em consonância com as necessidades das comunidades, pois, os conteúdos devem versar a realidade das crianças, assim os pais ficam motivados e matriculam os seus filhos na escola bilíngue.

Aluno: A28-Compactua com os outros [para ele] seria eficaz uma produção de matérias escolares com base o conhecimento local, isso ajudaria na aquisição de competências linguísticas.

As crianças já trazem um conhecimento linguístico, a escola é encarregue na criação de normas de funcionamento destas línguas vivas, línguas em ação, línguas em construção.

Aluno: A29-No entender contínuo as produções de matérias de ensino devem ter em conta o tipo de aluno e as regiões onde se localiza o grupo de escolas, principalmente alunos que falam a mesma língua. A existência de materiais de ensino deve estar em extrema ligação com as realidades étnicas, culturais, sociais e mais.

Aluno: A30-Doravante, a produção dos manuais de ensino bilingue deve ter em conta a cultura, hábitos e crenças de cada grupo étnico e isso seria possível com o envolvimento dos professores, líderes locais e pessoas mais velhas. Os materiais didáticos sendo ferramentas que apoiam o processo de ensino e aprendizagem, devem ser produzidos a partir de conhecimentos locais, com pessoas desta mesma comunidade.

Aluno: A31-A sua fundamentação tem como lógica a produção de matérias com clareza, de forma a ajudar o professor, uma vez, este é quem lida com toda diversidade encontrada em sala de aulas. Como podemos depreender a produção de material escolar para ensino bilíngue é da responsabilidade do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), através do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) e

algumas ONGs, entretanto, das 19 línguas que estão no ensino bilíngue, correspondente há várias regiões do país, os seus materiais não refletem a realidade contextual, todos tem a mesma funcionalidade com base na língua portuguesa.

Aluno: A32-Denota que os materiais escolares de ensino bilíngue devem ser produzidos de acordo com a região onde a língua é falada, porque Moçambique é um país onde se fala muitas línguas e cada povo com seu hábito. É óbvio que os conteúdos inseridos em matérias de ensino devem atender as necessidades das comunidades, porque eles são detentores de conhecimento, a partir do conhecimento local poder-se-á ir ao conhecimento do mundo.

Aluno: A33-Constata que a produção de matérias de ensino bilíngue devem ser feita com base a realidade de convivência das comunidades onde funcionam escolas de ensino bilíngue, de forma a que os alunos não tenham dificuldades de compreender os conteúdos, uma vez que muitos conteúdos não são do seu domínio. A sua crítica fundamenta-se nas dificuldades de aprendizagem dos alunos, devido ao uso de material didático que não possui conteúdos do seu domínio.

Aluno: A34-A sua afirmação baseia-se na produção de materiais de ensino bilíngue tendo em conta as contribuições das comunidades. No concerne as diversidades linguísticas do nosso país, neste caso Moçambique, a comunidade deve fazer parte na elaboração dos materiais didáticos, somente eles conhecem a realidade dos alunos e do que é importante para o ensino.

Aluno: A35-É do mesmo pensamento, fundamentando que a produção de manuais escolares de ensino bilíngue devem estar em consonância às necessidades dos alunos, olhando para cada realidade escolar. O juízo de muitos é que a produção de material de ensino deve olhar a realidade contextual. Têm sido colocados nos manuais conteúdos que não são de conhecimento dos alunos e professores.

Aluno: A36-Realça que os manuais de línguas maternas (cinyungwe e cinyanja) devem conteúdos do conhecimento dos alunos. Verifica-se que os conteúdos, algumas imagens constadas nos manuais analisados não são de conhecimento dos alunos, como pode ver nos anexos. A imagem do avião pode não ser conhecido pelos alunos, porque nas regiões onde funcionam o ensino bilíngue não temos aeródromos e aeroportos. Embora, estes estejam a aprender em sua língua bantu, são forçados primeiro a conhecerem o objeto, depois o significado, finalmente a sua importância nos meios de transportes.

Aluno: A37-Agrega mesmas ideias sobre a produção do material ou manuais de ensino [para ele] os materiais devem estar de acordo com a realidade dos alunos para facilitar a aprendizagem. É necessário um trabalho que abanja técnicos de todas as áreas na produção de material didático. Conforme, um dos nossos entrevistados que tem participado em produção de material.

Aluno: A38-Ressalta que a se produzir os manuais devem ter em conta com o local onde os alunos ou a escola Bilíngue se encontra, pois isso, poderá ajudar no desenvolvimento psicológico e linguístico dos alunos.

A aquisição do conhecimento linguístico, afeta diretamente no desenvolvimento psicológico dos alunos, pois, quando as crianças são expostas a materiais desconhecidos, sentem-se perturbados e dificilmente assimilam os conteúdos. O conhecimento linguístico está intrinsecamente ligado ao conhecimento psicológico, motor e afetivo da criança.

Aluno: A39-Desenvolveu um raciocínio diferente dos anteriores, explicando que os materiais de ensino bilíngue devem acompanhar a formação de professores, porque diferentes profissionais formados em diferentes subsistemas de ensino, não tem uma língua específica que poderão ensinar depois de concluída sua formação. Na verdade, os pensamentos sobre o ensino Bilíngue nas escolas escolhidas são vários, até contraditórios, para tal, a única forma é a harmonização dos conteúdos, embora seja tradução ou réplica dos conteúdos de língua portuguesa, é necessário que os programas orientem o ensino de conteúdos locais em substituição com os de outros lugares onde funcionam escolas bilíngues.

Aluno: A40-Foi muito descortês [para ele] o ensino bilingue deve ser banido, culpa o governo, por não garantir a qualidade de ensino bilingue e há pouca mobilização nas comunidades.

Precisa-se de uma formação específica de professores para ensino bilíngue das diversas línguas moçambicanas, e os líderes comunitário juntamente com os professores, gestores escolares onde funciona o ensino bilíngue devem continuamente mobilizar as comunidades às comunidades a levarem as crianças para escola, e a aderirem no ensino bilíngue.

Aluno: A41-Sugere que haja formação inicial de professores em exercício, uma estratégia de organização e de implementação de programas de atualização e formação de professores em exercício, no âmbito da melhoria da qualidade de ensino. Esta visão está plasmado no Regulamento do Núcleo de Formação Permanente de Professores em Exercício (NUFORPE), ao

nível de instituições de formação de professores. O que falta é a formação de professores para línguas específicas.

Aluno: A42-É imperativo formação de professores do ensino bilíngue, principalmente no ensino primário de modo a lidarem com as crianças das localidades ou da zona rural. Os professores que lecionam o ensino bilíngue não tem formação para esta área, simplesmente concluem os cursos gerais de formação de professores nas Universidades e nos institutos de formação de professores primários.

Aluno: A43-O ministério de educação deve elaborar um currículo nacional que abrange todas as línguas locais, para tal, precisa-se de professores formados em línguas específicas, não seguindo os modelos que vem sendo desenvolvidos por algumas Universidades em Moçambique.

É dever do governo, promover políticas linguísticas, desde a formação de professores em línguas específicas, até a massificação de programas de alfabetização em línguas locais. Mesmo os falantes fluentes, não tem o domínio da escrita.

Aluno: A44- É de ideia de antes de introdução do ensino bilíngue, os professores deviam ser formados ou capacitados para este tipo de ensino, porque sem formação adequada não haverá qualidade de ensino.. É necessário um currículo que habilite os indivíduos (alunos e professores) envolvidos no processo de ensino bilíngue. Entretanto, a formação já existe, apenas o que falta é a adequação à realidade contextual no que concerne à formação de professores.

Aluno: A45-Precisa-se de investimentos sérios na formação de professores, com isso, poderia-se-ia avançar com o modelo de formação de professores em línguas específicas. O modelo de formação de professores em línguas específicas foi levado a cabo pela então Universidade Pedagógica, nos seus planos curriculares de 2009, onde nos cursos de letras os alunos a partir do 3º ano deviam escolher um minor (língua específica) a aprender (língua bantu local, PLE, inglês, Francês e alemão).

Aluno: A46-Depreende-se com falta de professores para ensino bilíngue. A título de Exemplo a atual Universidade Púnguè, Extensão de Tete, havia herdado o modelo da então extinta da UP, o curso de Português com minor de língua Cinyanja, volvido 4 anos o curso foi descontinuado.

Muitos alunos quando entram para Universidade escolhem fazer os cursos de letras em línguas estrangeiras (Português, Inglês, Francês), são poucos que optam por línguas bantu locais

ou chamadas línguas nacionais. porque poucos alunos ingressavam nele, são pela falta de egressos, mas também, não tinha professores qualificados para a língua específica (cinyanja).

Aluno: A47-Os mecanismos de capacitação de professores neste ensino é a melhor forma de garantir a qualidade de ensino bilíngue em diversas regiões do país.O Estado através de diretrizes deve assegurar a formação contínuua de professores, a partir de seminários, simpósios, conferências, mesas redondas, etc.

Aluno: A48-A formação dos professores para o ensino bilíngue deve ser feita de forma periódica..

A periodicidade na formação de professores, visa aprimorar os conhecimentos necessário para a leccionação.

Aluno: A49-Os cursos de línguas nas Universidades deviam também introduzir línguas bantu específicas, não um modelo de ensino de línguas bantu no geral. A faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades,da Universidade Púnguè deve introduzir línguas locais específicas, isso ajudaria no desenvolvimento das habilidades dos professores formados, não em modelos de minor, mas sim, em toda graduação (4 anos), assim ter-se-ia alunos com habilidades em línguas específicas.

Aluno: A50-A formação de professores em línguas específicas, ajudar no desempenho e desenvolvimento das competências em línguas locais, mesmo o gosto pela leitura e escrita só é possível quando os que ensinam e os aprendem dominam a língua. Língua como elemento cultural e instrumento de comunicação deve ser de domínio dos utentes, a comunidade de fala deve conhecê-la, só para lembrar o termo Mutxutxo (petisco de carne de cabrito cozido), normalmente servido nos bares para os que bebem. Só é estimulante para quem conhece a língua.

Aluno: A51-Formando professores em línguas específicas ajuda no desenvolvimento das competências linguísticas das línguas locais em estudo. As comunidades criam seu modelo de comunicação, a partir de conhecimento de regras, representadas pelos símbolos, imagens, danças, cânticos e mais signos linguísticos, por isso, a formação de professores em línguas específicas ajuda a compreender o significado de língua como cultura.

O NUFORPE sendo um órgão que estabelece uma melhor inserção das atividades do Instituto de Aperfeiçoamento de Professores (IAP) nas províncias. Com efeito, o IAP passou a implementar os seus programas de capacitação de formação dos professores em exercício em

coordenação com as Direções Provinciais de Educação (DPE's). Com base o artigo 4 do Diploma Ministerial n.º 42/2004 deste regulamento, são competências de NUFORPE:

- a) Participar nos diagnósticos situacionais para a criação de novos núcleos pedagógicos;
- b) Providenciar a instalação, organização e manutenção dos núcleos pedagógicos em coordenação com a Supervisão Provincial;
- c) Reproduzir materiais instrucionais e outros meios;
- d) Supervisionar as atividades de registo e de acompanhamento nos NP's;
- e) Identificar as necessidades de formação dos professores;
- f) Promover reuniões periódicas com tutores para analisar sucessos e constrangimentos das atividades de formação contínua em coordenação com a Supervisão Provincial;
- g) Promover sessões de capacitação dos professores; entre outras.

No entanto, as capacitações têm sido feitas nas escolas a partir de núcleos pedagógicos, onde os professores progridem continuamente, adquirindo, assim, novas categorias profissionais. Mas esta formação, conforme vimos nas escolas onde fizemos a pesquisa, não abrange o ensino bilíngue, ou seja não são feitas para aperfeiçoar as competências dos professores que ensinam o ensino bilíngue (cinyungue ou cinyanja), sendo que apenas as competências em língua portuguesa são desenvolvidas. Para lidar com as dificuldades que tem se verificado no PEA de ensino bilíngue nas escolas em que fizemos a pesquisa, entendemos que é necessário um esforço conjunto, de todos atores (Universidades, Instituto de formação de professores, ONGs, entre outros parceiros).

A seguir, exploramos a perspectiva dos/as estudantes para as questões feitas, buscando compreender como as representações sobre a educação bilíngue impactam as gerações mais novas.

Respostas das perguntas das entrevistas dos alunos

Aluno: A52-Apoia o ensino monolíngue em língua oficial (língua portuguesa) nas zonas rurais, porque falando com frequência a língua oficial nas zonas rurais, assim, os alunos se sentiriam livres na comunicação. Entendo que para quebrar este paradigma, é necessário a co-oficialização das línguas bantu, desenvolvidas no ensino bilíngue. As crianças devem sentir a presença dessas línguas no setor público, nas suas relações com outras pessoas, isto é, no desenvolvimento de atividades rotineiras.

Aluno: A53-Na sua sequência, para que os alunos do ensino bilíngue não se sintam discriminados, é preciso que a sociedade e o governo valorizem as línguas bantu. Por serem línguas usadas em diferentes locais ou serviços públicos, compactuamos com a ideia de co-oficialização.

Aluno:A54-Os alunos devem desenvolver um bilinguismo em que conseguem falar e escrever nas duas línguas (cinyungwe-português ou cinyanja-português). É necessário um bilinguismo aditivo, em que as crianças aprendam a segunda língua sem abandonar as suas práticas linguísticas, como acontecia no período colonial português, onde as crianças eram proibidas de falarem suas línguas locais nas escolas.

Aluno:A55-As línguas locais foram marginalizadas no tempo colonial, sendo vistas como línguas sem função social, económico, político, cultural.A depreciação que teve as línguas locais no período anterior à independência de Moçambique (1975) fez com que até hoje as pessoas não acreditem na função que essas línguas têm. Embora elas sejam as mais usadas nos domínios familiares, elas não têm o prestígio igual a da língua portuguesa.

Aluno:A56-Para que os alunos do ensino bilíngue não se sintam discriminados com aqueles que falam e escrevem o português, inglês e francês, as línguas cinyungwe e cinyanja faladas com a maioria da população da província de Tete devem ser usadas também para escrever documentos nas escolas ou outros locais públicos.As línguas locais devem ser integradas a todos os domínios da função pública, como acontece em países que fazem fronteira com a província de Tete (Malawi, Zambia e Zimbabwe), que mantêm as suas línguas locais em todos domínios públicos.

Aluno:A57-O problema da discriminação das línguas locais de origem bantu se deve ao não uso nos serviços públicos, por exemplo nos tribunais durante as audiências.Em casos de audiência, só existem intérpretes para línguas estrangeiras, como o inglês, em detrimento das línguas locais. Embora o juiz esteja na comunidade vigente, ele não fala a língua, criando desconforto para os falantes. Qualquer prática linguística, quando posta de lado, constrói o sentido de discriminação.

Aluno:A58-As línguas locais devem ser aprendidas desde o ensino básico até a Universidade. Elas devem funcionar de igual modo que o português, assim facilitaria a compreensão da matéria em diversas disciplinas curriculares. A valorização de uma língua depende do uso e das práticas. No entanto, as línguas cinyungwe e cinyanja são usadas apenas em

domínios informais: na família, na comunidade, nos mercados informais. Se as Universidades promovessem o seu uso com campanhas de alfabetização, como acontece com o português, as pessoas teriam o interesse. Além disso, quando forem usadas para escrever documentos, importância do seu uso será reconhecida.

Aluno:A59- A sua acersão é de que os alunos devem aprender as línguas bantu cinyungwe ou cinyanja de igual modo que o português. Visto que o cinyungwe é falado em 7 distritos da província, assim como o cinyanja também é falado em 7 distritos, como línguas originárias. As Universidades a nível local devem ensinar a língua local em todos cursos de letras. Assim, não seria difícil desenvolver essas línguas em todos os níveis de ensino.

Aluno:A60- Compactua com o ensino de única língua oficial (o português), e outras línguas estrangeiras como o inglês, francês, porque são línguas que estão no mercado de emprego, principalmente o inglês. Os que defendem o ensino de línguas estrangeiras são motivadas pelo prestígio que estas línguas têm, e pela depreciação das línguas bantu. No contexto da província de Tete, onde todos países da fronteira têm o inglês como uma das línguas oficiais, há razões de um grupo de pessoas se everdar por seu uso, como língua franca. Mas se as línguas cinyungwe e cinyanja tiverem autonomia no mercado de emprego, esse pensamento terá outros contornos.

Aluno:A61- É de coesão que as línguas locais devem ser usadas na comunicação do dia a dia, mas não como línguas de domínio de conhecimento. O português deve ser única língua para o ensino. Se o português a for única língua de ensino, estaríamos num monolinguismo assente em conte multilíngue, o que implica a marginalização de práticas desenvolvidas pelo substrato bantu (cinyungwe e cinyanja).

Diante das respostas apresentadas, reverberamos uma concepção sociolinguística de língua, que reconheça a diversidade e a pluralidade como recursos positivos e não como problemas a serem resolvidos. A esse respeito, segundo Chagas (2012, p.70),

a língua, na concepção da sociolinguística, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, mutante, instável e está sempre em desconstrução e reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. É uma atividade social, um trabalho coletivo, produzido por todos os seus falantes, cada vez que eles se interagem por meio da fala ou da escrita.

Olhando para a Constituição da República, nota-se que são 50 anos da independência nacional, mas mantém-se, no país, uma política linguística que não confere reconhecimento pleno

às línguas moçambicanas. Por esta razão, Patel (2022) advoga que, embora muitas práticas educacionais demonstrem um ensino bilíngue, ainda é visível o monolinguismo majoritário por via do português, por ser a única língua oficial e de acesso ao emprego e serviços públicos.

Ngunga (2005 *apud* Patel, 2022) menciona, ainda, que o governo moçambicano levou mais de 25 anos para perceber e acreditar em estudos de autores moçambicanos e de diferentes pontos do mundo sobre a necessidade de se introduzir as línguas moçambicanas no ensino através de programas de educação bilíngue. Sabemos que as línguas moçambicanas são aquelas que funcionam como mecanismo de comunicação de massas e são usadas em vários domínios da vida da população, como comércio, igreja, danças, jogos recreativos, atos fúnebres (Patel; Majuisse; Tembe, 2018).

Seguindo nossas reflexões sobre as representações dos agentes educacionais sobre a questão linguística, abaixo apresentamos as questões feitas e as respostas apresentadas por professores/as do ensino bilíngue português-cinyungwe e português-Cinyanja.

Fig. 50: Relatos dos professores do Ensino Bilíngue Português/ Cinyungwe e Português/ Cinyanja

	Questão	Objetivo
1	Em que instituição de ensino foi formado?	Analisar o tipo de instituição e sua influência na qualidade de ensino.
2	Você tem alguma formação sobre ensino bilíngue?	Perceber até que ponto o modelo de formação do professor influencia na qualidade de ensino bilíngue.
3	Durante a formação, você estudou algumas línguas bantu?	Elencar as diversas línguas bantu existentes no ensino bilíngue e a formação do professor.
4	Que classe lecciona?	Identificar a o nível em que o professor leciona e a experiência com o ensino bilíngue.
5	Muitos professores envolvidos no Ensino Bilíngue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião	Fazer uma descrição de relatos dos professores sobre o ensino bilíngue e possíveis metodologias usadas nas escolas do ensino bilíngue.

	sobre a formação dos professores para o Ensino Bilíngue, o caso de Cinyungwe.	
--	---	--

Fonte: autor (2025)

Respostas das entrevistas dos professores do ensino bilíngue

Pergunta 1: Em que instituição de ensino foi formado?

Professor	Resposta	Observações
P1	IFP	Os modelos de formação de professores em Moçambique não contemplam nos seus currículos o ensino de uma língua bantu específica, salvo a então Universidade Pedagógica, onde a leccionação dos menores atendia uma única língua, modelo herdado pelas recém-criadas Universidades (UniPúnguè, UniSave, UniLicungo e UniRovuma). No entanto, dos cinco professores entrevistados que ensinam o ensino bilíngue, três foram formados no IFP (Instituto de Formação de professores), um no ADPP (Ajuda de Povo para Povo). Essa realidade mostra-nos que o grosso número de professores a lecionar nas escolas do ensino bilíngue na província de Tete tem formação básica e média, porque o Instituto de Formação de professores forma professores do nível básico, e o ADPP forma professores de nível médio. Poucos são os que são formados pela Universidade. Essa realidade nos mostra o quão é importante a formação dos professores em instituições com programas curriculares que orientam o ensino de uma língua específica. Os locais de formação mencionados formam professores com conhecimentos em línguas bantu no geral apenas. Nesses cursos, os alunos aprendem as regras básica de ortografia e leitura das línguas bantu, mas de uma língua específica.
P2	IFP	
P3	IFP	
P4	ADPP	
P5	UP	

Pergunta 2: Você tem alguma formação sobre ensino bilíngue?

Professor	Resposta conferida	Observações
-----------	--------------------	-------------

P1	Não	Não existe uma formação específica de professores para ensino bilíngue. Aqueles que afirmam ter uma formação específica, não especificam o tipo de língua aprendida. O que se aprende nas instituições de formação de professores são metodologias de ensino de bilíngue e metodologias de línguas bantu em geral, sem especificação de nenhuma língua.
P2	Não	
P3	Sim	
P4	Não	
P5	Sim	

Pergunta 3: Durante a formação estudou algumas línguas bantu?

Professor	Resposta	Observações
P1	Sim (Cinyungwe)	Os entrevistados assumem que têm alguma formação em uma língua bantu específica, mas sabe-se que na província de Tete, local onde se realiza a pesquisa, não existe instituição de formação de professores de ensino bilíngue. Os nossos entrevistados comungam a ideia de que foram formados em uma língua bantu, especificamente em língua cinyungwe, no entanto, os professores fazem confusão sobre a interpretação entre formar-se em uma língua específica e ter na sua formação uma disciplina que trata de línguas bantu. De certo modo, os alunos ao estudarem o curso de línguas bantu, ministrado por exemplo pela UEM, estudam todas as línguas bantu existentes no currículo de ensino bilíngue, porque esses cursos são compostos por alunos que de toda a parte do país; esses alunos trazem suas línguas, podendo elas serem discutidas durante as aulas. As disciplina de Didática das línguas locais e de Metodologias de línguas bantu têm como
P2	Sim (Cinyungwe)	
P3	Sim (Cinyungwe)	
P4	Não	
P5	Sim (Cinyungwe) [Ele]“A minha experiência como professor nos primeiros dias de aulas não foi fácil lidar com uma nova língua de ensino, o cinyungwe, mas com o tempo fui-me habituando da situação”	

		objetivos instruir o aluno.
--	--	-----------------------------

Fonte: o autor (2025)

Pergunta 5: Muitos professores envolvidos no Ensino Bilíngue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilíngue, o caso de cinyungwe?

P1-Há necessidades de formação de professores para ensino Bilíngue antes da introdução deste modelo de ensino de ensino. Os professores devem ser capacitados para lidarem com as nuances do ensino bilíngue, e isso deve ser extensivo para todos professores, mesmo os que já estão em exercício.

P2-Seria melhor que os professores fossem formados na matéria do ensino bilíngue.

Há necessidades de haver instituições de formação dos professores para ensino bilíngue, de modo que os professores desenvolvam competências sobre o ensino bilíngue.

P3-A formação contínua dos professores do ensino bilíngue, principalmente as das classes iniciais, deve ser urgente. É imperioso a formação de professores para o ensino bilíngue. A qualidade de ensino só é possível com a formação de professores, tanto do nível fundamental, como os de nível superior.

P4-deve ser prioridade nos cursos de formação de professores de todos os níveis, de modo a termos graduados diferentes com competências necessárias.A formação é um elemento fulcral para o desenvolvimento do humano. Se tivermos professores formados, também teremos qualidade de ensino em diferentes níveis de subsistema em Moçambique.

P5-Há necessidades de haver uma formação para os professores de modo a lidarem com esta situação que é calcanhar de aquilis para professores iniciantes. No trabalho docente, deve haver formação contínua, para aprimoramento de conhecimentos de diversas áreas de saber.

A seguir, apresentamos as entrevistas com especialistas em línguas bantu. Esses especialistas atuam na esfera educacional e operam como agentes da educação.

Fig.51: Resistência linguística

Nome	Questão	Objetivo
Drº. Mário	O Estado moçambicano vem promovendo o ensino Bilíngue nas Escolas, tanto básicas (primárias), como nos Institutos de formação de professores primários, tanto nas	Avaliar as formas de divulgação do ensino bilíngue em

Biriate	Universidades. Sendo a Universidade Púnguè, assim como outras em Moçambique que herdaram das bases diretrizes da reforma curricular da Universidade Pedagógica feita em 2014, aquela que abraça o desafio de introdução de ensino de menores em Língua Bantu e outras línguas estrangeiras no curso de Licenciatura em ensino de Português Major. Daí que, como professor integrante e atuante na Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades, na Universidade Púnguè, como avalia o ensino de uma língua bantu específica com professores que não falam e não escrevem esta língua bantu local.	Moçambique.
Dr.º David Langa	Em Moçambique o ensino bilíngue tem avanços muito significativos, se formos a ver a introdução das línguas bantu no ensino primário, nos institutos de formação de professores e nas Universidades é um projeto tem sido concretizado na implementação de várias línguas no sistema de ensino moçambicano.	Perceber as formas de expansão de ensino bilíngue em Moçambique.

Fonte: autor (2025)

Respostas das entrevistas dos Especialistas

Dr. Mário Biriate- Para o ensino de uma língua existem questões muito específicas que não precisam que o indivíduo que ensina seja fluente, mas ele precisa conhecer as regras de funcionamento deste idioma. Em caso de ensino de língua cinyanja na Universidade Púnguè, contamos com professores formados em ensino de línguas bantu e outras individualidades que dominam esta língua. Há pessoas que falam e escrevem perfeitamente a língua cinyanja, mas não têm formação superior. Essas pessoas têm sido envolvidas na produção de diversos materiais para o funcionamento desta língua no ensino bilíngue (MB). No entanto, muitos professores envolvidos no Ensino Bilíngue vêm relatando casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Isso é uma realidade, mas o Estado moçambicano tem evidenciado esforço com vistas a terminar com esses problemas. Embora seja difícil acabar com o problema, algumas ONGs que trabalham no ramo de ensino bilíngue têm apoiado na produção de material didático local, mas para sua implementação precisa-se de professores qualificados no ensino bilíngue, uma vez que os modelos de ensino de línguas bantu propostos nos institutos de formação de

professores, como em curso de linguística bantu da Universidade Eduardo Mondlane, quer no curso de linguística da recém-criada Universidade Púnguè, não formam professores para uma língua específica, nem os alunos dominam o sistema ortográfico das línguas bantu. É sabido que a ortografia das línguas bantu é comum para todas as línguas do grupo bantu. Não é necessário que os formandos aprendam um alfabeto diferente ou específico. Para tal, precisa-se ter o domínio da ortografia das línguas bantu sem especificidades, porque caso eles não consigam escrever em suas línguas locais, sentem-se discriminados, dado que no mercado de emprego e na administração estatal as línguas locais não são usados. Elas se restringem apenas para situações de comunicação intra e interfamiliar (MB). Este é um cenário que faz com que os alunos optem pelo ensino monolíngue (Português) num contexto rural. Mas, não é possível o monolinguismo em contexto como Moçambique.

A experiência colhida dos professores especialistas mostra-nos o quão tem sido feito sobre o ensino bilingue, pois para ele há envolvimento de todos (Professores, alunos, comunidade e o Estado) no desenvolvimento do ensino bilingue. Desde as Universidades até a comunidade onde estão inseridas as escolas bilingues devem contribuir na qualidade dos resultados obtidos nesta modalidade de ensino em Moçambique, sobretudo em regiões onde este estudo é feito. A partir desta visão diglósica, somos todos acautelados na perceção do ensino bilingue desenvolvido em Moçambique. Na visão de Spolsky (2016), ao referir que o objetivo de uma teoria de políticas linguísticas é considerar as escolhas costumeiras feitas pelos indivíduos falantes com base em padrões estabelecidos na comunidade de fala, é preciso que a escolha de línguas locais, como cinyungwe e cinyanja integre as próprias políticas linguísticas de Moçambique.

Dr. David Langa- Onde há mudança há sempre resistência, mas não se pode parar por aí. A título de exemplo, a Universidade Eduardo Mondlane introduziu no seu currículo de letras o curso de licenciatura em linguística bantu, que resultou na formação de muitos professores de línguas bantu instalados em diversas instituições de ensino de professores em Moçambique. Como experiência, esses cursos agregam todos falantes de pelo menos uma língua bantu, das diversas faladas em Moçambique. Essa heterogeneidade linguística embasada em turmas bilingues faz com que os graduados deste curso tenham experiência de fala e escrita de diversas línguas exercidas naquele contexto de ensino (DL).

Um outro elemento importante no ensino bilíngue em Moçambique é a falta de orientação dos próprios pais e/ou encarregados de educação, que não têm noção do por que o seu filho deve aprender uma língua de casa, língua que ele já fala. Pois, quando mandam os seus filhos à escola, esperam que eles voltem a falar bem português, língua que se aprende na escola nas zonas rurais. Para um pai levar o seu filho a escola e não falar português é como ele não tivesse estudado. Embora este cenário mude gradualmente, precisamos de mudança de mentalidade em relação à situação de ensino bilíngue no sistema de ensino moçambicano (DL).

No que concerne à produção de material didático, o especialista de diversas áreas tem trabalhado junto às comunidades com vista a adequar os materiais à realidade dos alunos. Esse trabalho não é fácil, porque precisa-se de investimentos para concretizar diversos projetos no ensino bilíngue.

A existência de muitas línguas bantu em Moçambique não constitui ameaça para o ensino de línguas, mas sim uma riqueza, pois ao ensinar diversas línguas nas Universidades, também exploramos diversos conhecimentos, uma vez que ensinar uma língua é também ensinar a cultura deste povo embora em contexto diferente (DL). As políticas linguísticas não permitem que seja lecionada língua de uma outra comunidade linguística. Conforme as zonas linguísticas distribuídas por Guthrie (1971-1976), há 15 zonas codificadas em letras maiúsculas (A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R, S), a que o autor chama de zonas geográficas classificadas por critérios de proximidades. Nesta distribuição, o cinyungwe é classificado como sendo do grupo N, Senga-Sena (N.40), e utiliza o alfabeto latim, com a exceção da letra Q. A língua não tem tonalidade léxica ou morfológica. A língua cinyanja encontra-se em N31a. As línguas ensinadas são línguas faladas em um determinado espaço geográfico.

A questão do currículo de formação de professores não deve ser alheio a esta realidade de ensino. Isto significa que os(as) professores(as) devem ser preparados para fazer face a este contexto, o que requer estratégias pedagógicas e metodologias apropriadas. Para o efeito, são introduzidos dois módulos, designadamente, o de Línguas Moçambicanas e o de Didática de Língua Primeira, nos Institutos de Formação de Professores (IFPs) (Patel; Majuisse; Tembe, 2019, p. 12).

Entendemos que o habilitado em Ensino de línguas bantu deverá responder às necessidades da Educação nesta área específica, considerando-se que, a partir da década de 80, as línguas bantu começaram a merecer atenção por parte do Estado Moçambicano. Sabemos que no

setor da Educação, em 2004, foram introduzidos, a nível do ensino primário, programas de educação bilingue, que incluem a instrução em diferentes línguas Bantu. Esses programas estabelecem que o português seja introduzido gradativamente como meio de ensino, de forma a preparar os alunos para o ensino secundário. Entendemos que as iniciativas institucionais ainda precisam ser aprofundadas, consolidadas e expandidas, embora reconhecemos o empenho das políticas estatais em reconhecer as singularidades da educação bilingue.

As políticas linguísticas educacionais devem se haver, conforme vimos, como uma série de elementos, que incluem a gestão, as crenças e as práticas de todos os agentes envolvidos – professores, gestores, estudantes, pais e a comunidade em geral. Ao mapear as crenças e percepções de professores, gestores e estudantes, buscamos compreender como essas políticas linguísticas são vivenciadas por esses sujeitos. Sabemos, por fim, que as políticas linguísticas educacionais, em Moçambique, devem ser feitas em diálogo direto com as comunidades e as famílias. Assim, reiteremos Spolsky (2010, p. 116):

Desenvolvimentos posteriores na política linguística, ao considerarem não apenas as práticas e ideologias linguísticas reais, mas também as tentativas de gerir as práticas e ideologias de outros, proporcionaram um novo foco ao evidenciar a importância fundamental da política linguística familiar e a complexidade das agências que tentam gerir as políticas linguísticas escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de Doutorado desenvolveu uma pesquisa sobre Políticas Linguísticas das Línguas bantu em Moçambique, o caso de cinyungwe e cinyanja. Essas línguas são faladas na província de Tete. Elas não são as únicas línguas, mas são as mais notabilizadas e as duas concorrem os mesmos espaços geográficos (Cidade de Tete e Moatize), sendo difícil apresentar fronteiras claras entre as duas línguas. O presente trabalho também enfoca a situação das línguas bantu de Moçambique em diálogo com as políticas linguísticas desenvolvidas pelo governo, atentando para os fatores que definem a escolha linguística em contexto multilíngue/plurilíngue. Foi necessário também, analisar o papel das línguas bantu cinyungwe e cinyanja na província de Tete em termos socio-culturais, educacionais, econômicos e políticos.

Durante o trabalho, fez-se a apresentação e contextualização das políticas linguísticas governamentais em Moçambique, com enfoque no lugar das línguas bantu moçambicanas. Para tanto, no concernente às políticas linguísticas governamentais, o estudo foi centrado na apresentação dos documentos oficiais (Constituição, resoluções e normativas), atentando, também, para a esfera educacional. Mais especificamente, enfocamos a esfera escolar e a educação bilíngue em Tete, província que conta com a presença de três línguas bantu no ensino bilíngue (cinyungwe e cinyanja).

Neste estudo vimos, mediante os dados vindos das observações, que as igrejas continuam a ser um dos meios mais fortes na divulgação das línguas cinyungwe e cinyanja, tanto nas zonas rurais, como nas cidades. Esse fenômeno hoje é evidente em cânticos litúrgicos, nas igrejas católicas da província de Tete. O evangelho é dado em cinyungwe e cinyanja nas igrejas protestantes; os cultos e adorações são feitas em línguas locais (cinyungwe ou cinyanja) dependendo do contexto. Outro meio de divulgação das línguas cinyungwe e cinyanja nas zonas urbanas e rurais são as rádios comunitárias e a rádio Moçambique, que apresentam algumas edições em cinyungwe e cinyanja. As danças tradicionais, para além de manterem as línguas vivas nas cidades e nas zonas urbanas, são também excelentes meios de promoção de línguas. Através de suas canções recreativas, essas danças acompanham a vivência das comunidades e mantêm a vitalidade dessas línguas por meio de mensagens ligadas a problemas sociais, financeiros, políticos, entre outras. A música cantada em língua cinyungwe quebra fronteiras

dentro e fora de Moçambique. Hoje, as línguas cinyungwe e cinyanja têm sido ouvidas fora da província e de Moçambique por meios de produções musicais de diversos gêneros.

Entendendo que a esfera educacional é um dos principais braços das políticas linguísticas, enfocamos o contexto de ensino bilingue envolvendo o cinyungwe e o cinyanja na Província de Tete, incluindo os desafios enfrentados pelos professores na educação bilingue, as limitações dos programas das Universidades e Institutos de formação de professores, bem como a visão de estudantes em processo de formação para o ensino de língua. Conforme vimos, por um lado, a implementação da educação bilingue em Moçambique tem atuado a favor da valorização e manutenção das práticas linguísticas locais, através de produção de programas e manuais de ensino bilingue, que embora sejam uma tradução de manuais do português, ajudam no desenvolvimento psico-motor e psicológico das crianças. Por outro lado, há a necessidade de o ensino bilingue dar um passo a mais e abranger também as escolas das zonas urbanas e o ensino secundário, rompendo com o paradigma de colocar as línguas locais apenas a serviço das zonas rurais, o que reitera a ideologia da educação rural como sinônimo de ensino bilingue (Sitoe, 2014). Julgo necessário atualmente o Estado moçambicano expanda a educação bilingue para as escolas da cidade, o que evitaria o desenvolvimento de um monolinguismo nas escolas da cidade. No dia-a-dia escolar urbano e rural, presenciamos um bilinguismo vibrante nas práticas linguísticas nas salas de aulas e fora de salas de aulas, porque os alunos tanto na escola primária, como na escola secundária, usam livremente as suas línguas. Expressões usando línguas (cinyungwe e cinyanja) são frequentes nas salas de aulas onde o português e a língua de ensino.

A implementação do programa de educação bilingue em Moçambique, com base no caso de Tete com as línguas cinyanja e cinyungwe, não deve ser visto como um ataque ao ensino de língua portuguesa, mas sim como uma ferramenta a mais para ajudar as crianças, ora discriminadas no ensino monolinguê português, a terem seu processo de formação escolar consolidado, valorizado e reconhecido, diferentemente do que foi vivenciado por mim e por muitos outros colegas da minha geração. Isso porque, conforme mostra a pesquisa, as línguas cinyungwe e cinyanja são cheias de vitalidade, amplamente faladas pela população local, utilizadas para a comunicação familiar, no transporte público, na conversa cotidiana, na realização de atividades econômicas, na realização de compras e vendas nos mercados públicos, na prática religiosa, na vivência cultural e de lazer, entre outros contextos. Essas línguas geralmente são aprendidas em casa de forma simultânea, constituindo sujeitos bilingues

(cinyungwes/ciyanja) desde criança. Sabendo que toda essa experiência da vida inicial é transmitida e vivida nessas línguas, desde as cerimônias de ritos de iniciação até as variadas práticas tradicionais, é urgente que o reconhecimento dessas línguas nas esferas institucionais e educacionais seja cada vez mais efetivado e consolidado. E para isso, a nossa luta deve ser e contínua e incansável, mesmo olhando para os modelos de formação de professores em Moçambique vimos que não contemplam nos seus currículos o ensino de uma língua bantu específica, salvo a então Universidade Pedagógica, hoje representada por outras quatro Universidades (UniPúnguè, UniSave, UniLicungo e UniRovuma) e UP-Maputo. Nestas Universidades há escolha de uma língua, embora não haja professores formados nestas línguas, os seus gestores tem feito um esforço ao capacitar algumas pessoas fluentes e outras (professores) formadas em matéria de línguas bantu para lidarem com esta problemática de ensino bilíngue em Moçambique, num país com políticas linguísticas de ensino ainda não bem definidas, na medida em que alguns pais e alguns membros do governo não acreditam nesta modalidade de ensino.

De certo modo, os alunos ao estudarem o curso de línguas bantu, ministrado por exemplo pela UEM, estudam todas as línguas bantu existentes no currículo de ensino bilíngue, porque esses cursos são compostos por alunos de toda a parte do país, mas para melhor eficácia, é necessário a formação dos professores para línguas bantu específicas, ou seja, que houvesse professores qualificados para esta missão. Acredita-se que nas zonas rurais moçambicanas a população fala as línguas locais, porque essas seriam a ferramenta sine qua non para o desenvolvimento das habilidades, mas para isso, é necessário que se invista na formação dos professores em línguas locais específicas. Que as línguas bantu sejam usadas no comércio formal (lojas, supermercados e indústria) é necessário que os preços dos produtos e as informações que contém nos produtos estejam em línguas locais para além do português. Habitualmente as indicações dos produtos vem em português, inglês e francês, o que representa o desprestígio das línguas locais, diferentemente em países que fazem fronteira com Moçambique (Malawi, Zambia, Zimbábwe e África do Sul, onde para além do inglês os produtos vem etiquetados em línguas locais.

Como considerações finais ainda, vale lembrar que, o que se aprende nas instituições de formação de professores são metodologias de ensino bilíngue e metodologias de línguas bantu em geral, sem especificação de nenhuma língua.

Com base as evidências apresentadas, concluímos que o Estado, a comunidade acadêmica, o povo moçambicano no geral (pais e/ou encarregados de educação) são responsáveis na massificação do ensino bilíngue em Moçambique, considerando que as línguas usadas no ensino bilíngue são com base art. 9 da CRM um patrimônio cultural e educacional e promove-as como línguas veiculares da identidade moçambicana. Foi a partir de dados recolhidos nas escolas básicas, Instituto de Formação de professores, Universidade Púnguè, e paisagens sonoras analisados, procuraram apresentar e discorrer sobre a política linguística governamental de Moçambique voltada para as línguas bantu moçambicanas, não só, mas também, apresentamos e analisamos a situação sociolinguística do cinyungwe e cinyanja na Província de Tete, em Moçambique, com enfoque maior na esfera escolar, para além de revisar abordagens teóricas em políticas linguísticas voltadas para contextos africanos e multilíngues, a partir do contexto linguístico de Tete como referência. Os dados dos alunos, professores, especialistas em ensino de línguas bantu, mostram a divergência de opiniões dos entrevistados em relação ao ensino bilíngue em Moçambique. A partir das paisagens sonoras (canções,danças) e outras formas de manifestações linguísticas, por meio da linguagem humana fizeram com que este estudo compreendesse melhor a situação sociolinguística dos falantes das línguas cinyungwe e cinyanja através de representações de imagens, comidas, vestes, religião e sua relação com outros povos migrantes não falantes destas duas línguas.

Referências

- ABDULA, R. A. M. *A criatividade da língua portuguesa: estudo de moçambicanismos no português de Moçambique*. Revista Internacional em Língua Portuguesa: Variação no português africano e expressões literárias, IV série, semestral, n. 32, p. 81, 2027.
- ALTUNA, Pe. Raul R. de A. *Cultura Tradicional Banto*. Luanda: Edições do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985.
- ALVES, L. H. et al. *Análise Documental e Sua Contribuição no Desenvolvimento da Pesquisa Científica*, Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.51-63, 2021.
- ASSIS, M. C. de. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2002.
- BERNARDO, E. P. J. “Entre comprar cadernos e comer, o que é mais urgente?”: cartografia sobre Monolinguismo, ensino e ideologias em contexto rural multilingue angolano, Tese de Doutotamento, UFSC-Brasil, 2025.
- BISQUÉ, J. V. A; LAISSE, L; LANGA, C; FUNGULANE, J. *Mbatiwerenge na Kunemba-Cinyungwe-Kalasi ya 2a*. Alcance Editores, Maputo-Moçambique, 2020.
- BÍBLIA SAGRADA, *Nova Versão Transformadora* (NVT), 1 Coríntios. Disponível em <https://www.bible.com/pt/bible/1930/1CO.14.4-5,14.NVT>. Acessado em 30 de Dezembro de 2025.
- BLOOMFIELD, L. *Language*, H. Holt & Company, Nova York, 1933.
- BOLETIM DA REPÚBLICA: Regulamento do Núcleo de Formação Permanente de Professores em Exercício. Disponível em: <https://archive.gazettes.africa/archive/mz/2004/mz-government-gazette-series-i-dated-2004-02-25-no-8.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2004.
- BUKHU YA MPFUNZI. *Cinyungwe-Ia Kalasi-Vol. 1 – Educação Bilingue*.
- CALVET, L-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: IPOL/Parábola, 2002.
- CAVALCANTI, M. *Estudos sobre educação bilingue e escolarização em contextos de minorias linguísticas*. Delta, 1999.
- CHAMBELA, R, et al. *Livu la Cinomwe Kalasi 7mwe*. Maputo: INDE/MINED, 2014.
- CHAMBO, G, et al. *A educação bilingue em Moçambique: guia prática*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2019.
- CINYUNGUE. *Bukhu ya Mpfundzi, 2 Kalasi, Educação Bilingue*. Maputo: INDE/MINED, s.d.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Maputo: Plural Editores, 2005.

- CORREIA, P; MENDES, J. M. Notas sobre povos, línguas, topónimos e ortografia de Moçambique. *A Folha — Boletim da Língua Portuguesa nas Instituições Europeias*, n. 55, p. 28–34, 2018.
- CRUZ, T. e SILVA. *Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no Sul de Moçambique*(1930-1975), Lusotopie,1998. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1170.
- DANTON, G. *Metodologia científica*. Paraná: Virtualbooks, 2002.
- DIOP, C. A. *A origem africana da civilização: mito ou realidade*. Trad. do inglês de Mercer Kook. United States of America, 1974.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.
- DIAS, C. da S. “É proibido falar crioulo”: um relato etnográfico sobre colonialidade, ensino de língua e políticas linguísticas na Guiné-Bissau. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- DOS SANTOS, D. L. *Conhecer para catequisar e dominar: colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas. Moçambique (1885–1940)*. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1504544996_ARQUIVO_Denilson_Lessa_dos_Santos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.
- FIRMINO, G. *Situação linguística de Moçambique*. Maputo: INE, 2000.
- FIRMINO, G. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.
- FIRMINO, G. *A situação do português no contexto multilingue de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais.
- GARCÍA, O. *Bilingual education in the 21st century: a global perspective*. Malden, MA: Wiley Blackwell, 2009.
- GUIBUNDA, G; NHAPULO, T. de J; MOGOLE, G. C. (Coord. Geral). *Estratégia de expansão do ensino bilingue, MINEDH-Moçambique 2020–2029*. 2020.
- GUIRAUD, P. *A Semiologia: funções do signo e media – forma e substância do signo, signo e códigos, mitologia do nosso tempo*. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

- HENRIKSEN, S.M. *Reflections on the language education issue in Mozambique*. INDE, Maputo, 1999.
- INDE/MINED. *Plano curricular do ensino básico*. Maputo, 2003.
- INDE/MINED. *Plano curricular do ensino secundário (PCES)*. Maputo-Moçambique, 2022.
- INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA (INDL). *Guia de pesquisa e documentação*. IPHAN, 2016.
- IRVINE, J; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. (Org.). *Regimes of language, ideologies, politics and identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000. p. 35–83.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAPA, J.; FERRERI, A. *Elementos para um dicionário corográfico da província de Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia, 1889. Disponível em: <http://dicionario.sensagent.com/Forte%20de%20S%C3%A3o%20Tiago%20Maior%20do%20Tete/pt-pt/>. Acesso em: 09 abr. 2023.
- LEMLE, M. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1988.
- LOPES, A. J.A *Batalha das Línguas: Perspectivas Sobre Linguística Aplicada em Moçambique*, Editora das Letras, 2013.
- LEONEL, E. História Línguas Bantu, disponível em <https://pt.scribd.com/document/671434502/Historia-linguas-Bantu>, acessado 06 de Janeiro de 2026.
- LUCENA, M. I. O papel da translinguagem na linguística aplicada (in)disciplinar. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 52, n. 2, p. 25–43, jun.–out., 2021.
- MACARINGUE, I; PIRES-SANTOS, M. E. *Políticas linguísticas: entre a moçambicanidade e a portugalidade*. Letras & Letras, Uberlândia, v. 35, n. especial, 2019.
- MAIA, A. A.. *Saúde e doença na cultura Nyungwe: um olhar antropológico-teológico*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2011.
- MARTINS, M. dos A. *Elementos da língua Nyungwe: gramática e dicionário Nyungwe-Português-Nyungwe*. Calçada Eng. Miguel Pais, 9-1200: Editorial Além-Mar, 1991.

- MATOS, E. A. C.de; MEDEIROS, R. M. V. *Exploração mineira em Moatize, no Centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais?* XXI Encontro de Geografia Agrária: Territórios em disputa – os desafios de geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, Uberlândia-MG, 2012.
- MARENGULA, A; BEWALA, I. K; NGOVENE, W.A. *Livro de português: educação bilingue, 1a classe*. MINEDH, Moçambique, 2019.
- MINEDH/DNEP, et al. *Manual de mobilização do ensino bilingue – português*. Maputo-Moçambique, 2021.
- MENDES, I. *O léxico no português de Moçambique (aspectos neológicos e terminológicos)*. Coleção Identidades, Maputo: Promédia, 2000.
- MUCALE, P.E. *Afrocentricidade e liberdade*. Maputo: Editora Paulinas, 2013.
- NGUNGA, A. *Introdução à linguística Bantu*. Maputo: Imprensa Universitária (UEM), 2004.
- NGUNGA, A, et al. *Educação bilingue na Província de Gaza: avaliação de um modelo de ensino*. “As Nossas Línguas II”, Maputo: CEA, 2010.
- NHAMPOCA, E. A.C. *Ensino bilingue em Moçambique: introdução e percursos*. Disponível em: <https://dix.doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p82>.
- O CONSTITUCIONALISMO DE MOÇAMBIQUE E A CONSTITUIÇÃO DE 2004. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/bmdc/v51n152/2448-4873-bmdc-51-152-449.pdf>.
- PAULA, R. R. de; DUARTE, F. B. *Diversidade linguística em Moçambique*. Universidade Federal de Minas, s.d.
- PATEL, S.A. *Um olhar para a formação de professores de educação bilingue em Moçambique: foco na construção de posicionamentos a partir do locus de enunciação e actuação*. Rio de Janeiro, 2012.
- PATEL, S.A. *O lugar das línguas moçambicanas no panorama educacional de Moçambique: que perspectivas?* Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade. DOI: 10.26512/les.v23i2.43490. Acesso em: 22 jul. 2023.
- PATEL, S.A; MAJUISSE, A; TEMBE, F. *Manual de línguas moçambicanas: formação de professores do ensino primário e educação de adultos*. Maputo-Moçambique, 2018.
- PATEL, S.A; CHAMBO, G; TEMBE, F.F. *Bilingual education in Mozambique: nowadays situation*.

PATEL, S. A; CAVALCANTI, M.C. *O caso do português em Moçambique: unidade nacional com base em educação bilingue e intercompreensão*. In: MOITA LOPES, L.P. (Org.). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo, 2013.

PATEL, S.A. *Revisitando as políticas linguísticas educacionais em Moçambique: o caso da educação bilingue*. Maputo-Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 2022.

PEQUENA_ABORDAGEM SOBRE_O_ENSINO_BILINGUE_EM_MOCAMBIQUE.

Disponível em: <file:///C:/Users/FUJITSU/Downloads/ICONPEX-Parte7>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PONSO, L. C; NHAMPOCA, E. C. *Uso ritual das línguas bantu nas cerimônias do lobolo e da kutchinga*. Papia, São Paulo, 2018.

PESSOA, A.P. S; MACIEL, R. F. *Educação bilingue: discutindo conceitos*. Revista Coralina, Cidade de Goiás, v. 3, n. 1, p. 01–17, jul. 2020.

QUIRAQUE, Z.A. S.; DE PAULA, M.H. *I Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Regional Catalão*. Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/FUJITSU/Downloads/ICONPEX-Parte7>.

RAMALLO, M.F. (Org.). *A educação bilingue em Moçambique: guia prática*. Universidade de Vigo; Universidade Eduardo Mondlane (UEM), 2020.

REIS, M.de N; ANDRADE, M. F.F. *O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas*. 2018.

REGULAMENTO DA LEI 18/2018 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018 – Lei do Sistema Nacional de Educação. MEPT, 27 jul. 2023.

SANTOS, H.R; CUNHA, J. C. C. da. *Sóletras*, Revista, n. 26. Universidade Federal do Pará, 2013.

SEVERO, C.G. *Política(s) linguística(s) e questões de poder*. UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alfa/v57n2/06.pdf>.

SEVERO, C.G; NHAMPOCA, E. *Políticas linguísticas educacionais em contextos multilingues africanos*. Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 105, p. 29–44, jan./jun. 2022.

SEVERO, C.G; MAKONI, S. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2014.

- SEVERO, C.G; VIOLA, D. *Entre o português como língua estrangeira e as práticas interculturais comunicativas: estudo de caso em universidade colombiana*. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/1491/1315>.
- SEVERO, C. G. *Os jesuítas e as línguas: contexto colonial Brasil-África*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- SEVERO, C. G.; BARBOSA, M. L. R. (Org.) . *Políticas linguísticas educacionais: teoria e prática*. Araraquara: Letraria, 2025.
- SPOLSKY, B. *Language policy in education: practices, ideology and management*. In: SPOLSKY, B; HULT, F.M. (Eds.). *The handbook of educational linguistics*. 2. ed. London: Routledge, 2010. p. 215–230.
- SPOLSKY, B. *Para uma teoria de políticas linguísticas*. ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. Disponível em: <www.revel.inf.br>.
- SPINASSÉ, K.P. *Os conceitos língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil*. Disponível em: <www.revistacontingentia.com>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- STERN, H.H. *Perspectives on 2nd language teaching*. Toronto: Ontario Institute for Studies in Education, 1970.
- SERRA, C. (Coord.). *História de Moçambique*. Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300–1885; Parte II – Agressão imperialista, 1886–1930. Vol. 1, 2. ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.
- SILVA, I. F. da. *Linguagem e poder: práticas discursivas e a constituição de identidades linguísticas no contexto escolar*. Dissertação (Mestrado) – PROFLETRAS, Mamanguape, PB, 2016.
- TIMBANE, A.A. *A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções*. Calidoscópio, v. 13, n. 01, jan./abr. 2015.
- UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA, Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes, Departamento de Ciências da Linguagem. *Plano curricular do curso de licenciatura em ensino de língua portuguesa*. Maputo, 2014.
- VELASCO, M. H; TIMBANE, A. A. O processo de ensino-aprendizagem do português no contexto multicultural moçambicano. *Revista Internacional em Língua Portuguesa: Variação no português africano e expressões literárias*, IV série, semestral, n. 32, p. 101, 2027.

ZAVALA, V. *What is Quechua literacy for?: ideological dilemmas in intercultural bilingual education in the Peruvian Andes*. In: PRINSLOO, M.; STROUD, C. (Eds.). *Educating for language and literacy diversity: mobile selves*. Nueva York: Palgrave Macmillan, 2014.

ANEXOS

Anexos I (Entrevista de Alunos de Letras Português-Inglês) da Universidade Púnguè

Nome: Edilia Zular Beute

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque grande parte da população moçambicana é não alfabetizada e desinformada, falam as línguas bantu com as crianças em casa e não têm condições fin- na pagar em escolas. Visto a dificuldade na captação da matéria no 1º ciclo é enorme.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Para se enraizar na sua 1ª língua e como preparação de rece- ber a como disciplina nas séries subsequentes e acompanhando ou paralela com a 2ª língua (Português). Não só o ensino de línguas bantu da maior e cultura a cultura moçambicana. Deixar bilingue e melhor coisa tirar a noção de corpo, visto que estamos a desprezar a nossa cultura.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? 1º - Selecionar os conteúdos principais a serem lecionados. 2º - fazer esse conteúdo a uma pesquisa oral de cada etnia. Entrando em contacto com as re- gulas étnicas.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Realmente deve haver formação de professores para ensino bilingue. Solicitar todos os regulas, da língua bantu mais influente de cada província, e integrá-los na tradução dos manuais. Integrar os regulas étnicos na formação para apoiar os formadores.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Introduzir as línguas bilingue como uma das disciplinas para a 1ª classe ficando: Português, matemática, língua bantu, acompanhando assim em para- lela com outras disciplinas até ao ensino superior. O aluno será capaz de entender e comunicar com as ou- tras em ambas as línguas.

Nome: Lidia Bernardo Binca

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Chinyanga-Português, Chinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☐ Não ☒

Para qualquer das escolhas justifica por quê?
R: porque os alunos não podem usa-la para os serviços públicos, muitos menos sabem escrever perfeitamente.

2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado da educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒

Para qualquer das escolhas justifica por quê?
R: Porque se a criança deve ter outras aprendizagens como a língua o português a língua oficial, para a melhor desenvolvimento da mente da criança e a língua bantu pode ser adicionada no ensino médio onde a criança pode já sabe diferenciar as matérias.

3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que diz algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação a produção dos materiais escolares do ensino Bilingue?

R: Por mim seria melhor que produzi-se a matéria traduzindo da língua portuguesa e outras conteúdos da sua realidade dos alunos.

4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue?

R: O Ministério da Educação deveria colocar nas formações dos professores de Moçambique a formação profissional para (se) ensinar as línguas bantus.

5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.

R: Eles além de aprender apenas a língua local devem também se esforçar ou dedicar-se muito aprender a português como a língua oficial do seu país.

Nome: Lúcia Makson Wiliamo

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim x Não
Para qualquer das escolhas, justifica porquê?

R/ De facto, em Moçambique, como nos outros países da África sub-saariana, dizer que, vale a pena as escolas continuarem a leccionar o ensino Bilingue usando línguas bantus, visto que, o maior número das crianças estão nas zonas rural e apresentam possíveis obstáculos inerentes à percepção da L2, sabemos que em Moçambique poucas crianças tem o português como L1. Ou seja, poucas crianças falam Português e lesa na compressão da mesmo. 

2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim X Não
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? 

R/ Colocaria sim, visto que, as línguas bantu, a par do uso escolar, leva o aluno que é o meu filho e a população a pensar que as suas línguas e culturas são validadas e que não se esgota no que representa de mais-valia no plano comunicativo. Também para a construção de um capital conceptual em L1 por parte da população infantil.

Apesar da resistência de algumas famílias, que atribuem ao português um carácter mais prestigiante, há cada vez mais encarregados de educação que admitem o ensino em L1 por considerarem que pode funcionar como um meio mais eficaz de acesso ao português.

3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue?

R/ __ Por mim, os manuais do ensino Bilingue em Moçambique deveriam ser elaborados partindo da realidade do aluno e elevar a língua ao estatuto de valorização visto que, as línguas bantu não têm um estatuto oficial, enquanto o português é a única língua oficial de Moçambique. Ou seja, temos que criar um manual partindo da realidade do aluno, ao exemplificar os objectos temos que olhar a realidade do aluno consoante a sua língua.

3. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue?

R/ __ Do ponto de vista do professor, há desempenho fraco atendendo às alterações metodológicas a que têm de se adaptar, a par de um nível de proficiência baixo em português, a mudança do paradigma metodológico confunde os professores que, raras vezes, nunca tiveram formação pedagógica, muitos professores envolvidos no ensino Bilingue mostram insegurança e leva uma atitude mais autoritária.

4. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras?

R/ __ Por mim, sugeria que introduzisse as línguas bantu no processo ensino aprendizagem para que o aluno saiba o valor da sua língua, também para que as línguas bantu sejam de grande valia como acontece nos países vizinhos, Zimbabué, Malawi, Tanzânia entre outros, então, para que os alunos não sintam discriminados nas suas línguas deveríamos dar mais valor a estas línguas e começar-se a redigir-se textos ou programas de ensino em suas línguas locais para elevar a cultura do mesmo. Com isso, os alunos bilingues das línguas bantu não irão sentir-se discriminados.

Nome: Essaio Fernando Epulane Paula

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

- Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungu-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☐ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Não; porque estava a prejudicar as crianças, não consegue expressar correctamente a língua oficial, crescem com duas línguas e podem ter o mesmo problema com o desenvolvimento da linguagem, seria melhor que iniciava-se a aprender apartir do ensino secundário ou ensino superior, até lá já tem uma noção básica da língua oficial.
- Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Não; porque, é um grande desafio para as crianças, é impossível que possa alcançar um nível satisfatório em qualquer um dos idiomas, pode comprometer a infância e suas relações sociais da criança; require um maior esforço, e leva a criança a várias situações psicológicas; processo escolar, e pode atrasar a escola devido as pressões a que subtrai.
- Os manuais de ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue?
Por mim seria melhor que se produzisse manuais apropriados para o uso do ensino bilingue ao em vez de utilizar a tradução dos manuais do ensino de língua portuguesa.
- Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue?
Deve-se adoptar um modelo forte de enriquecimento linguístico que se baseia numa educação bilingue aditiva, deve-se introduzir as línguas moçambicanas como disciplinas curriculares, desde o ensino básico até o secundário.
- Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras?
Por aqueles que falam e escrevem devem ter o mínimo domínio das línguas bantu de modo a incentivar a estes alunos a esforçar-se a falar e escrever o português, francês e inglês, eles devem ensinar.

Nome: Ayana Diogo De Sousa

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☐ Não ☒
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Tanto em conta que é no ensino Primário que as crianças tem a possibilidade de aprender, não concordo que as escolas continuem a lecionar o ensino Bilingue. Pois isso, irá estimular a aprendizagem futuramente. Podendo até criar desorientação ao alunos que não tiveram nenhum conhecimento da língua Portuguesa.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Como pai ou encarregado de educação não colocaria o meu educando a ter aulas em língua materna bantu, nas classes iniciais, porque pode ser dar o caso de ele ter a oportunidade de estudar fora do país, isso poderia dificultar a comunicação assim como a percepção da matéria.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Na minha opinião a produção dos materiais escolares do ensino Bilingue deveria ser sobre a realidade de vivenciada nas comunidades onde se aplicam aulas em Bilingue. isto porque se a realidade for contrária os alunos terão dificuldades na percepção dos conteúdos.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A minha sugestão em relação a formação dos professores para o ensino Bilingue seria: fazer formação de forma periódica dos professores que lecionam o ensino Bilingue. isto para facultar o entendimento sobre as melhores formas de transmissão de conhecimento.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Para que os alunos não se sintam discriminados nas suas línguas é importante que elas tenham conhecimento sólido da língua Portuguesa, pois trata-se de uma língua oficial em moçambique. Devem aprender tanto a língua Bantu assim como língua Portuguesa.

Nome: ROSA JOSÉ SILOPO

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? As escolas podem continuar a lecionar o ensino Bilingue usando as línguas Bantu porque é muito fácil a criança aprender a ler e escrever numa língua que já fala do que aprender a falar ler e escrever numa língua nova, sobretudo no meio rural.
2. Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Vivendo no meio urbano onde na minha família, minha comunidade onde as pessoas se comunicam em várias línguas maternas em português, eu não colocaria o meu educando no ensino Bilingue, tendo em conta que está a aprender já o Bilingue, vale mais aprender logo na língua oficial.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Os manuais de ensino Bilingue de Matemática, Português e Ciências de cada estância não são possíveis com o envolvimento dos professores, líderes locais e os mais velhos na recolha de materiais e conteúdos de ensino.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Os institutos de formação de professores deveriam introduzir cursos específicos de formação de professores de Bilingue, como acontece com os professores de Inglês. Esses cursos deveriam priorizar o ensino da língua e cultura Bantu, especificamente da língua e cultura da estância.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Para que os alunos do ensino Bilingue não se sintam discriminados é preciso que a sociedade e governo valorizem as línguas Bantu, (maternas), criando espaços para que essas línguas sejam usadas em diferentes contextos e locais de serviço como línguas alternativas à língua oficial.

Nome: Manuela Armando Vora
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque facilita a interação aluno-professor e vice-versa no processo de ensino-aprendizagem.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque é uma forma de conservar a nossa língua, a nossa tradição africana e facilitará a criança na comunicação em alguns pontos do nosso país.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Seria de: Ao produzir os manuais do ensino bilingue, consultarem também as diferentes sociedades que falam as línguas nativas para uma melhor contribuição daquilo que sabem.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Seria de: Criar um mecanismo de Capacitar os professores envolvidos a esse ensino. O que poderia ser feito por meio de uma formação de intensiva pelo menos três meses.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Sugere que para além da educação no sistema nacional introduza-se também as línguas bantu nas instituições públicas em geral.

Nome: Graca Rafael Tchapo

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando linguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não. porque a lingua bantu é uma das linguas mais faladas nas zonas em que a criança aprende a lingua desde da seu nascimento, por isso eles podem ter dificuldade aprender português por causa da lingua bantu.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em lingua materna bantu nas classes Iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não. Se eu fosse encarregado de educação não faria isso. Culpar o meu filho ter aulas em lingua materna nas classes iniciais porque a lingua bantu não é usada nos serviços públicos e esta lingua não pode lhe levar o lugar nenhum.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de lingua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? A minha opinião em relação a produção dos materiais escolares do ensino Bilingue o país deveria produzir muitos manuais de Bilingue para para que os alunos as materias exatas para o seu ensino. ✓
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as linguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? No ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as linguas bantu porque nos cursos de português, muitas pessoas não escolhe ensino a Bilingue e por isso a falta de formação profissional. ✓
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas linguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das linguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras linguas estrangeiras.
Parece que os alunos bilingues das linguas bantu não se sentem discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês, os alunos da que falam a lingua bantu não devem e isolar eles devem ser simples porque que consegue aprender com os outros.

Nome: Samuel Eusebio Queimada

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Porque o ensino bilingue não ajuda muito no desenvolvimento da capacidade de uma criança. A criança que aprende bilingue ou está a usar a língua materna pode ter problema no futuro no ensino primário de 2 (2º ano do EP2) entre as línguas nacionais pode fazer com que a pessoa tenha.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? porque poderia estar mais para aprender a nossa língua após. Sabe-se que o ensino bilingue vai até ao ensino superior seja bom porque a pessoa não tem capacidade da nossa língua bantu.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? Eu acho poderiam fazer manuais só para o ensino bilingue e a nossa língua materna fazer como uma disciplina como temos visto nos países vizinhos como África do Sul, Maláui, e Zimbábue.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Não Instituto de Formação de Professores seria bom capacitar os formandos para ter uma capacidade de uma vez de como usar os manuais e passar um mês antes de ser formados para termos um ensino de qualidade.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras?

O nosso problema é muito grave os alunos sentem discriminados quando não usa a nossa língua exemplo na escola onde se estuda a pessoa que falava língua local ou bantu era punido e estava ser dado trabalho forçado isto contribuiu para que nós devíamos da nossa língua ou nossa línguas e nos tribunais serviço público é difícil encontrar pessoas a usar as línguas mas é incentivado a usar português

Nome: Alinda Domingos Cuvranjar Mourinho Bojo

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ~~X Não~~
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? a língua local facilita a criança na compreensão da matéria da qual lecionada a saber ler, identificar objectos, interacções domésticas usando a sua língua local.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ~~X Não~~
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? porque é importante a criança aprender a falar e escrever a sua língua local.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? O material que os manuais de ensino não devem estar de acordo com a realidade dos alunos para facilitar a aprendizagem. ✓
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Primeiro os professores deveriam ser formados ou capacitados para o ensino Bilingue porque sem a formação o ensino não terá uma boa qualidade. ✓
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Os alunos não deveriam se sentir discriminados nas suas línguas porque a língua bantu simplesmente irá aprender nas classes iniciais para ter a noção e facilitar na compreensão dos conteúdos e com o tempo irá aprender a falar e escrever português nas classes seguintes, o aluno com o domínio da língua local pode ser contratado na rádio ou pode ser contratado para traduzir a língua portuguesa num Comissão ou numa reunião. ✓

Nome: Ana Jacob Nefital

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? porque é a língua que nos identifica representa a cultura do indivíduo e facilmente os alunos compreendem a matéria nas suas próprias línguas.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não colocaria o meu educando a ter aulas em língua materna porque são discriminados. se todos os alunos da escola estivessem a estudar a mesma língua era viável mas verifica-se separação umas turmas a receber aulas em bilingue, e outras em monolíngue na mesma escola. Não é viável.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Na minha opinião deviam ir ao local onde o aluno está inserido pesquisar a comunidade, o que vivem os alunos estudar, daí deviam produzir os manuais tendo em conta a realidade do aluno. ✓
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A minha sugestão seria o ministério devia elaborar um currículo Nacional dos conteúdos em bilingue para formar e habilitar os professores envolvidos no ensino bilingue. ✓
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Os alunos para que não se sintam discriminados, as aulas devem ser em paralelo, devem aprender o bilingue como uma disciplina. E não deve ser como língua de transmissão de conteúdos. Apenas deve ser tipo recurso.

Nome: Jonatas Matos Soares

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Nas escolas primárias não devia-se lecionar usando a língua bantu por falta de ter boas condições ou seja, alunos com problemas na escrita nas classes até como a 12ª até nível Superior, seja profissional ou algum curso. Só na universidade de língua sim
2. Se estivesse no lugar de Fai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim Não
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? O meu filho pode vir ter problemas de percepção, escrita em Português visto que o Português é a nossa língua oficial em Moçambique
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? Não minha opinião os materiais do ensino bilingue poderiam ser para formação de profissionais da saúde porque esses lidam por algum momento com pessoas falantes de línguas bantu; para os professores podem ter a formação para lidar com os encarregados de educação que alguns são falantes de línguas bantu
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Os professores deviam sim ter uma formação bilingue principalmente do ensino primário, para poder lidar com a população da localidade, ou seja, não que este professor foi integrado para essas atividades de ensino, não para lecionar bilingues alunos.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras? Em Moçambique devia-se continuar lecionar com a língua oficial (p= português) até o aluno assimilar as palavras e escreve para não ter a discriminação, só nas faladas de línguas que devia-se ter habilidades ou seja aprendizagem de línguas bantu.

Nome: Gildo Saculane Chimalizene

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque as crianças vão consolidar as habilidades nas suas línguas e facilita a maior compreensão dos alunos, assegurar que as habilidades de leitura e escrita adquiridas na língua materna sejam transferidas possívelmente para língua portuguesa.
2. Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque o meu filho já fala língua materna e sendo assim não há necessidade de lhe ensinar nas aulas em língua materna, a criança ter aulas em língua materna durante 3 classes é um atraso total, e para vir aprender português vai-lhe tomar muito difícil na compreensão das matérias.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Eu preferia que o ensino bilingue deve ser banido porque o governo ou a educação não garante que as comunidades sejam mobilizadas para aderirem ao ensino bilingue. Por outro lado não há formação profissional para ensinar língua bantu. ✓
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Superioria eu que deveria haver formação de professores inicial e em exercício, aumento do número de escolas a lecionar o ensino bilingue, provisão de material escolar nas línguas de ensino, mobilização comunitária e dever-se-à garantir a capacitação de professores e disponibilização de materiais escolares. ✓
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Sugeria que o governo garantisse os professores estejam habilitados para leccionarem em todas as línguas do ensino bilingue e garantir muitas escolas ou instituições do ensino bilingue e as comunidades sendo mobilizadas para aderirem ao ensino bilingue e não há garantir também serviços e vagas para os tais trabalharem. ✓

Nome: Stelvio José Luís

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyenja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Nas zonas rurais 89% da população não falam a língua Oficial. Usando o ensino bilingue nas línguas bantu melhorando a facilidade de aprendizagem nas zonas rurais.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Geralmente falo-se muito a língua Oficial (nas escolas da cidade).
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Os materiais são ferramentas que ajudam o processo do ensino aprendizagem. Por isso, precisam trazer clareza e ajudar o professor para ele oferecer diversidade, interesse e análise crítica do aluno. ✓
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Por mim seria melhor nas formações de professores aplicar-se o estudo das línguas bantus. Porque assim ou de outro forma facilita o trabalho no campo. ✓
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Para que isso não aconteça temos que apoia e fundar mais a língua oficial nas zonas rurais. Porque falando com a língua oficial mas zonas rurais aprendem a língua oficial mas zonas rurais aprendem a ler. Os alunos não se sentem discriminados. ✓

Nome: Jocasta Elias Vicente

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque linguisticamente Moçambique apresenta duas zonas distintas nomeadamente homogêneas, que geralmente são as zonas rurais onde a população fala largamente uma única língua e heterogêneas que são zonas urbanas e de -urbanas onde há vários grupos étnicos falando várias línguas.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? por que segundo se fala da educação Bilingue é uma forma de ensino e se estão envolvidas duas línguas. Para o contexto moçambicano o português é normalmente implementado em áreas linguisticamente homogêneas. (1ª e 2ª 3ª) as línguas moçambicanas são usadas como língua de ensino para preparação de leitura e escrita.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Na minha opinião em relação a produção dos materiais escolares do ensino Bilingue seria melhor durante a produção destes materiais ou manuais do ensino Bilingue ter em conta com tipo do aluno de uma certa sociedade e não só ter em conta com tipo de aluno que se encontra naquela sociedade.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? na minha opinião os professores que vivem em contextos bilingues precisam de formação específica em duas frentes: proficiência na língua - alvo e formação e educação pedagógica para trabalhar com formandos a lecionatura e uma exigência prevista.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Na minha opinião seria melhor dar mais espaço a língua falada com frequência em uma sala de aula. Vai ser uma língua com a qual se tem mais afinidade, uma língua que não se usa por obrigação e a mais recorrente um certo conforto. ela não precisa de artifícios e instrução adquirida com um vernáculo. Por mais que o português ocupe uma posição prestigiada.

Nome: Ribai Silva feto

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguè, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Não minha humilde opinião diz não, porque acho que deveriam usar mais a língua portuguesa sendo como a língua oficial, mas no 1º e 2º ano secundário poderiam usar como disciplina tanto como fazem com a língua inglesa.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Colocaria sim, porque é direito da criança ter uma educação, mas seria difícil compreender, sendo que nas zonas rurais fala-se mais a língua portuguesa para melhor comunicação.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? Em algum momento sim, mas no outro não, portanto na minha opinião deveriam contactar os nativos para melhor tradução.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Na minha sugestão deveriam introduzir a partir do ensino secundário até ao 1º ano da faculdade.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras?
Para que os alunos não se sintam discriminados eu sugiro que as instituições públicas aceitassem a língua materna de cada pessoa como alternativa, para se sentirem incluídos.

Nome: Amélia Zaqueu Zalzua

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim por que moçambique tem duas zonas ~~urbanas~~ rurais e também existe a população fala largamente uma única língua nativa.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não, por que a criança desde desde já a ter aulas em português por ser a língua oficial. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? O país deveria produzir mais manuais de bilingue para os alunos terem a matéria para melhor aprendizagem.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Acho que os professores devam atuar em contextos bilingues precisam de formação específica em duas frentes.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Na minha opinião seria melhor dar mais espaço a línguas falada com frequência em uma sala de aula para se ter uma língua com a qual se tem mais afinidade.

Nome: Isroene Rafael João Madziataica

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue, usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim porque a aprendizagem de uma segunda língua é normalmente iniciada ainda na infância fase em que a absorção desse tipo de conteúdo é tida como mais fácil e fluida e a escola bilingue pode facilitar.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim Não
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim porque a língua materna pode ser usada como recurso no processo de ensino aprendizagem para explicar ou clarificar conceitos difíceis em qualquer disciplina. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Em relação à produção dos materiais escolares do ensino bilingue o país deve produzir mais manuais de bilingue para os alunos terem a matéria exata para o seu ensino.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? a formação dos professores para o ensino bilingue retratam casos de falta de formação profissional porque nos cursos de português muitas vezes não ensinam a bilingue
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados escrevem o português, inglês, francês que falam a língua bantu não devem se sentir discriminados.

Nome: Joaquim Joaquim Francisco

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? No caso da criança apreender ensino bilingue usando a língua bantu é bom, porque facilita na comunicação com as pessoas que falam bem português, pode ser as outras crianças ou os avós que não falam português a criança não se sente isolada se chegar no lugar que se fala bantu.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque isso facilita que a criança que não fala bem português possa compreender com facilidade nas matérias escolares, isto no caso das crianças que falam dialeto em casa, português fala às vezes, não vai compreender e se o professor não lhe traduzir ou interpretar com a língua bantu que a criança consegue falar. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Em relação à produção dos materiais escolares do ensino bilingue teria livros com a tradução em língua bantu para compreender melhor os alunos, tanto como o professor ao explicar os alunos.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Os professores por falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu, no ponto de vista isso explica que os professores tem uma insegurança no caso: de ter 2 alunos onde outro fala cinyungue e outro fala português e quando o professor explicar só em português outro não vai compreender.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Para que os alunos não se sentirem discriminados nas suas línguas deveria haver o ensino bilingue nas escolas primárias para que não haja discriminação nos serviços públicos, se pontuamos que vai ser colocado no distrito de magoe no posto administrativo de mucumbura onde as pessoas não noção básica de português não vai conseguir se comunicar a não ser que seja a língua bantu.

Nome:

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Pois actualmente o que se tem verificado é um ensino não inclusivo em que as políticas educacionais estão voltadas para a uso de língua nacional ou oficial ou seja português. Uma vez que o PEA engloba várias variantes. O uso de língua Bantu é um mal de inclusão no PEA.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Pois o ensino e a educação deve ser inclusiva não exclusiva. Queremos afirmar que o uso de uma língua materna pode como tal poderia afectar o processo de ensino e aprendizagem uma vez que este este ligado a planificações e organizações deste a nível do local onde este este inserido.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? O produção deveria ser feita em consideração da localidade ou realidade do aluno uma vez que o mesmo processo de ensino e aprendizagem no ensino primário ainda parece de muita particularidade e intricado.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Minha opinião em relação a esta questão deve ser feita um plano de formação para professores de ensino secundário e primário.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.

Para tal devemos fazer o uso do ensino inclusivo educação inclusiva. Isto é, um das metodologias e métodos que valorizam e engloba todos os alunos.

Nome: Rosete Benedito Gervásio

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque a língua bantu é uma das línguas mais faladas mas faladas nas zonas em que a criança aprende a língua desde da sua infância para eles pode ser difícil aprender e dominar bem português por causa da língua bantu
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim Não
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Se eu fosse encarregado de educação não faria isso colocar meu filho ter aulas em língua materna nas classes iniciais porque pode vir a prejudicar meus filhos na língua portuguesa pois eles podem habituar língua bantu e ter dificuldades da língua portuguesa e língua bantu não é aceite nos serviços e esta língua não é bom para uma criança dessas classes.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? A minha opinião em relação a produção dos materiais escolares do ensino bilingue o país poderia produzir muitos materiais de Bilingue para que os alunos tenham materiais suficientes e exatas para o seu ensino.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? No ensino bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu porque nos cursos de português muitas pessoas não escolhem a bilingue e por isso a falta de formação profissional.
5. Os alunos sentem-se descriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente descriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Eu sugero que para os alunos que não conseguem falar outras línguas só língua bantu que eles os pais procurem os professores particulares para que possam aprender outras línguas e para aqueles alunos que ainda não tem condições os próprios pais podem ser os ensinados das crianças que não tem condições de pagar um professor particular.

Nome: Buriti/ Domingos Edo Caio

22

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não X
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não, no contexto Moçambicano em que o país tem muitas línguas de origem bantu, o ensino Bilingue não se aplica. Se em Moçambique existisse uma ou duas línguas Bantus seria fácil a aplicação deste ensino.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim Não X
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não colocaria o meu educando a ter aulas em língua materna Bantu, porque nas classes iniciais a criança deve, em primeiro lugar, ter o domínio da língua oficial, a partir da fala, escrita e leitura. Na minha opinião as línguas Bantu, seriam lecionadas no 2º nível, depois de dominar a fala, escrita e leitura na língua oficial. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? A produção dos materiais escolares do ensino Bilingue, não devia ser uma tradução directa dos manuais da língua Portuguesa, mas sim, a produção seria em consonância com a realidade vivida pelos alunos nas comunidades em que estão inseridos, para melhor compreender os conteúdos.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A formação dos professores para o ensino Bilingue, devia obedecer critérios que coloquem os professores capazes de lecionar o Bilingue, sendo: - o professor de Cinyúngue, devia ser um indivíduo que nasceu e cresce a falar e tem domínio do Cinyúngue.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês, ou outras línguas estrangeiras. Em relação a este caso, a minha opinião é que devia haver reformas nas políticas relativas ao funcionamento das instituições públicas, isto é, deve-se permitir o uso em todos os níveis (fala e escrita) das línguas Bantu. Enquanto não se permitir o uso das línguas Bantu irá permanecer a discriminação.

Nome: Fulgêncio Tidona Halkalha

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? a língua local facilita a criança conhecer os hábitos e costumes em suas línguas. Identificando os objectos utencílios domésticos aprendidos em português na escola.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? De facto é importante a criança conhecer, aprender e escrever a língua que os seus progenitores falam para facilitar a comunicação na comunidade local. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? os manuais do ensino Bilingue em Moçambique e os próprios materiais deve estar de acordo com a realidade da zona em que a comunidade escolar se encontra.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Verdade é, em primeiro lugar os professores devem passar por uma formação psicopedagógica da língua Bantu consoante a zona de leccionação.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Sentem-se discriminados nas suas línguas verdade, mas devem saber que as línguas bantus vão ser lecionadas nas classes iniciais e com tempo irão aprender a falar, escrever legivelmente na escrita da língua portuguesa.

Nome: Rose Edson Antonio Macuocua

24

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? primeira porque há preservação da que é nossa, a cultura e a língua em si, posteriormente podemos ter investigadores, cientistas na pesquisa a cerca dessa língua, podemos ter mais informações sobre essa língua, porque isso não deprecia a língua se perde, segundo os alunos que não sabem falar essa língua, então há muita possibilidade de assimilar a
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como a matéria acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? porque sou a favor da expansão da língua bantu, além de falar a língua portuguesa, como sendo a língua oficial, uma vez que a língua portuguesa nos foi imposta. As línguas bantu também que são oficiais, duas a cada região, e têm que ser lecionadas até nas faculdades. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? os manuais usados nas escolas, mesmo em português geralmente são baseados em fatos da cidade, então mesmo que aprendam em português mas ganham ideias formais se difícil porque algumas realidades os alunos não sabem. A minha opinião é a elaboração de um livro dependendo da região (sul, centro e norte) porque as realidades são bem diferentes, e que cada região tenha os seus livros de
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Aminha sugestão, seria levar os materiais daquela língua mesmo e dar uma formação. porque todos têm conhecimento dos outros culturas.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, devem aprender a falar e escrever as outras línguas, para que possam usar dependendo do local onde se estão presente.

Nome: Amacildo Roberto Luís António Ensino de Português 1º Ano Pós-laboral
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Vale sempre a pena, na medida em que os falantes somente de uma dessas línguas bantu, têm dificuldades na assimilação de conteúdos da língua Portuguesa. Portanto, para se ter sucesso no aproveitamento pedagógico dos alunos é necessário ir de encontro a língua falada para além do Português.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Porque é através dessas línguas que há uma maior e melhor interação entre as comunidades, além de que existem situações nas nossas atividades laborais, sobretudo na função pública, em que somos colocados a falar com pessoas de outras línguas, o que significa que quanto mais línguas a criança fala, mais chances terá de desenvolver habilidades comunicativas. ✓
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? A questão não é fazer ou não parte da realidade do aluno, a questão está na relevância de se transmitir conhecimentos sobre a nação e o mundo nos quais o aluno faz parte. Contudo, é preciso garantir que a tradução dos manuais seja fiel e não de forma direta.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Um professor que não está habilitado para o ensino Bilingue não pode lecionar em ensino Bilingue, estaria a formar uma sociedade sem propriedades. O que se deve fazer é introduzir em todas as formações de professores módulos obrigatórios em que o futuro professor seja capacitado na lecionação do ensino Bilingue, sobretudo os cursos de letras.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras? O Governo deve privilegiar as línguas bantu em detrimento das línguas estrangeiras. Se as línguas bantus moçambicanas não serem privilegiadas, de forma nenhuma elas serão estrangeirizadas. Quando se pretende contratar um funcionário, deve-se exigir habilidades na comunicação em línguas locais onde irá trabalhar. As informações de utilidade pública devem ser traduzidas em uma das línguas bantu mais faladas naquela região.

Nome: Julietta Francisco Augusto

26

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque as línguas bantu facilitam na compreensão dos conteúdos na parte dos alunos das zonas rurais, e também ajuda os professores a atingir os seus objectivos, sem muito sacrifício.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque estarei a consciencializar o meu filho que para além da língua portuguesa, há uma língua de muito valor, as nossas línguas locais ou dialetos também têm uma importância relevante na nossa sociedade, e deste modo a criança aprende a falar, ler e escrever perfeitamente a língua bantu em estudo.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Sugeria que elaborassem os tais materiais levando em conta que a realidade da criança da zona rural é diferente da da zona urbana. Com isto quero dizer que, os desenhos, exemplos a colocar nos manuais devem ir ao encontro com o que a criança vive.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Na minha opinião sugeria que os institutos de formação de professores, para além de leccionar a linguística bantu como disciplina, devam leccionar como curso de formação em línguas bantu, de modo a existirem professores formados na área.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Sugeria ao governo de Moçambique que começasse a usar as nossas línguas nacionais em serviços públicos de modo a não excluir ninguém, isto ajudará os Moçambicanos a contribuírem no desenvolvimento do nosso belo Moçambique com ideias vindas de quem não sabe falar português mais fala e escreve em língua bantu.

Nome: Johane Luis Manuel

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? As línguas bantu são de extrema importância cultural para o nosso país. elas dão um impacto positivo ao cérebro e aumentam as capacidades cognitivas ligadas a atenção, memória, raciocínio lógico, criatividade, percepção e socialismo de uma criança e também aumentam a visão da nossa cultura.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Pois é nessa fase que as crianças para ela aprender a língua com mais facilidade das mesmas e também podem beneficiar no futuro. neste caso nas oportunidades de emprego. Logo deve começar muito nova pois é nessa fase que o cérebro assimila as coisas com mais facilidade.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? na minha opinião não precisa mudar muito, coisa consoante os conteúdos, só acrescentar mais conteúdos relacionados ao nosso país, a nossa cultura e a nossa realidade. Os professores também devem ensinar aos alunos os conteúdos exemplificando e explicando com a nossa cultura.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? com a falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu eu sugiro que haja uma implementação de formação de formações de professores para a educação Bilingue nas línguas bantu para que os professores saiam formados de forma adequada e profissionais para ensinarem de forma adequada aos alunos.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras? sugiro o seguinte: que eles não observem a língua bantu como uma língua inferior a uma língua internacional ou estrangeira pois a língua bantu é a sua identidade cultural e não deve se sentir discriminado e nem com vergonha de falar.

Nome: Marnela José Tifitine
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

- Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☐ Não ☒
 Para qualquer das escolhas justifica por quê?
Não. visto que na casa de se ter em atenção as
percentagens de falantes de língua bantu como L1 e
do português como L2, a abordagem linguística que a
criança moçambicana tem empreendida é dupla, também
conhecido ao facto deste (bilingue) não ser ainda abrangente.
- Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não porque segundo
Mello (2010) a educação bilingue é um campo de
ensino e pesquisa bastante controversa, tanto no nível teórico quanto prático. Na
matéria, sempre háis de alunos e corpo docente
tem clareza sobre o que é ter educação
bilingue de facto.
- Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Na minha opinião, Na verdade nem
todos são resultantes da produção de ma-
nuais de língua portuguesa como já exem-
pla o lançando por autor Manuel Gripe Im-
tulondo Kanchiti original dele, então sendo assim
recomendaria a quem de direito (MINEDH) para sua produção.
- Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Na qualidade de estudante su-
geria ao Ministério de tutela na casa o MINEDH a
ser mais proativa na concepção de programas
de formação de professores apenas em bilingue,
como também a promoção de lecionação pu-
dese ter todas as escolas para ter mais abrangente.
- Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Para que estes alunos não se sintam discriminados
sugeria a seguinte: mais inclusão da sua modalidade de
ensino; Promoção de Workshops em suas próprias
língua ou seja das línguas que lecionam.
A lecionação deve ser de forma abrangente, isto é
decarter em todas as escolas nacionais porque não é
apenas a criança de Zona rural que pode ter dificul-
dade de língua portuguesa, nas classes iniciais.

Nome: Milena João Harcolite

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque nas zonas rurais 87% a 97% da população não falam a língua oficial. Usando o ensino Bilingue nas línguas locais melhor ainda facilita a aprendizagem nas zonas rurais.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque geralmente fala-se muito a língua oficial nas cidades. São usados como meio de ensino nas Escolas deste país tendo em conta que mais de 87% da população fala língua bantu e a maioria vive nas zonas rurais, e somente tem o português como língua materna.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Os materiais didáticos são pensados nos que apoiam o processo de ensino aprendizagem por erro precisam trazer clareza e apoio e análise crítica do aluno ainda de estar conectado ao currículo outro ponto fundamental é que material não pode ser sinónimo de livro.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Por mim seria melhor nas formações de professor aplica-se o estudo das línguas Bantus. Porque da outra forma facilita o trabalho no campo.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Para que isso não aconteça temos que aprofundar nas línguas oficial nas zonas rurais, porque falando com frequência a língua oficial nas zonas rurais acredito que podemos acabar pouco a pouco com a discriminação.

Nome: Maria Chira caene Dique
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Chinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim X Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? A criança é importante antes que aprenda a sua língua nativa que escreva fluentemente para melhor comunicação e o resto da comunidade.
2. Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1º, 2º e 3º) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim X Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? para a criança aprender-se comunicar na sua língua nativa e escrever correctamente para melhor-se comunicar.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? que os manuais fosse da origem ou seja da língua Nyungwe com pessoas conhecedoras da língua e não da tradução do português para Nyungwe.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Para mim seria que todos fossem formados na área do ensino Bilingue
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sentem discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Introduzir uma palestra de sensibilização sobre a importância de aprender e escrever a língua materna, focando pontos positivos dando exemplos: Com concreto com o Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Tânzania, que fala a mesma língua.

Nome: Alexandroino André Mahumane
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim porque as crianças do ensino primário nas escolas bantus têm pouco nível primário de língua e sendo assim escreva por vezes português através da língua Mãe.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque a criança nessa idade escolar está aprendendo a ler e a escrever e sendo assim ela pode aprender as duas línguas em simultâneo para que não criem muita confusão nas classes subsequentes, deve-se introduzir as duas ao mesmo tempo para não criar muita confusão.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Os materiais escolares Bilingue deve ser produzida de acordo com a realidade da zona onde a língua bantu é ensinada porque em todo o território de Moçambique existem muitas línguas bantus, temos todas culturas diferentes, hábitos diferentes etc. ✓
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Os professores na sua formação já deveriam ter aprendido a língua bantu para que ao fim da sua formação não tenham dificuldade em ensinar a língua bantu para os alunos. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Para que os alunos não se sintam discriminados deve-se incluir as nossas línguas bantu como língua oficial no nosso país para que possam usar em todas as situações da nossa sociedade e assim o interesse pela língua bantu cresça e tenha respeito por todas as línguas e assim teríamos o nosso orgulho patriótico em usar as nossas línguas. ✓

Nome: Jaurinda Ricardo Pedro

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não, porque tendo em conta que a criança já tem o domínio da língua materna neste caso línguas bantus, não poderá ter o domínio da língua oficial, neste caso o português e terá graves problemas como na gramática e na pronúncia.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não, porque estaria a influenciar o meu filho na má dicção e o domínio do vocabulário português.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Que explore-se mais na produção de materiais escolares do ensino Bilingue porque assim facilitaria a compreensão como nos livros do bantus.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Na minha opinião para esses professores que fizesse uma capacitação de ensino Bilingue para que tenham o domínio na transmissão do conhecimento.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Na minha Humilde opinião sugeria o seguinte que tivesse uma aula de línguas. A escolha a ter muito o dicionário e trabalhar-se com o tradutor.

Nome: Muragya Baiaão Ferruzza. Lic. em. ens. de Port.

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Porque o ensino bilingue que permite que os alunos possam entender melhor a realidade tratando-se de alunos que não percebem muito bem a língua Portuguesa estão com o ensino bilingue eles têm a capacidade de compreender.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Porque nas classes iniciais os alunos devem primeiro se socializar com o ambiente da escola e a conviver com os colegas, existe também a possibilidade de falar o Português em casa, e outros na escola por isso.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? Acho que a produção do material escolar poderia ser baseada na realidade dos alunos em Moçambique para a produção dos manuais do ensino Bilingue, visto que o mesmo material será usado para os alunos de Moçambique.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A minha sugestão é seguinte: Na formação do professor poderia haver uma etapa muito mais os professores para a língua bantu para que quando formos a dar aulas nem um porado eles possam lecionar em língua local para maior entendimento.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras? Sugiro que eles possam se dedicar mais nas escolas para que eles possam escrever, ler, mais isso levará um certo tempo.

Nome: Mamela Eusébio Manuel Castano. 27 Anos

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim. Porque em 2003 Moçambique optou pelo modelo de transição com características de manutenção de forma a desenvolver-se um bilinguismo aditivo nos alunos, tendo em conta os ciclos de aprendizagem em que o ensino primário se encontra, este modelo obedece aos seguintes princípios.
2. Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim. Porque no primeiro ciclo de aprendizagem (1ª, 2ª e 3ª classe) o ensino bilingue das línguas de ensino, em quanto que o Português é simplesmente uma disciplina, que é usada para desenvolver as habilidades da oralidade para preparar a leitura e escrita nesta língua, o que significa que não afeta o desenvolvimento cognitivo do aluno, pois, é na 3ª classe que se inicia o processo de transição.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? A minha opinião sobre a produção dos manuais do ensino bilingue é que sabemos que no ensino bilingue envolvem-se duas línguas, o Português para o Português e a língua Bantu no entanto, se o objectivo for de ensinar as línguas bantu nas escolas é claro que deveriam existir manuais que facilitassem a compreensão dos alunos, não são pela qual
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A minha opinião sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue é que a falta de profissionalismo para ensinar as línguas bantu nos professores porque nas universidades Moçambicanas encontram-se mais línguas estrangeiras do que as nossas próprias línguas maternas existindo isto dificilmente.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Para que os alunos não se sintam discriminados em relação a aqueles que falam e escrevem o Português, inglês, francês, etc. Sugiro que o ensino Moçambicano deve-se adoptar um sistema de ensino bilingue (uma universidade do ensino bilingue) onde os alunos podem-se expressar sem receio e escreverem as suas línguas sem medo de serem apontado o dedo pois, muitas vezes vemos pessoas que tem vergonha de falar a sua língua com medo que as pessoas vão dizer das delas. Eu sou da opinião que Moçambique deve ter uma faculdade que ensine apenas as línguas bantu.

2ª sim. Porque, em 2003 Moçambique optou pelo modelo de transição com características de manutenção de forma a desenvolver-se um bilinguismo aditivo nos alunos, tendo em conta os ciclos de aprendizagem em que o ensino primário, se encontra estruturado, este modelo obedece aos seguintes princípios:

No primeiro ciclo de aprendizagem (1^o, 2^o, 3^o) classe as línguas moçambicanas são usadas como língua de ensino e como disciplina, enquanto a língua portuguesa é simplesmente disciplina.

No segundo ciclo de aprendizagem (3^o, 4^o, 5^o) classe ocorre o que se chama transição, que é a passagem da língua de ensino, de uma língua moçambicana para o português.

No terceiro ciclo (6^o e 7^o) classe as línguas moçambicanas são disciplinas, mas podem, porventura, ser usadas como meios auxiliares para a clarificação de conceitos.

Neste ciclo a língua de ensino é exclusivamente o português, pois se acredita que os alunos tenham já atingido um bom nível de desempenho nesta língua.

- 2ª sim: porque no primeiro ciclo de aprendizagem (1^o, 2^o, 3^o) classe o ensino bilingue (as línguas moçambicanas (maternas) são usadas apenas como línguas de ensino, enquanto que o português é simplesmente uma disciplina, que é simplesmente uma disciplina, que é usada para desenvolver as habilidades da oralidade para preparar a escrita nesta língua. o que significa que não afeta o desenvolvimento cognitivo do aluno pois, é na 3ª classe que se inicia o processo de transição gradual.

3ª - A minha opinião sobre a produção dos manuais do ensino Bilingue é: Já sabemos que no ensino bilingue envolvem-se duas línguas, o português e a língua Bantu, desde que os mesmos contenham aquilo que é eficiente e produtivo para o aluno.

O ensino bilingue é muito importante pois é através dele que os alunos aprendem a se comunicar com o mundo exterior.

48. - A minha opinião sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue é: 34

A muita falta de profissionalismo para ensinar as línguas bantu nos professores, porque nas universidades moçambicanas encontram-se mais línguas estrangeiras ao invés das nossas próprias línguas, é raro ver uma faculdade que só ensine a língua materna, existindo isso, dificilmente teremos profissionalismo profissionais nestas áreas, porque o nosso país, ao invés de ensinar as nossas próprias línguas, preocupam-se mais em ensinar o inglês, francês etc.

encontramos, hoje em dia muitos institutos de línguas, entrando lá só vemos línguas que não são da origem bantu e sim, estrangeiras. Formados para áreas estrangeiras ao invés das nossas.

5A. - para que os alunos não se sintam discriminados em relação a aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês, etc.

Sugiro que o ensino moçambicano deve-se adotar um sistema de ensino bilingue (uma universidade do ensino bilingue). onde os alunos possam se expressar sem receio e os crecessem as (suas) suas línguas sem medo de serem apontados dedos, pois, muitas vezes vemos pessoas que até sentem vergonha de falar a sua língua com medo do que as pessoas vão pensar e dizer delas.

Eu sou da opinião que moçambique deveria ter uma faculdade que ensinasse apenas as línguas bantu.

Nome Inês José Manuel Jaime

35

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púngué vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando linguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? ☒ Sim ☐ Não.
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim, para preservar a linguagem moçambicana e a cultura moçambicana.

2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em lingua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? ☒ Sim ☐ Não.
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim, se eu fosse pai colocaria meu filho a aprender a lingua materna pois é dessa maneira que ele crescerá com noções da lingua da sua mãe o que é uma forma de ele ~~de~~ preservar a sua cultura.

3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de lingua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação a produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Fui acho positivo até um certo ponto mas para melhorar deveriam também ter os manuais originais da lingua materna.

4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as linguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Tinham que aprender na primeira classe a ler mais infinito.

Os alunos sentem-se discriminados nas suas linguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das linguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras linguas estrangeiras.

por mim deveriamos não haveria de ter nenhuma mudança porque desde já aprendemos frances e inglês nas nossas escolas.

Nome: Celsa António Fernandes
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyúngue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque os alunos nas zonas rurais vê o português como disciplina e não como uma língua, por isso o ensino Bilingue facilita a compreensão destes alunos na sua própria língua na transmissão dos conteúdos.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque o meu filho ou educando já tem domínio da língua portuguesa, ele compreende melhor na língua uma vez que usa o português com muita facilidade não há necessidade, mas ele deve conhecer a sua língua materna para que não se sinta discriminado em alguns ambientes.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Na minha opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue seria bom que elaborasse os manuais ou materiais escolares consoante o nível e a idade dos alunos para melhor compreensão dos mesmos.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Na minha sugestão para os professores para o ensino Bilingue seria bom que o Ministério de Educação formasse mais professores e elaborassem manuais que possam facilitar os mesmos na transmissão dos próprios conteúdos.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Para que estes alunos não se sintam discriminados seria bom que as línguas bantus fossem como uma disciplina e não somente como para as classes iniciais ou nas escolas primárias, feito isso os alunos não teriam problemas de escrita na sua própria língua.

Nome: Manganda Chicamba

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Porque em algumas zonas rurais como o caso das zonas fronteiriças, as crianças nascem e crescem num convívio em que poucas delas falam a língua Portuguesa, nas classes iniciais enfrentam sérios problemas na assimilação dos conteúdos devido ao desconhecimento da língua.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não vejo nenhum problema que a criança conheça ou fale a língua materna porque pode facilitar a comunicação com as pessoas que não sabem falar português, mas também a língua materna constitui a identidade do indivíduo, desde que não se limite nela porque a língua portuguesa é a única institucionalizada e de unidade nacional.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Se os manuais do ensino Bilingue são uma tradução de manuais de língua Portuguesa, então podemos concluir que nem eles vão ao encontro da realidade dos alunos, logo na minha opinião que se elabore manuais com conteúdos programados de acordo com a realidade dos alunos a quem são destinadas.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A minha sugestão é que todos os professores das aulas em ensino Bilingue devem antes passar por uma formação devida, isso para evitar que façam as coisas por intuição.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Devido a multiplicidade das línguas Moçambicanas que os professores do ensino Bilingue sigam o plano curricular de tal, para que não prolonguem com o ensino Bilingue até as classes que não se deve usar as duas línguas, isso para permitir que os alunos se familiarizem com a língua e consigam veiculá-la sem nenhuma dificuldade, assim não haverá discriminação.

Nome: Churubã Leta

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguê, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungê-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas, justifica porque? Porque a criança aprende numa língua que lhe faz sentido, o que facilita o desenvolvimento conceptual da criança dado que o ensino e aprendizagem de novos conceitos pode assentar sobre os conhecimentos que a criança já tem de casa e ainda, o uso de uma língua familiar pode facilitar o desenvolvimento emocional.
2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim ☒ Não ☐
 Para qualquer das escolhas, justifica porque? Para além dos factos citados na primeira questão, a criança aprende a escrever e a ler correctamente a sua língua tradicional. Pois muitos sabem mas não conseguem escrever ou ler a língua como deve ser, e também a criança aprende a valorizar sua língua cultural.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue? Numa primeira fase deveria-se produzir um material de acordo com a realidade das crianças. Para além de traduzir, criar-se um manual com um pouco do conteúdo especificamente cultural para facilitar e entusiasmar a criança no seu respeito ao ensino bilingue.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Após a formação, os professores devem ter uma especialização somente na área de línguas bantu. Com a especialização os professores poderão melhorar as técnicas de ensino e aprendizagem.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras? Sugiro que haja normalização também na comunicação com línguas bantu no recinto escolar para que possa ser valorizada ao mesmo nível das línguas estrangeiras.

Nome: Perina Damiano Laquione

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

- 39
- Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim ☒ Não ☐
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim. Tendo em conta que a maioria dos alunos tem como 1ª língua local, o ensino destas línguas contribui para a percepção dos conteúdos da 2ª visto que, os temas abordados nas línguas locais são abordados nas línguas secundárias (Inglês e Português).
 - Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim ☐ Não ☒
Para qualquer das escolhas justifica por quê? Sim. As línguas bantu carregam a cultura tradicional local e o meu filho não seria uma exceção para aprender e assimilar este património cultural que a pais dispõe.
 - Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? Em relação à produção dos manuais escolares do ensino bilingue, de opinião de que estes devem ser produzidos no sentido de conservar e ensinar o património cultural do país, partindo das situações conhecidas e que interessa ao aluno. ✓
 - Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? Para leccionação de qualquer conteúdo, o orientador necessita de uma certa capacidade didática-pedagógica. O professor do ensino bilingue, antes de seus exercícios deve de sugerir a sua capacitação na língua que poderão leccionar e na formação dos professores, as línguas bantu como disciplina, sugiro a sua rigorosidade.
 - Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever, perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras. Para que os alunos bilingues das línguas bantu não sejam discriminados, é necessário que se consciencialize as não bilingues que, o bilinguismo não é uma deficiência e nem (que) se for, é a deficiência de quase todos. Também, o uso das línguas bantu em serviços públicos deveria predominar nos nossos estabelecimentos públicos como forma de enaltecer a cultura e ao mesmo tempo fazer compreender a importância destas línguas na conservação da nossa identidade.

Nome: Inacência Noídeo Paque Fernando
 Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português ou Inglês) na universidade Púnguê vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungue-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não faria porque não todos os alunos que vão falar a língua portuguesa e nem todos vão falar a língua cinyungue ou cinyanja, seria uma mistura de duas línguas.
2. Se estivesse no lugar de pai ou encarregado de educação colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da Zona rural em Moçambique? Sim Não
 Para qualquer das escolhas justifica por quê? Não faria eu ia permitir que o meu filho vá a escola aprender essa língua materna, não é a língua mãe de alguns alunos, mas sim de outros. Mas outros falam em Xitsonga.
3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolares do ensino Bilingue? A minha opinião seria assim, como a língua portuguesa é falada por eles, que falam a língua materna.
4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue? A minha sugestão seria não dar todos os alunos a falar em esta língua bantu, dar poucas porque por esta zona que alguns esta língua e tem outros não há alunos quando brincam juntos emitem as línguas.
5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sente discriminados, com aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras.
Os alunos sentiam-se mal por verem os outros a falar em português, inglês e francês e que eles faziam, se a ter a ideia de quererem aprender a língua portuguesa, inglesa e francesa para estarem ao mesmo nível com os outros alunos.

Universidade Púnguè
Extensão de Tete

Nome: Aurélia Ernesto Jaquissone

Questionário sobre o ensino Bilingue nas Escolas Moçambicanas

1. Como estudante de letras (Português e Inglês) na Universidade Púnguè, vale a pena as escolas continuarem a lecionar o ensino Bilingue usando línguas bantu, exemplo (Cinyungè-Português, Cinyanja-Português) nas escolas primárias? Sim X Não ___

Para qualquer das escolhas, justifica porquê? É essencial que se use o ensino Bilingue usando as línguas Bantus porque o as línguas bantus são usadas na educação tendo como base três tipos de fundamentos, nomeadamente (i) respeito de direitos linguísticos; (ii) afirmação e preservação de identidades culturais e (iii) facilitação do processo de ensino-aprendizagem.

2. Se estivesse no lugar de Pai ou encarregado de educação, colocaria o seu filho ou educando a ter aulas em língua materna bantu nas classes iniciais (1ª, 2ª e 3ª) como acontece nas escolas primárias da zona rural em Moçambique? Sim X Não ___

Para qualquer das escolhas, justifica porquê? Ora, se eu estiver efetivado por algum trabalho na zona rural claramente teria colocado o meu filho a ter aulas numa da escola, visto que, as Escola da zona rural em Moçambique, são leccionado em línguas bantus de modo a facilitar a compreensão e a interação do docente com os alunos a locais das classe retro mencionados.

3. Os manuais do ensino Bilingue em Moçambique são uma tradução dos manuais de Língua Portuguesa, o que de algum modo, os seus conteúdos não são da realidade dos alunos. Qual seria a sua opinião em relação à produção dos materiais escolar do ensino Bilingue?

RE: Nesta situação a ministração das aulas deve se efectivar o ensino numa interpretação verbal (oral), pois, através deste método poderá facilitar a compreensão dos alunos num sentido real da vida dos alunos, a ministração deve atribuir exemplos reais na vida dos estudantes.

Pois, se depender dos manuais os alunos não poderão estudar, visto que, os manuais são produzidos numa realidade que se supõe geral que nem é para todos, atendendo e considerando que Moçambique encontra-se na situação da variedade de línguas, onde a realidade tem sido diferente por línguas e cultura de cada religião distinto uma da outra.

4. Muitos professores envolvidos no ensino Bilingue retratam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua sugestão sobre a formação dos professores para o ensino Bilingue?

Re: Tratando-se da formação de professores voltada à ensino Bilingue, deve ser passivo, deve envolver aulas teóricas, prática envolvendo o congressos, cursos, reuniões pedagógicas, seminários, de modo a capacitar mais o docente nessa área, visto que, este concorre muito para aperfeiçoar técnicas pedagógicas, metodologias de ensino que possibilitem a permanência desses educandos na escola, proporcionando-lhes um ensino significativo, que os levem à análise crítica dos fatos abordados em sala de aula e do seu meio social.

5. Os alunos sentem-se discriminados nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito menos sabem escrever perfeitamente. O que sugere para que os alunos bilingues das línguas bantu não se sintam discriminados, por aqueles que falam e escrevem o português, inglês, francês ou outras línguas estrangeiras?

Re: Nesse sentido, é importante considerar que as maneiras de se expressar estão relacionadas a uma construção cultural e social. Sobretudo, é fundamental que a escola seja um espaço de acolhimento da diversidade e de respeito, o que não combina com nenhum reforço aos preconceitos.

Para evitar a discriminação linguístico na escola e estimular o respeito às diferenças, criar debates e rodas de conversa, além de estimular a produção de textos a respeito do preconceito linguístico. Os educadores têm o desafio de ensinar a norma culta e também de abrirem as possibilidades para a compreensão de variações na linguagem verbal.

Sobretudo, o aluno do ensino Bilingue deve se juntar a língua mais frequente de modo a aprender com os outros alunos.

Auxélio Ernesto

Sexo Feminino

Idade 26

Anexo II (Entrevistas com os professores de língua Cinyungue)

Professor 1 ✓
1

Caro professor/a

Pretendo com as perguntas abaixo saber da sua experiência sobre o Ensino Bilingue no distrito de Tete. Por isso, as suas respostas são de extrema importância para a minha pesquisa. As informações serão utilizadas somente para a presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa para fins de conclusão do curso (Doutoramento em Linguística). Em caso de repetição de uma questão ignore.

1. Em que instituição de ensino foi formado? UEM _____, UP _____, UCM, UNISCED _____, IMAP _____, ADPP _____, IFP ☒ _____, outra. ☒
2. Tem alguma formação sobre ensino bilíngue? Sim _____, Não ☒
3. Durante a formação estudou algumas línguas bantu?
Sim ☒ Não _____

Em caso de sim, em que língua foi formada? Cinyungue

Em caso de não, conta-nos a sua experiência como professor/a nos primeiros dias de aulas ao lidar com uma nova língua de ensino, como Cinyungwe.

Nos primeiros dias de aulas não foi fácil, principalmente na lecionação da disciplina de matemática, pois os números em nhungwe não tem sido fácil. Para dar aula em nhungwe requer uma formação, e é um desafio lecionar em nhungwe.

Professora 1
2

4. Muitos professores envolvidos no Ensino Bilingue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilingue, o caso de Cinyúngwe.

Na minha opinião há necessidade de formar professores para o ensino bilingue antes da introdução do ensino bilingue. Há que se formar primeiro professores capacitados na lecionação do ensino bilingue. Não só, para os professores que já lecionam a bastantes anos deveriam ser uma capacitação sobre o ensino bilingue.

5. Os conteúdos que estão nos manuais do Ensino Bilingue falam da realidade dos alunos residentes no Distrito de Tete? Sim sim, quais são os conteúdos que mostram esta realidade.

Se a resposta for não como tem explicado os alunos conteúdos/objectos que eles não conhecem nas suas línguas.

Os conteúdos que estão nos manuais falam sim da realidade dos alunos, mas não de uma forma concreta, e a falta dos princípios manuais para os alunos

Professor 1

3

7. Os alunos sabem ler e escrever em língua bantu cinyanja? Sim _____, Não X
8. Os alunos sentem-se discriminados/excluídos nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito não sabem escrever em língua bantu. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu (cinyúngwe) não se sentem discriminados/excluídos em relação àqueles que falam e escrevem o português.

Sugeria que o ensino Bilíngue tivesse
o seu início ou começo no ensino
secundário, porque, nas classes iniciais
é onde as crianças aprendem melhor.

Professor 2

Caro professor/a

Pretendo com as perguntas abaixo saber da sua experiência sobre o Ensino Bilingue no distrito de Tete. Por isso, as suas respostas são de extrema importância para a minha pesquisa. As informações serão utilizadas somente para a presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa para fins de conclusão do curso (Doutoramento em Linguística). Em caso de repetição de uma questão ignore.

1. Em que instituição de ensino foi formado? UEM _____, UP ☒, UCM, UNISCED _____, IMAP _____, ADPP _____, IFP ☒, outra.
2. Tem alguma formação sobre ensino bilíngue? Sim ☒, Não ☒ ✓
3. Durante a formação estudou algumas línguas bantu?

Sim ☒ Não _____

Em caso de sim, em que língua foi formada? Cinyungwe

Em caso de não, conta-nos a sua experiência como professor/a nos primeiros dias de aulas ao lidar com uma nova língua de ensino, como Cinyungwe.

No primeiro dia de aula foi muito difícil, isto é na alfabetização. Visto que, na leitura de vogais na L1 é diferente para a L2.

Professor 2

4. Muitos professores envolvidos no Ensino Bilingue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilingue, o caso de Cinyúngwe.

Na minha opinião seria melhor que, os professores fossem formados no Ensino Bilingue.

5. Os conteúdos que estão nos manuais do Ensino Bilingue falam da realidade dos alunos residentes no Distrito de Tete? Sim sim, quais são os conteúdos que mostram esta realidade.

Se a resposta for não como tem explicado os alunos conteúdos/objectos que eles não conhecem nas suas línguas.

Sobre os conteúdos, é relativo por falta de manuais.

Professor 2
3

7. Os alunos sabem ler e escrever em língua bantu cinyanja? Sim •, Não X
8. Os alunos sentem-se discriminados/excluídos nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito não sabem escrever em língua bantu. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu (cinyúngwe) não se sentem discriminados/excluídos em relação àqueles que falam e escrevem o português.

Teria melhor que houvesse uma
ligação entre cinyungwe e português
para melhorar ou aproximar a
linguagem em ambas partes.

Professor 3
1

Caro professor/a

Pretendo com as perguntas abaixo saber da sua experiência sobre o Ensino Bilíngue no distrito de Tete. Por isso, as suas respostas são de extrema importância para a minha pesquisa. As informações serão utilizadas somente para a presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa para fins de conclusão do curso (Doutoramento em Linguística). Em caso de repetição de uma questão ignore.

1. Em que instituição de ensino foi formado? UEM •, UP ✓, UCM, UNISCED •, IMAP •, ADPP X, IFP •, outra ✓.
2. Tem alguma formação sobre ensino bilíngue? Sim X, Não •
3. Durante a formação estudou algumas línguas bantu?

Sim X Não •

Em caso de sim, em que língua foi formada? Cinyungwe

Em caso de não, conta-nos a sua experiência como professor/a nos primeiros dias de aulas ao lidar como uma nova língua de ensino, como Cinyúngwe. _____

Professora 3

2

4. Muitos professores envolvidos no Ensino Bilingue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilingue, o caso de Cinyúngwe.

Não minha opinião vejo que há necessidade de haver uma formação para os professores para melhor explicar e entender os alunos, porque de certa forma é uma dificuldade nos professores de leccionar em ensino bilingue visto que até então não há capacitações relacionadas ao ensino bilingue.

5. Os conteúdos que estão nos manuais do Ensino Bilingue falam da realidade dos alunos residentes no Distrito de Tete? Sim sim, quais são os conteúdos que mostram esta realidade.

Se a resposta for não como tem explicado os alunos conteúdos/objectos que eles não conhecem nas suas línguas.

6. Que classe lecciona? 2ª classe

Professor 3

7. Os alunos sabem ler e escrever em língua bantu cinyanja? Sim _____, Não ☒
8. Os alunos sentem-se discriminados/excluídos nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito não sabem escrever em língua bantu. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu (cinyúngwe) não se sentem discriminados/excluídos em relação àqueles que falam e escrevem o português.

Sou da opinião de que pudesse

Professor 4

Caro professor/a

Pretendo com as perguntas abaixo saber da sua experiência sobre o Ensino Bilíngue no distrito de Tete. Por isso, as suas respostas são de extrema importância para a minha pesquisa. As informações serão utilizadas somente para a presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa para fins de conclusão do curso (Doutoramento em Linguística). Em caso de repetição de uma questão ignore.

1. Em que instituição de ensino foi formado? UEM _____, UP ☒, UCM, UNISCED _____, IMAP _____, ADPP _____, IFP _____, outra. ✓
2. Tem alguma formação sobre ensino bilíngue? Sim ☒, Não ☒
3. Durante a formação estudou algumas línguas bantu?

Sim ☒ Não ☒

Em caso de sim, em que língua foi formada? Cinyúngwe

Em caso de não, conta-nos a sua experiência como professor/a nos primeiros dias de aulas ao lidar como uma nova língua de ensino, como Cinyúngwe. A minha experiência como professor nos primeiros dias de aulas ao lidar como nova língua de ensino, como cinyúngwe foi um grande desafio

Professor 4
2

4. Muitos professores envolvidos no Ensino Bilíngue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilíngue, o caso de Cinyúngwe.

A minha opinião é de que
deve ser formado para
melhor ensinar e haver qua-
lidade de ensino.

5. Os conteúdos que estão nos manuais do Ensino Bilíngue falam da realidade dos alunos residentes no Distrito de Tete? Sim sim, quais são os conteúdos que mostram esta realidade.

Se a resposta for não como tem explicado os alunos conteúdos/objectos que eles não conhecem nas suas línguas.

Professor 5
1

Caro professor/a

Pretendo com as perguntas abaixo saber da sua experiência sobre o Ensino Bilíngue no distrito de Tete. Por isso, as suas respostas são de extrema importância para a minha pesquisa. As informações serão utilizadas somente para a presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa para fins de conclusão do curso (Doutoramento em Linguística). Em caso de repetição de uma questão ignore.

1. Em que instituição de ensino foi formado? UEM____, UP____, UCM, UNISCED____, IMAP ☒ ADPP____ IFP____, outra. ☒
2. Tem alguma formação sobre ensino bilíngue? Sim____, Não ☒
3. Durante a formação estudou algumas línguas bantu?
Sim ☒ Não____

Em caso de sim, em que língua foi formada? Cinyungwe

Em caso de não, conta-nos a sua experiência como professor/a nos primeiros dias de aulas ao lidar como uma nova língua de ensino, como Cinyúngwe.

Professora 5

2

4. Muitos professores envolvidos no Ensino Bilíngue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilíngue, o caso de Cinyúngwe.

seria melhor sim formar os professores em cinyungwe principalmente os de classes iniciais, ou sendo os do ensino primário para melhor aprendizagem também ter todo material refiro-me de manual do aluno, dicionários, programas etc.

5. Os conteúdos que estão nos manuais do Ensino Bilíngue falam da realidade dos alunos residentes no Distrito de Tete? Sim sim, quais são os conteúdos que mostram esta realidade.

Se a resposta for não como tem explicado os alunos conteúdos/objectos que eles não conhecem nas suas línguas.

Não, explico através do material didático que uso durante a aula.

Anexo III (Dados dos professores da língua Cinyanja)

7. Os alunos sabem ler e escrever em língua bantu cinyanja? Sim X, Não
8. Os alunos sentem-se discriminados/excluídos nas suas línguas, porque elas não são usadas para serviços públicos. Muito não sabem escrever em língua bantu. O que sugere para que os alunos bilíngues das línguas bantu (cinyanja) não se sentem discriminados/excluídos em relação àqueles que falam e escrevem o português.
- com dificuldade*

*Eu sugiro que se leve mas a
serio o ensino Bilingue. Lerando-se
mas a serio as pessoas deixaram de
olhar esse ensino como algo
inutel.*

4. Muitos professores envolvidos no Ensino Bilingue relatam casos de falta de formação profissional para ensinar as línguas bantu. Qual seria a sua opinião sobre a formação dos professores para o Ensino Bilingue, o caso do Cinyanja.

Para mim, Devia sim Haver formação de professores formados nesta área, porque os professores teriam mais conhecimento e metodologias diversificadas. Por exemplo, eu sou de Tete, estudei aqui na Angónia e deram-me o ensino bilingue para ensinar Cinyanja.

5. Os conteúdos que estão nos manuais do Ensino Bilingue falam da realidade dos alunos residentes no Distrito de Angónia? Sim sim, quais são os conteúdos que mostram esta realidade.

Se a resposta for não como tem explicado os alunos conteúdos/objectos que eles não conhecem nas suas línguas.

Os conteúdos para mim não falam a realidade dos alunos por exemplo: As Praias ou seja as imagens das Praias que aparecem nos livros não refletem a realidade de Angónia.

Por vezes, quando estou a leccionar baixo algumas imagens na internet para aproximar a realidade vivida.

6. Que classe lecciona? 2ª Classe

Anexo IV (Dados sobre Ensino Bilingue-Província de Tete)


 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 PROVÍNCIA DE TETE
 DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO

A melhoria da qualidade do Ensino Primário em Moçambique passa do fundamento de que a alfabetização inicial da criança é melhor quando é feita numa língua que ela melhor domina em particular a sua língua materna (UNESCO, 1953, 1990).

A introdução de línguas moçambicanas de matriz bantu no Ensino Básico precisa ser entendida como uma mudança centrada na história cultural e social de moçambique. Tal interesse de utilização das línguas maternas no ensino é justificado por possuir identitário na medida em que tem um objectivo de estimular o aprendizado da criança em relação a cultura moçambicana.

Efectivos e rede escolar

A Província conta com 188 escolas frequentadas por 42241 alunos dos quais 20498 mulheres, assistidos por 818 professores destes 374 são mulheres e 853 turmas nas 3 línguas: Cinyungue, Cissena e Cinyanja.

Resumo de efectivos por língua

ALUNOS, PROFESSORES E NÚMERO DE TURMAS

Língua	1ª Classe					2ª Classe					3ª Classe				
	Alunos		Prof		Tur	Alunos		Prof		Tur	Alunos		Prof		Tur
	M	HM	M	HM		M	HM	M	HM		M	HM	M	HM	
Cinyanja (Angónia, Tsangano, Macanga,	750	1532	13	31	31	788	1526	17	13	30	252	498	6	11	11

Chiúta, Moatize, Chifunde e Marávia)															
Cinyungue (Cidade de Tete, Moatize, Marara, Changara, Cahora-Bassa, Mágoe e Zumbu)	321	700	10	14	14	343	697	7	14	14	340	678	6	14	14
Cissena (Dôa e Mutarara)	301	650	0	13	13	286	586	0	13	13	175	387	0	11	11
Total	1372	2882	23	58	58	1417	2809	24	40	57	767	1563	12	36	36

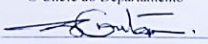
Continuação

Língua	4ª Classe				5ª Classe				6ª Classe			
	Alunos		Prof		Alunos		Prof		Alunos		Prof	
	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM
Cinyanja	280	535	5	11	11	266	489	6	10	10	202	397
Cinyungue	308	664	8	14	14	203	430	3	11	11	0	0
Cissena	203	401	0	11	11	125	268	0	8	8	47	102
Total	791	1600	13	36	36	594	1187	9	29	9	249	499

	Alunos		Professores		Nº Turm.	Escola
	M	HM	M	HM		
Total Geral	20498	42241	374	818	853	188

Tete, 20 de Setembro de 2023

O Chefe do Departamento


 João Caetano Chumbo
 /Inst. Téc. e Pedag. N1/

Fonte: arquivo pessoal